



SE EN SINO

PATRIMÔNIO CULTURAL NA CONTEMPORANEIDADE

VOL. 1 ENSINO

JOSÉ PESSOA
ANDRÉA DA ROSA SAMPAIO
FLAVIO DE LEMOS CARSALEDE
ORGS.



1ª Edição, 2022

Coordenação editorial

Denise Corrêa
Daverson Guimarães

Projeto gráfico, capa e diagramação

Fernanda Oliveira

Produção editorial e gráfica

Denise Corrêa
Maristela Carneiro

Revisão ortográfica

Algo Mais Soluções

Revisão técnica

Guilherme Meirelles M. de Mattos

Catálogo na publicação

Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

P475p

Pessoa, José Simões de Belmont

Patrimônio cultural na contemporaneidade: Volume 1 - Ensino / José Simões de Belmont Pessoa, Andréa da Rosa Sampaio, Flavio de Lemos Carsalade. - Rio de Janeiro: Rio Books, 2022.

Livro em PDF

ISBN 978-85-9497-070-1

1. Patrimônio cultural. 2. Arquitetura. 3. Urbanismo. 4. Conservação. 5. Restauração. I. Pessoa, José Simões de Belmont. II. Sampaio, Andréa da Rosa. III. Carsalade, Flavio de Lemos. IV. Título.

CDD 363.69

Índice para catálogo sistemático

I. Patrimônio cultural



Rio Books
Av. Jarbas de Carvalho, 1733, 101
Recreio dos Bandeirantes
Rio de Janeiro – RJ

Tel. (21) 99312-7220 CEP 22795-445
contato@riobooks.com.br
www.riobooks.com.br

Todos os direitos desta edição são reservados a:
Editora Grupo Rio Books.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônicos ou mecânicos, incluindo fotocópias e gravação) ou arquivada em qualquer sistema de banco de dados sem permissão escrita do titular do editor. Os artigos e as imagens reproduzidas nos textos são de inteira responsabilidade de seus autores.



**PATRIMÔNIO CULTURAL
NA CONTEMPORANEIDADE**

VOL. 1 ENSINO

Um sopro na orelha de um livro não deve silvar mais que a sua ideia central. Decidi-me, porém, pela extração da sua utopia: instalar o património cultural no âmbito ético do ensino e práticas da Arquitetura e Urbanismo.

No seu sentido geral, património é um compromisso de enriquecimento do legado intergeracional, ou seja, sinónimo de sustentabilidade. O desenvolvimento sustentável não depende apenas de políticas ambientais, sociais e económicas, mas da eficácia da sua integração, o que não acontece sem uma ética que, por definição, é capital da cultura. Reconhecimento coletivo dos valores culturais das heranças, o património cultural afirma-se como o braço armado da cultura no esforço de superação dos desafios à sobrevivência da humanidade.

Se o papel da Arquitetura é a qualificação crítico-operativa do ambiente transformado, têm de se revolucionar os focos, vergando o individualismo ao serviço público e passando a mediar, sem vacilar, entre os anseios globais e a capacidade e os meios de concretização. Já não vivemos o tempo em que a conservação e o restauro se opunham ao progresso, sim o momento em que o património cultural se oferece como um ativo para a estruturação sustentada do desenvolvimento.

Este livro oferece reflexão sobre o pouco já feito pelas escolas de Arquitetura e Urbanismo do que se impõe fazer para que a utopia nele contida deixe de o ser.

Walter Rossa

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO – O ENSINO DE PATRIMÔNIO CULTURAL NA CONTEMPORANEIDADE 07

JOSÉ PESSOA
ANDRÉA DA ROSA SAMPAIO
FLAVIO DE LEMOS CARSALADE

1 ENSINO DE PATRIMÔNIO CULTURAL NA GRADUAÇÃO 12

1-1 TEORIA E PROJETO: OS DESAFIOS PARA O ENSINO NA GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO PARA ATUAÇÃO NO CAMPO DA PRESERVAÇÃO 13

MONIQUE LESSA VIEIRA OLÍMPIO
NATÁLIA MIRANDA VIEIRA-DE-ARAÚJO

1-2 A CONSTRUÇÃO DO ENSINO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NAS ESCOLAS DE ARQUITETURA NO BRASIL 27

MARIANA VAZ
ROSINA TREVISAN M. RIBEIRO

1-3 O PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO E O CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – CAUUF (1965 – 2021): ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO 41

ROMEU DUARTE JUNIOR

1-4 COMENTÁRIOS: NOTAS SOBRE O ENSINO DE PATRIMÔNIO NA GRADUAÇÃO 52

BEATRIZ MUGAYAR KÜHL

2 CONTEÚDOS MÍNIMOS DO ENSINO DE PATRIMÔNIO CULTURAL NA GRADUAÇÃO 61

2-1 O ENSINO DE ARQUITETURA DIANTE DO PATRIMÔNIO CULTURAL 62

NAIA ALBAN

2-2 POTENCIALIDADES DO ENSINO DE TEORIAS E TÉCNICAS RELACIONADAS À PRESERVAÇÃO DE ESTRUTURAS EXISTENTES NA FORMAÇÃO DE ARQUITETOS E URBANISTAS 76

ANA CARMEN JARA CASCO

2-3 A DISCIPLINA PATRIMÔNIO CULTURAL – TÉCNICAS RETROSPECTIVAS, NA FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE 86

CECÍLIA RODRIGUES DOS SANTOS

2-4 UMA NOVA AGENDA PARA O ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL 102

CARLOS EDUARDO NUNES-FERREIRA

2-5 COMENTÁRIOS: A FORMAÇÃO DISCIPLINAR EM ARQUITETURA E URBANISMO NO CAMPO DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: UM DEBATE EM CONSTRUÇÃO 114

JULIANA CARDOSO NERY

NATÁLIA MIRANDA VIEIRA-DE-ARAÚJO

SOBRE OS AUTORES 124

APRESENTAÇÃO – O ENSINO DE PATRIMÔNIO CULTURAL NA CONTEMPORANEIDADE

JOSÉ PESSOA
ANDRÉA DA ROSA SAMPAIO
FLAVIO DE LEMOS CARSLADE

A proposta de discutir a preservação do patrimônio cultural na contemporaneidade nasceu da iniciativa da Universidade Federal Fluminense (UFF-Niterói/RJ) em consórcio com a Rede Internacional PHI (Patrimônio Histórico + Cultural Iberoamericano) e o Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS Brasil). Os imensos desafios da conservação do patrimônio cultural, frente às demandas socioculturais e econômicas da cidade contemporânea, merecem ser objeto de debate, bem como a difusão do estado da arte sobre o ensino e a prática da conservação do patrimônio cultural no Brasil.

Para a publicação do debate, optou-se por organizar o conteúdo em dois volumes, separando as discussões sobre o ensino daquelas sobre a prática.

Para o presente livro, convidamos pesquisadores e professores de diferentes regiões do país que estão envolvidos com o tema da intervenção no patrimônio

arquitetônico de valor cultural para discutir o seu ensino nos cursos de Arquitetura e Urbanismo. O livro é estruturado em dois grandes temas absolutamente interligados: o ensino de patrimônio e os conteúdos mínimos do ensino de patrimônio na graduação. Estes temas permitem ao leitor um panorama da história e das dificuldades na inserção destas disciplinas nos currículos de arquitetura e urbanismo, seja na graduação como também na pós-graduação, notando-se que o ensino da temática patrimonial passa a ser obrigatório a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais, aprovadas em 1994: antes disto o tema era tratado de forma indireta nas disciplinas de história da arquitetura, além de disciplinas optativas, a critério dos cursos.

Mariana Vaz e Rosina Trevisan buscam historiar a trajetória da implantação da disciplina de patrimônio nos cursos de graduação e pós-graduação no Brasil, os antecedentes e a origem do termo “técnicas retrospectivas”, o qual seria consagrado na legislação federal de 1994 como conteúdo do núcleo de conhecimentos profissionais obrigatórios relacionados a conservação, restauração e reconstrução arquitetônica.

Monique Lessa e Natália Miranda discutem os desafios da relação entre teoria e projeto no campo do ensino patrimonial, destacando o papel da teoria na abordagem projetual na preexistência de valor cultural. O texto questiona quais seriam os conhecimentos essenciais para um projeto de intervenção na preexistência.

Romeu Duarte apresenta a experiência cearense, notadamente a trajetória do ensino do patrimônio na Universidade do Ceará, e o papel fundamental do arquiteto e professor Liberal de Castro e de seu interesse pelo patrimônio e estudos da história da arquitetura da região.

Nos comentários aos textos, Beatriz Kühn aborda a necessidade de se enfrentar a multidisciplinaridade do tema nos cursos de graduação e de este ser trabalhado transversalmente nas estruturas departamentais de arquitetura e urbanismo, buscando superar a cultura da especialização. Como pontua a autora, não é a teoria que resolveria os problemas, mas, sim, os profissionais envolvidos com a preservação, de preferência alicerçados na construção teórica. Para isso é necessário o reconhecimento de que os princípios da restauração arquitetônica são uma construção social e cultural, em permanente estado de reavaliação crítica.

Em relação aos conteúdos mínimos do ensino de patrimônio, temos a apresentação e reflexão sobre os conteúdos ligados à preservação do patrimônio cultural, em três distintas universidades (UFBA, UFF e Mackenzie).

Naia Alban apresenta uma análise da questão do ensino de patrimônio a partir da abordagem de três escalas distintas. A escala mais próxima é a experiência da Universidade Federal da Bahia, UFBA, que se tornou uma referência nacional na formação de pós-graduação em patrimônio cultural, mas que, em contraste, apresenta, em paralelo, uma atuação tímida no curso de graduação. Na segunda escala, Naia apresenta a discussão nacional sobre o tema no CAU BR. E, finalmente, na última escala, a autora nos mostra um panorama da discussão internacional na Rede PHI.

Ana Carmen Jara Casco, a partir da experiência na Universidade Federal Fluminense, aborda o potencial formativo para o arquiteto e urbanista do ensino de teoria e projeto relacionado a intervenção no existente de valor patrimonial. O exercício de restauro, no curso de graduação em arquitetura e urbanismo, poderia ser traduzido como um “projetar sobre o existente”. Isso significa um trabalho de reconhecimento do existente por meio de sucessivas aproximações que permitem aos estudantes julgar, atribuir valor, classificar.

Cecília Rodrigues dos Santos afirma que a legitimação do que é considerado patrimônio cultural é necessariamente produto de um processo seletivo maior, pois, como ela afirma, é preciso nem tudo destruir; e nem tudo conservar. Propõe também, no seu texto, a necessidade de distinguirmos entre projeto de intervenção e projeto de restauração, pensando o primeiro em termos de formação em nível de graduação e o segundo, relacionado com as especializações da pós-graduação.

Carlos Eduardo Nunes-Ferreira reflete sobre como o ensino de arquitetura pode oferecer respostas para a construção de uma nova agenda para a arquitetura e o urbanismo do século XXI, quando o papel do patrimônio ganha uma nova importância, agregando o valor de cultura ao valor ambiental da sustentabilidade.

Os comentários de Juliana Cardoso Nery e Natália Miranda Vieira-de-Araújo dialogam com os textos precedentes, em especial com a discussão da centralidade do projeto no ensino de preservação do patrimônio para arquitetos e urbanistas.

O conjunto de textos que compõem este livro procura, assim, apresentar uma reflexão brasileira ao debate internacional sobre ensino de patrimônio cultural como contribuição ao intercâmbio de ideias desenvolvido internacionalmente pela Rede PHI. O projeto PHI (Patrimônio Histórico Iberoamericano) nasceu pela iniciativa de um grupo de oito universidades das Américas, da Espanha e de Portugal que se reuniram em Belo Horizonte, em 2012. A ideia era criar uma rede de redes, ou seja, cada país teria sua própria rede de universidades, que se articulariam entre si e internacionalmente, em torno da produção estudantil sobre temas de patrimônio cultural. Imaginava-se que a disponibilização dos trabalhos desses estudantes em um site específico poderia, a um só tempo, despertar debates acadêmicos sobre o ensino de patrimônio e oferecer ao público em geral e às autoridades, de modo particular, um banco de possibilidades de intervenção em patrimônios existentes nos diversos países.

Com o tempo foram se agregando outros países americanos e europeus, unidos pela presença das línguas espanhola e portuguesa. Além destes, incluem-se países com outros idiomas predominantes, como os Estados Unidos da América e a Itália. Espera-se ainda, no futuro, a adesão de países do continente africano. Em cada país, por sua vez, também se agregaram outras universidades e a ação interna dessas redes é definida pelas suas especificidades locais. Hoje, a rede conta com aproximadamente 70 universidades associadas em 18 países, entre Américas e Europa. Com o passar do tempo, o objetivo inicial de publicar trabalhos estudantis foi também se ampliando, e os temas de debate e trocas de conhecimento também foram se alargando. Para isso, contribuíram os encontros anuais (onde se apresenta o *estado da arte* do campo patrimonial em cada país) e as oficinas de formação estudantil que foram sendo propostas em diferentes edições e em diversos países. A Rede PHI é, hoje, uma das mais longevas e extensas no mundo acadêmico ligado ao campo da arquitetura e urbanismo.

No Brasil, a rede foi inicialmente proposta pela Escola de Arquitetura da UFMG, uma de suas fundadoras, que assumiu o papel de coordenação nacional, função hoje ocupada pela Faculdade de Arquitetura da UFBA, e congrega 18 universidades: Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal da Bahia, Universidade Estadual de Campinas, Pontifícia Universidade Católica

de Campinas, Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal do Espírito Santo, Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal Fluminense, Universidade Presbiteriana Mackenzie, Universidade Federal de Pelotas, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade de São Paulo, Universidade Federal de Sergipe Universidade do Vale do Rio dos Sinos e Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O marco inicial da rede brasileira foi o seminário realizado em Salvador, em agosto de 2015, quando oito universidades presentes fundaram a rede brasileira. A princípio, a proposta foi de que a rede tivesse um crescimento lento, de maneira a consolidá-la como instituição, agregando, pouco a pouco, outras universidades que tivessem tradição em pesquisa e ensino de patrimônio cultural, o que efetivamente foi realizado nos anos subsequentes. Ao longo de sua trajetória, a Rede PHI Brasil realizou outros seminários, o já citado de 2015 e também em 2019 e 2021, todos eles voltados para a temática do ensino de patrimônio. Essa sequência permitiu o amadurecimento de certos debates que foram fundamentais para o Seminário de 2021, realizado virtualmente, a partir da UFF, e que teve o apoio financeiro da FAPERJ. A proposta deste livro é fruto da trajetória de debates dos seminários da Rede PHI, e apresenta ao leitor, por diferentes pontos de vista, um panorama das questões relativas ao ensino de patrimônio cultural nos cursos de arquitetura e urbanismo, sobre as quais a rede brasileira do Patrimônio Histórico Iberoamericano tem se debruçado nesses últimos sete anos.

1

ENSINO DE PATRIMÔNIO CULTURAL NA GRADUAÇÃO

1-1

TEORIA E PROJETO: OS DESAFIOS PARA O ENSINO NA GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO PARA ATUAÇÃO NO CAMPO DA PRESERVAÇÃO

MONIQUE LESSA VIEIRA OLÍMPIO
NATÁLIA MIRANDA VIEIRA-DE-ARAÚJO

INTRODUÇÃO

O debate acerca da formação profissional em Arquitetura e Urbanismo não é novo e abre, cada vez mais, novas frentes de reflexão. É necessária uma constante discussão sobre perfis e padrões que assegurem a qualificação do profissional – arquiteto e urbanista – à altura dos desafios sociais, culturais e econômicos, vivenciados atualmente. Entre esses desafios, destaca-se a questão da preservação e intervenção em áreas e edifícios de valor patrimonial. No Brasil, é importante destacar que algumas das recentes reflexões sobre esse tipo específico de projeto de arquitetura apontam para atuações muitas vezes caracterizadas por arbítrio e completa ausência de rigor metodológico (KÜHL, 2006, p. 277). Essa discussão se deve em grande parte ao despreparo dos profissionais que atuam nesse campo, em especial, arquitetos e urbanistas (NERY, BAETA, 2013), estando, conseqüentemente, relacionada à sua formação.

Pesquisas realizadas por Farah (2012) e Silva (2012) apontam que a formação dos arquitetos (no âmbito da graduação brasileira) é, em muitos casos, insuficiente para entender e enfrentar as questões inerentes ao tema da preservação de áreas e edifícios de interesse patrimonial.

Dessa maneira, salienta-se a importância de reflexões sobre as formas de intervir em edifícios e áreas de reconhecido valor do patrimônio e, consequentemente, sobre a formação profissional para esse tipo de atuação, em especial a do arquiteto e urbanista.

A FORMAÇÃO PARA O PROJETO EM PREEXISTÊNCIAS NO BRASIL

Em nosso país, apesar da existência de um órgão oficial responsável pelo patrimônio histórico e artístico nacional desde 1937 (o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN), é especialmente durante os anos 1960 e 1970 que se ampliam os contatos e trocas internacionais referentes à preservação patrimonial, especialmente para a formação de profissionais na área, com a introdução de cursos de especialização¹.

No nível da graduação, foi somente no ano de 1996 (após discussões sobre a reestruturação curricular e a Portaria nº 1.770, de 21 de dezembro de 1994) que a temática da preservação patrimonial foi incorporada como conteúdo curricular obrigatório dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, com a criação da disciplina denominada Técnicas Retrospectivas.²

Apesar de animador, a introdução da disciplina tem fomentado inúmeras discussões desde o início. Uma delas diz respeito ao fato de que a portaria não deixa claro o foco da disciplina (teórico, projetual, tecnológico ou todas as opções?), ficando a cargo das instituições de ensino a responsabilidade de tomar a decisão. Essa autonomia revela “significativas disparidades”, tanto em

1 Sobre esse contexto no Brasil, ver NASCIMENTO (2016).

2 A portaria citada foi revogada com poucas alterações pela Resolução CNE/CES nº 6, de 2 de fevereiro de 2006, e novamente pela Resolução CNE/CES nº 2, de 17 de junho de 2010.

relação à carga horária quanto aos métodos e conteúdos específicos empregados (SILVA, 2012). Pela própria nomenclatura dada ao componente curricular, “Técnicas Retrospectivas”, muitas vezes a abordagem se concentra nos aspectos tecnológicos; às vezes entrando nas reflexões teóricas e pouquíssimas vezes adentrando a prática projetual. Se falarmos na relação entre o teórico e o projetual, a fragilidade é ainda maior.

Nesse contexto, uma pergunta surge: que conjunto de conhecimentos e atividades garantirá o desenvolvimento das competências e habilidades esperadas para que o futuro profissional atue consciente das responsabilidades de intervir no preexistente interesse preservacionista?

Buscando a resposta a esse questionamento, foi realizada a pesquisa de doutorado intitulada “Formação do arquiteto e urbanista para a preservação de áreas e edifícios de valor patrimonial: diálogos entre a teoria e o exercício projetual”, que objetivava elaborar uma matriz de conhecimentos essenciais que promovesse a capacitação do estudante de Arquitetura e Urbanismo, no Brasil, para a prática projetual em áreas e edifícios de interesse patrimonial.³ O capítulo seguinte resulta da discussão compartilhada ao longo do desenvolvimento da tese e também no âmbito do grupo de pesquisa, certificado pelo CNPq, intitulado “Patrimônio cultural: teoria, projeto e ensino.”⁴

3 Tese desenvolvida pela primeira autora deste capítulo, sob a orientação da segunda autora, no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGAU-UFRN). Para o desenvolvimento da tese foi realizado um estágio doutoral na Università degli Studi “Gabriele d’Annunzio” di Chieti-Pescara (Itália), com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), concedida pelo Programa de Doutorado Sanduíche no exterior (PDSE).

4 Este grupo de pesquisa é liderado pela segunda autora deste capítulo com a vice-liderança da professora Flaviana Barreto Lira (UnB), tendo a primeira autora como uma de suas pesquisadoras (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/630546>). O grupo integra o Laboratório de Urbanismo e Patrimônio Cultural da UFPE (LUP-UFPE).

OS DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA MATRIZ DE “CONHECIMENTOS ESSENCIAIS”

Discutir a formação em Arquitetura e Urbanismo no Brasil, com seu caráter generalista e que necessariamente aborda diversos campos complexos, é seguramente um grande desafio. Entretanto, apesar das dificuldades, nós a entendemos como uma reflexão urgente, tendo em vista as nossas atribuições profissionais. Especificamente, no que diz respeito à capacitação para a prática projetual em áreas e edifícios de interesse patrimonial, os resultados práticos em nossas cidades têm demonstrado cotidianamente essa necessidade.

A tese desenvolvida por Olimpio (2020) propõe uma “matriz de conhecimentos essenciais”, inserida na formação generalista da graduação. A construção da matriz se deu em três etapas. Na primeira, foi elaborada a matriz chamada de “inicial”, desenvolvida por meio do referencial bibliográfico. A segunda etapa se deu pelo cruzamento entre o referencial bibliográfico e a análise do processo de ensino-aprendizagem (por meio de conteúdos e atividades desenvolvidas) para preservação patrimonial, nos cursos de arquitetura e urbanismo, em três instituições – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), no Brasil, e Università degli Studi “Gabriele d’Annunzio” di Chieti-Pescara (Ud’A), na Itália. E a terceira se deu por meio de uma validação da “matriz”, por meio de entrevistas com os docentes com expertise na temática abordada, chegando ao resultado final da matriz, a ser apresentada no próximo tópico.

A pesquisa bibliográfica tomou como base o documento que descreve as “Linhas de Orientação sobre a Educação e a Formação em Conservação de Monumentos, Conjuntos e Sítios Históricos” (ICOMOS, 1993). Segundo esse documento, a conservação é uma atividade interdisciplinar que “requer a capacidade de observar, analisar e sintetizar”, na qual “estão envolvidas muitas competências profissionais e artesanais”. Os profissionais devem ser capazes de ler e identificar o “significado emocional, cultural e utilitário” de um monumento, conjunto ou sítio, ou seja, a compreensão dos valores que é fruto da “compreensão histórica e tecnológica”, do “enquadramento de um monumento, de um conjunto ou de um sítio, os seus conteúdos e vizinhanças,

em relação a outros edifícios, jardins ou paisagens” e do reconhecimento das práticas tradicionais e dos aspectos simbólicos para uma comunidade; por meio de acurada pesquisa junto a “todas as fontes de informação disponíveis”; “conhecer, compreender e aplicar as convenções e recomendações da UNESCO, do ICOMOS e outras Cartas”, além de uma reflexão crítica das teorias da conservação, para, então, “fazer julgamentos equilibrados”; e, por fim, “desenvolver estratégias de conservação” que sejam apropriadas.

Assim, destacamos alguns dos principais modelos teórico-operativos, buscando analisar as contribuições teórico-metodológicas, desenvolvidas a partir do século XIX e que ainda suscitam reflexões contemporâneas, para relacioná-las às recomendações da Unesco, do ICOMOS e outras Cartas, estabelecendo alguns princípios operativos para o exercício projetual: conservação integrada; respeito a todas as fases de construção de um monumento; distinguibilidade da intervenção; respeito ao caráter e à fisionomia do preexistente de valor patrimonial; atribuição às construções de usos que respondam às necessidades da vida contemporânea, mas que respeitem seu caráter; mínima intervenção; reversibilidade/retrabalhabilidade da intervenção; compatibilidade físico-química entre os materiais originais e os da intervenção. Com isso, estabelecemos a “matriz inicial”.⁵

Com relação à pesquisa empírica, destacamos alguns aspectos analisados. Nas instituições brasileiras, os conteúdos que mais se destacaram referem-se ao reconhecimento do valor patrimonial, em que os alunos apresentam uma excelente resposta ao problema. Logo, as atividades desenvolvidas nessas

5 Discussão fomentada pela contribuição de autores como Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (França), John Ruskin (Inglaterra), Camillo Boito (Itália), Alois Riegl (Áustria), Luca Beltrami (Itália), Gustavo Giovannoni (Itália) e Cesare Brandi (Itália), entre outros, que formularam preceitos teóricos e metodológicos, entre os séculos XIX e XX, sobre formas de reconhecimento/preservação/intervenção de bens patrimoniais que ecoam até os dias atuais. Também foram abordadas contribuições contemporâneas, como as de Giovanni Carbonara, Paolo Marconi, Marco Dezzi Bardeschi, Claudio Varagnoli, Ignasi de Solà-Morales, Francisco De Gracia, Tiesdell, Oc e Heath, em um contexto internacional, e algumas reflexões brasileiras como as de Beatriz Mugayar Kühl e Natália Miranda Vieira-de-Araújo, entre outros.

instituições, com as análises pormenorizadas das áreas de intervenção (bairros) – por meio do diagnóstico de morfologia das áreas, relações espaciais, dados socioeconômicos, práticas tradicionais, tipos de uso, perfil de residentes e utilizadores locais –, apresentam-se como fundamentais para a definição das estratégias de preservação. Tais dados são obtidos por meio de pesquisas, inventários e desenhos dos perfis das vias, da paisagem e da massa edificada.

Sobre a UFRN, gostaríamos de apontar a importância do desenvolvimento dos planos de proteção, que possibilitou aos alunos a compreensão de que a conservação é fruto de medidas legislativas, administrativas e educacionais e parcerias público-privadas, o que dialoga diretamente com o princípio da “conservação integrada”. Além disso, enfatiza a imprescindível e imperiosa necessidade de vincular a ação projetual às dimensões do planejamento e da gestão.

Uma das competências abordadas na tese é “refletir criticamente sobre as teorias de conservação, considerando sua aplicabilidade”. Os alunos da UFRN e UFPE apontaram que, apesar de a teoria – fortemente ancorada nas contribuições de Francisco De Gracia (1996) – ter auxiliado as decisões projetuais, eles não compreenderam se suas propostas (inserções contemporâneas) eram adequadas sob o aspecto do impacto visual na preexistência de valor patrimonial. Diante de tais observações, ressaltamos que os princípios “distinguidade da intervenção” e “respeito ao caráter e à fisionomia do preexistente de valor patrimonial” devem ser amparados por parâmetros mais claros. Para avaliar o impacto de uma intervenção contemporânea em seu entorno e na edificação, objeto de intervenção, sugerimos a necessidade de analisar não apenas se os materiais novos se diferenciam do preexistente, mas também os seguintes itens: relações de volume, espacialidade, escala, gabarito, forma arquitetônica, cores e padrão de ocupação no lote.

Assim, é necessário ampliar o debate crítico com exemplos projetuais (apresentados tanto por docentes como por alunos) que incentivem análises, correlacionando valores patrimoniais de um monumento, conjunto ou sítio, e as ações de intervenção.

A instituição italiana se destaca em relação às brasileiras pela reflexão crítica das teorias da conservação, pois seu programa de curso contempla questões

terminológicas relacionadas ao restauro e faz um percurso teórico-histórico sobre teorias e práticas restaurativas desde a tradição pré-moderna – o medievo – até o debate mais atual (no contexto italiano). Essa constatação foi possível devido ao discurso (além das propostas projetuais) dos alunos, que apontaram seus projetos como tendo uma relação de respeito com a preexistência, apesar do uso de elementos contemporâneos.

Vale ainda destacar que, na instituição italiana, não há a obrigatoriedade de propor o (re) uso das edificações, assim como da inserção de elementos contemporâneos, por entender as fases de análise e diagnóstico (pesquisas histórica e fotográfica, levantamentos com desenhos geométricos, arquitetônicos, análise dos elementos construtivos e de degrado, quadros fissurativos etc.) como projeto do restauro, assim como as ações de manutenção/conservação; visão que compartilhamos.

Consequentemente, um aspecto que contribuiu com a matriz foi a questão do conhecimento técnico-operacional do restauro, em que os alunos seguiam um percurso projetual que deveria contemplar os elementos de análise e diagnóstico supracitados, para então fazer as proposições projetuais para os objetos de intervenção. Isso estimulou a compreensão dos alunos sobre a importância das fases iniciais do projeto e sobre como possuem relação direta com a fase propositiva, sendo determinantes para a escolha projetual.

Logo, este estudo de caso apontou a necessidade de incluir na matriz outras competências indicadas pelo documento “Linhas de Orientação sobre a Educação e a Formação em Conservação de Monumentos, Conjuntos e Sítios Históricos” (ICOMOS, 1993): “compreender a história e a tecnologia dos monumentos, dos conjuntos ou dos sítios para definirem a sua identidade”; “compreender e analisar o comportamento dos monumentos, conjuntos e sítios como sistemas complexos”; e “diagnosticar as causas intrínsecas e extrínsecas da degradação, como base para uma ação apropriada”. Portanto, é essencial que os alunos aprendam a fazer levantamentos pormenorizados, bem como saibam representar graficamente os elementos arquitetônicos de um monumento.

Por outro lado, a ênfase na dimensão tecnológica, especialmente quanto aos conteúdos relacionados ao restauro das superfícies e estruturas (os tratamentos

de limpeza, consolidação e proteção), pode propiciar uma lacuna em outros aspectos importantes, enfatizados na proposta da matriz, como é o caso das questões relacionadas às políticas, ao planejamento e à gestão (conservação integrada). A nosso ver, as técnicas de restauração/conservação nas superfícies e estrutura seriam conteúdos trabalhados somente em nível de pós-graduação.

ENTRE O GENÉRICO E O ESPECÍFICO: UMA PROPOSTA PARA A FORMAÇÃO, EM NÍVEL DE GRADUAÇÃO, EM ARQUITETURA E URBANISMO PARA O PROJETO EM PREEEXISTÊNCIAS DE VALOR PATRIMONIAL

A conclusão da pesquisa desenvolvida por Olimpio (2020), portanto, fundamentou a proposta de uma “matriz final”, estruturada por meio de cinco perguntas norteadoras, relacionando-as a princípios teórico-operativos que influenciam diretamente a fase propositiva do projeto. As perguntas são: por que preservar?”, “para quem preservar?”, “o que preservar?”, “como preservar?” e “estou preservando?”.

POR QUE PRESERVAR?

Para preservar, é imprescindível a compreensão dos conceitos de monumento, patrimônio cultural e valor patrimonial, por meio de uma reflexão histórica sobre o processo de evolução/transformação do que e por que se preserva. Também é necessário apontar o papel de um “juízo de valor”, que deve ser baseado em “conhecimentos sólidos de história e de estética”, destacando alguns dos valores historicamente reconhecidos e discutidos na contemporaneidade: de rememoração/comemoração, histórico, de antiguidade, de uso, artístico, simbólico e de sustentabilidade.

Considerando que sem a reflexão crítica e o juízo de valor “muitos dos graves danos impostos aos monumentos (ou bens culturais em geral, mesmo os de caráter não monumental) são oriundos de interpretações rasas ou apressadas dos valores de que são portadores” (E1, 2020 *apud* OLIMPIO, 2020, p. 292).

Para este tópico sugerimos a leitura e discussão de textos que tratam da conceituação e evolução histórica dos termos “monumento”, “patrimônio

cultural” e “valor patrimonial”, apresentando exemplos concretos de bens móveis, imóveis e áreas que são reconhecidas como “dignas” de preservação, além de analisar criticamente algumas intervenções, com base nos valores patrimoniais identificados, avaliando se os mesmos foram preservados.

PARA QUEM PRESERVAR?

Para esta pergunta, usaremos a contribuição dos “Princípios de La Valletta”, que apontam a necessidade da preservação dos usos e das funções tradicionais, visando, sempre, à permanência da comunidade local de determinada área. Logo, toda ação deve manter as práticas tradicionais e proteger os residentes e utilizadores locais (ICOMOS, 2001, p. 7).

O QUE PRESERVAR?

Neste item, são feitas análises e diagnósticos pormenorizados do edifício e/ou área de intervenção, bem como das práticas tradicionais, residentes e utilizadores locais, com vistas ao:

1. Reconhecimento dos valores patrimoniais, por meio de pesquisa histórica, fotográfica, levantamento e representação gráfica pormenorizada, compreendendo a história e a tecnologia dos monumentos, dos conjuntos ou dos sítios.
2. Diagnóstico e análise de possíveis causas de degrado/fissuras/desmoronamento e dos elementos que são passíveis de conservação/restauração ou não.

Para os itens acima, destacam-se as atividades desenvolvidas na Università degli Studi “Gabriele d’Annunzio” di Chieti - Pescara (Ud’A), nas quais os alunos apresentam um conjunto de informações (textos e desenhos) que contribuem diretamente para a fase propositiva do projeto.

3. Análise do caráter e da fisionomia do preexistente de valor patrimonial (relação de volumes, tipos edifícios, escala, padrão de ocupação, gabaritos, cores, formas, materiais), ou seja, a vocação do edifício e/ou da área de intervenção.
4. Análise de dados socioeconômicos, práticas tradicionais, tipos de uso, perfil de residentes e utilizadores locais.

As atividades desenvolvidas nas instituições brasileiras se apresentam como fundamentais para os itens três e quatro: análises da morfologia da área, suas relações espaciais, dados socioeconômicos, tipos de uso etc. Tais dados são obtidos por meio de pesquisas, inventários e desenhos dos perfis das vias, da paisagem e da massa edificada.

COMO PRESERVAR?

1. Conhecer, interpretar e analisar criticamente os documentos da Unesco, do ICOMOS e outras Cartas, bem como das teorias de conservação que são fruto de anos de reflexão, com base em análises projetuais.

Para este item, é importante que o docente exponha exemplos projetuais, mas que também incentive os alunos a apresentarem projetos, estimulando-os a realizar análises críticas, correlacionando os valores patrimoniais, o diagnóstico e a análise do aspecto material do monumento e o caráter e a fisionomia do preexistente de valor patrimonial.

2. Definição dos princípios norteadores do projeto, considerando os valores patrimoniais identificados, o diagnóstico e a análise do aspecto material do monumento e o caráter e a fisionomia do preexistente de valor patrimonial.

Lembramos que os documentos oficiais da Unesco e do ICOMOS estabelecem alguns princípios, como o respeito a todas as fases de construção de um monumento (edifício ou área), distinguibilidade/notoriedade da intervenção,

respeito ao caráter e à fisionomia do preexistente de valor patrimonial, atribuição às construções (edifícios, ruas, quadras ou bairros) de usos que respondam às necessidades da vida contemporânea, mas que respeitem também seu caráter patrimonial, garantindo a sua sobrevivência, mínima intervenção, reversibilidade/retrabalhabilidade da intervenção e compatibilidade físico-química entre os materiais originais e os da intervenção

ESTOU PRESERVANDO?

Conforme já mencionamos, esta pergunta trata da revisitação constante às quatro anteriores: “por que preservar?”, “para quem preservar?”, “o que preservar?” e “como preservar?”, para avaliar se o que foi atribuído como de valor patrimonial está realmente sendo preservado. Nesse sentido, as discussões no ateliê de projetos, com ponderações críticas de docentes e discentes, são essenciais para o amadurecimento da proposta projetual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A IMPORTÂNCIA DA REFLEXÃO ESPECÍFICA DA NOSSA PROFISSÃO – O PROJETO

Para a formação profissional com a finalidade de atuar no âmbito da conservação, é importante destacar a importância do rigor teórico-técnico, descrito no documento “Linhas de Orientação sobre a Educação e a Formação em Conservação de Monumentos, Conjuntos e Sítios Históricos” (ICOMOS, 1993).

Portanto é essencial para a formação (e atuação profissional) o estímulo a reflexões teóricas sobre as formas de intervir em preexistências de valor patrimonial. Salienta-se que, apesar de a intervenção em um bem patrimonial ser um campo subjetivo, e que cada projeto seja um caso, devendo por isso ser analisado de modo singular, em razão das características de cada bem arquitetônico e de seu transcorrer na história, defendemos, como Kühn (2006, p. 24-25), que não estabelecer dogmas não significa que a intervenção deva ser arbitrária. Dessa forma, o papel da teoria é “refletir sobre o método para se chegar ao conhecimento”, ou seja, é necessário resolver um problema subjetivo o mais objetivamente possível (com julgamentos equilibrados). Em

vista disso, as reflexões teóricas são um caminho para o alcance dessa objetividade. Entendemos os princípios operativos para o exercício projetual aqui destacados, a partir do diálogo com alguns dos principais modelos teórico-operativos do campo da preservação, como uma busca para o alcance da desejada objetividade.

Insistimos, assim, na necessidade de valorizar as discussões que são próprias do nosso campo de formação de arquitetos e urbanistas, como a do projeto de arquitetura, a da reflexão sobre o “como”, aqui, em especial, concentrada nas questões do projeto em áreas e edifícios de valor patrimonial, que inevitavelmente passam pela formação em nível de graduação (VIEIRA-DE-ARAÚJO, 2020 e 2021). Conforme dito desde o início deste texto, o olhar para esse problema se atualiza com o contexto cultural que vivemos e com as novas abordagens que se delineiam no campo da preservação, mas continua sendo uma questão extremamente importante para o alcance de práticas preservacionistas consistentes. Obviamente essa formação não se esgota no nível da graduação, mas entendemos ser necessária a discussão sobre um mínimo plausível, compatível com a atribuição profissional regulamentada no país. Apontamos, ainda, o papel da criatividade em uma intervenção em preexistências de significância cultural, que deve observar os princípios teóricos, visando à preservação dos valores patrimoniais tangíveis e intangíveis bem como a qualidade de vida da população, o que afasta o estigma de que nesse tipo específico de projeto não existe espaço para a criatividade. Ao contrário, o desafio que se coloca só poderá ser enfrentado com a combinação entre a definição de princípios operativos, muita criatividade e atenção às especificidades materiais e imateriais do bem, objeto de intervenção. Seguimos no desafio de refletir sobre as interseções entre teoria, projeto e ensino no campo da preservação patrimonial.

REFERÊNCIAS

- FARAH, A. P. **Restauração arquitetônica**: a formação do arquiteto urbanista no Brasil para a preservação do patrimônio edificado – o caso das escolas do estado de São Paulo. São Paulo, História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo– FAUUSP, 2012. (Tese de Doutorado).
- GRACIA, F.de. **Construir en lo construido**: la arquitectura como modificación. Madrid: Nerea, 1996.
- ICOMOS. **Linhas de orientação sobre a educação e a formação em conservação de monumentos, conjuntos e sítios históricos**. 10th General Assembly Colombo Proceeding. Sri Lank, 1993. Disponível em: <http://openarchive.icomos.org/1679/1/AG1993.pdf>.
- ICOMOS. **Princípios de La Valletta para a salvaguarda e a gestão de cidades e conjuntos urbanos históricos**. 17^a Assembleia Geral do ICOMOS, Paris, 2011. Disponível em: https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/Valletta_Principles_Portugese.pdf.
- KÜHL, B. M. **Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização**: problemas teóricos de restauro. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008.
- KÜHL, B. M. Restauração hoje: método, projeto e criatividade. **Desígnio – Revista de História da Arquitetura e do Urbanismo**, v. 6, p. 19-33, 2006.
- MEC. **Portaria nº 1.770**, de 21 de dezembro de 1994. Disponível em: http://www.lex.com.br/doc_351157_PORTARIA_N_1770_DE_21_DE_DEZEMBRO_D.
- MEC. **Resolução nº 6**, de 02 de fevereiro de 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces06_06.pdf.
- MEC. **Resolução nº 2**, de 17 de junho de 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5651-rces002-10&Itemid=30192.
- NASCIMENTO, F. B.do. Formar e questionar? Os cursos de especialização em patrimônio cultural na década de 1970. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, N. Sér., v. 24, n. 1, jan.-abr. 2016, p. 205-236. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02672016v24n0108>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/vpiew/119846>.

- NERY, J.; BAETA, R. Sobre os riscos e os limites da supremacia da significância: as teorias modernas da restauração diante da recente ampliação do campo do patrimônio cultural. *In: Anais do V ENANPARQ - Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*. Salvador: 2018.
- OLIMPIO, M. L. V. **Formação do arquiteto e urbanista para a preservação de áreas e edifícios de valor patrimonial**: diálogos entre a teoria e o exercício projetual. Natal, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFRN, 2020. (Tese de Doutorado).
- OLIMPIO, M. L. V.; VIEIRA-DE-ARAÚJO, N. M. Intervenção em edifícios de valor patrimonial: a Portaria nº 420 (22-12-2010) do IPHAN e alguns resultados práticos no Centro Histórico de Natal-RN. **Revista Projetar - Projeto e percepção do meio ambiente**, v. 3, 2018, p. 64-79.
- SILVA, H. D. A. **Projeto em áreas consolidadas de patrimônio cultural**: propostas para a construção de uma metodologia de ensino. Natal,. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFRN, 2012. (Tese de Doutorado).
- VIEIRA-DE-ARAÚJO, N. M. O papel da materialidade no debate contemporâneo da preservação: por uma relação simbiótica entre materialidade e imaterialidade. *In: 4º Simpósio Científico do ICOMOS Brasil / 1º Simpósio Científico ICOMOS-LAC, 2020*, Rio de Janeiro. Anais do 4º Simpósio Científico do ICOMOS Brasil / 1º Simpósio Científico ICOMOS-LAC. Rio de Janeiro, 2020.
- VIEIRA-DE-ARAÚJO, N. M. O papel da teoria na prática projetual de intervenção em áreas de valor patrimonial: o “Ano da Conservação” na experiência didática da UFPE. *In: Sessão Livre - Relação teoria x prática projetual no ensino da conservação do patrimônio cultural*. LIRA, F. B. (coord.) **VI ENANPARQ – Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**, Brasília, DF, 2021:). p. 1.540-1.547.

1-2

A CONSTRUÇÃO DO ENSINO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NAS ESCOLAS DE ARQUITETURA NO BRASIL

MARIANA VAZ
ROSINA TREVISAN M. RIBEIRO

AS BASES DO ENSINO DO PATRIMÔNIO

Em 1994, por meio da Portaria MEC nº 1.770, teve início a primeira obrigatoriedade do ensino de educação patrimonial nas escolas de arquitetura e urbanismo do país. O conteúdo intitulado Técnicas Retrospectivas, que estava previsto no Art. 4º, § 2º, regulamentou, mas não finalizou, as discussões acerca do tema, que tiveram início algumas décadas antes de sua regulamentação, perdurando até os dias atuais.

O patrimônio é o legado que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às futuras gerações. Nosso patrimônio cultural e natural é fonte insubstituível de vida e inspiração, nossa pedra de toque, nosso ponto de referência, nossa identidade. (UNESCO, 2017)

Antes de se chegar à consciência efetiva da necessidade de preservação dos monumentos históricos, esses passaram por um longo processo de reconhecimento.

A Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), de 1962, em Paris, elaborou o primeiro documento com a ideia principal sobre a proteção das paisagens e sítios, naturais, rurais ou urbanos, ampliando o conceito de patrimônio cultural.

O patrimônio, sob o aspecto de “disciplina”, começa a se concretizar nas discussões que confrontam o novo e o antigo, pois, até então, os monumentos eram documentos históricos estudados como registro nas escolas de arquitetura, nas disciplinas de história da arquitetura e da arte e nas de desenho.

Segundo Jokilehto (1986), foi a partir de 1950 que as discussões acerca da formação acadêmica do arquiteto apto a intervir em monumentos históricos começaram na Europa; isso se deu não apenas no nível da graduação, mas também da pós-graduação, do mestrado e do doutorado.

Na década de 1960, algumas das Cartas Patrimoniais, como as Normas de Quito (1967) e as Recomendações de Paris (1968), vão tocar pela primeira vez na necessidade de “voltar os olhos” da educação para o patrimônio. A renovação dos olhares sobre o patrimônio no Brasil iria, de certa forma, acompanhar as recomendações e ações internacionais.

Os desdobramentos das recomendações das Cartas são observados a partir da década de 1970, em documentos nacionais e regionais do Brasil, como o Compromisso de Brasília, de 1970, por exemplo, que aponta para uma preocupação com a formação qualificada dos arquitetos.

BASES DO ENSINO DO PATRIMÔNIO NO BRASIL

Concretamente, as primeiras experiências com o ensino de preservação do patrimônio cultural no Brasil, para os arquitetos, ocorreram no âmbito do trabalho técnico e da pós-graduação, pois, se analisarmos do ponto de vista do imediatismo necessário das ações frente à salvaguarda do patrimônio, os ainda estudantes de arquitetura não possuíam em sua grade curricular o ensino regular sobre patrimônio. E apenas teve início oficialmente por meio da Portaria nº 1.770, de 21 de dezembro de 1994, com prazo para implementação nas grades curriculares, flexibilizado até 1996.

Os intelectuais à frente do IPHAN vão ser pioneiros na articulação internacional, buscando estabelecer relações e articular o fomento para treinamento dos técnicos brasileiros; que se dará em vários cenários, sempre com o apoio das universidades.

Em 1974, o IPHAN, a Universidade de São Paulo e o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico (CONDEPHAAT) conseguiram promover, na USP, um curso de especialização voltado para profissionais que não faziam parte do corpo docente da universidade. O “Curso de Especialização em Conservação de Monumentos e Conjuntos Históricos” foi a primeira formação ampliada de especialização realizada no Brasil segundo Mosaner (2012). A repercussão do curso e o interesse na especialização fizeram com que o mesmo tivesse outras edições, em parceria com as universidades federais, e aconteceram em 1976, 1978 e 1981/1982, em Recife-PE, Belo Horizonte-MG e Salvador-BA, respectivamente. As discussões relacionadas à especialização já se mostravam consolidadas na década de 1980, pois os cursos se expandiam pelo Brasil, a cooperação internacional se fazia presente e já se buscavam aprimoramentos e novas alternativas.

Na graduação, as primeiras iniciativas do ensino do patrimônio foram propiciadas pela disciplina “Arquitetura no Brasil”, herança de Paulo Santos, que despertou não apenas um novo olhar sobre o reconhecimento da história da arquitetura e das técnicas construtivas, mas possibilitou ampliar seu campo de estudo e ensino por meio dos trabalhos de inventário, que passaram a ser também desenvolvidos na Academia. A expertise dos técnicos e professores protagonizaram os primeiros contextos do ensino de patrimônio nas escolas de arquitetura no Brasil, conforme afirma o documento “A Formação do Arquiteto e a Preservação do Patrimônio Cultural”, redigido pelos técnicos do SPHAN/ Pró-Memória, em 1981, para o Arquimemória I. Segundo esse registro, a simultânea presença dos técnicos que atuavam nos órgãos do patrimônio nas escolas de arquitetura permitiu que experiências conjuntas entre universidades, órgãos do patrimônio e estudantes de graduação fossem pioneiras no Brasil.

ALGUMAS DISCUSSÕES QUE ANTECEDEM A OBRIGATORIEDADE DO ENSINO DE PATRIMÔNIO NA GRADUAÇÃO

Na década de 1980, assim como na pós-graduação, as discussões referentes ao ensino do patrimônio começavam a despontar na graduação; mas as experiências práticas ainda eram autônomas e não unificadas no campo da formação do arquiteto brasileiro. É justamente em busca dessa formação unificada que as discussões se darão nesse período, quando o ensino do patrimônio será apenas uma das vertentes discutidas pelas comissões de ensino vinculadas ao Ministério da Educação (MEC), pelas Instituições de Ensino Superior (IES), alunos, professores, Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), Associação Brasileira do Ensino de Arquitetura e Urbanismo (ABEA), entre outros.

Nesse período, os organismos internacionais já se mostravam preocupados e vigilantes com o futuro da arquitetura no Brasil. Segundo relatado no I Boletim da ABEA, em agosto de 1974, no Rio de Janeiro, acontece o II Encontro Regional de Escolas de Arquitetura, quando a União Internacional de Arquitetos (UIA) incumbiu a Universidade de Brasília (UnB) e a FAU/USP de produzirem para a organização um relatório sobre o ensino de arquitetura no Brasil, que publica o seguinte relato:

Constitui objetivo da Unesco não só estruturação imediata de um projeto-piloto de ensino de Arquitetura em um dos Estados participantes e a criação de um Centro de Ensino de arquitetura para o intercâmbio cultural e material entre as escolas como também o oferecimento de bolsas para estudantes e professores e ainda a subvenção de programas de aperfeiçoamento e de reaparelhamento material de nossas escolas. (ABEA, 1974)

Também durante esse encontro, o Núcleo de História e Teorização da ABEA apontou para a preservação da memória e da consciência nacional. Naquele período, alguns eventos simultâneos envolveram os mesmos técnicos, professores e colaboradores, que acabaram contribuindo para a construção das narrativas que aconteceriam no Arquivemória I. Uma das contribuições aconteceu no painel de formação, promovido pela SPHAN/Pró-Memória, em que se reuniram

o grupo de trabalho de Brasília para os estudos de patrimonialização da capital federal e os grupos de trabalho da Secretaria de Educação Superior (SESU) junto ao MEC. Naquele momento, essas equipes discutiam as propostas de mudanças nas diretrizes curriculares, e destacaremos os dois primeiros neste texto.

Em 1981, o atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) promoveu um painel sobre a formação e a postura profissional do arquiteto no Brasil diante da questão da preservação do patrimônio arquitetônico nacional. Segundo a publicação “A construção do novo e o problema do patrimônio” (CULTURA, 1981), a ideia surgiu em função das sucessivas visitas dos estudantes de graduação em arquitetura e urbanismo a Brasília, em busca de mais orientações para a elaboração de seus trabalhos finais de curso. Segundo relatos dos alunos, em suas IES não encontravam bibliografia nem orientações acadêmicas para trabalhos cujos temas eram afins à preservação de sítios históricos.

O texto narra que, nesse período, os técnicos do IPHAN já se preocupavam em organizar seminários para alunos e professores, objetivando discutir o patrimônio arquitetônico e temas afins. O evento culminou em mesas redondas distintas de professores e de alunos. Uma compilação de dados foi realizada a respeito do assunto, cujos desdobramentos foram, em parte, resultado de questionários enviados para as escolas de arquitetura, numa ação conjunta do MEC, da SES (Secretaria de Ensino Superior) e do IAB. Estiveram representadas no evento as seguintes IES: UnB, Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Nos depoimentos os alunos relatavam que, de forma geral, o interesse deles pela preservação foi construído antes da escola de arquitetura, narravam que sua consciência cultural provinha da educação básica, real motivador do interesse no aprofundamento do tema. Os alunos diziam que encontravam apoio em alguns professores com conhecimentos sobre o assunto, mas que de fato o conteúdo pertinente à preservação do patrimônio cultural, ministrado nas disciplinas dos cursos, era escasso e inconsistente. Segundo os alunos, durante o curso, eles eram “levados a pensar exclusivamente no novo” (CULTURA, 1981, p. 3).

As discussões sobre esse conteúdo perduraram em outros congressos e encontros subsequentes, mas apenas duas décadas depois do início das

discussões formais sobre o ensino do patrimônio na graduação de arquitetura e urbanismo, que este se consolidou de forma obrigatória nas IES do Brasil.

AS TÉCNICAS RETROSPECTIVAS E O INÍCIO DO ENSINO OBRIGATÓRIO DO PATRIMÔNIO NO BRASIL

A conservação dos bens culturais, dos edifícios e dos centros históricos faz, portanto, parte de um programa mais vasto; a manutenção e reabilitação de toda a paisagem construída no passado distante e próximo. As **técnicas** a que podemos chamar **retrospectivas** – de ripristinação, restauração, reestruturação e reconstrução dos artefatos – tem um peso sempre crescente da produção contemporânea. (BENEVOLO, 1976, p.144, grifo nosso)

O termo Técnicas Retrospectivas tem origem numa comunicação intitulada “Os operadores da conservação”, apresentada por Leonardo Benevolo no *Symposium* do Conselho da Europa, realizado na cidade de Fulda, na Alemanha, em 1980 (BENEVOLO, 1976, p. 137).

Nesta comunicação Benevolo define o que ele vai chamar de repertório de métodos para a conservação moderna, definindo o *ripristino*, a restauração, a reestruturação e a reconstrução. Também chamou a atenção para a importância da manutenção, que ele classificou como comum e extraordinária.

A disciplina Técnicas Retrospectivas, surgida nos currículos mínimos das faculdades de arquitetura e urbanismo no Brasil, por meio da Portaria nº 1.770, do MEC, que tratou dos conteúdos relativos ao tema patrimônio cultural, foi batizada com esta provisória e não obrigatória nomenclatura.

Essa portaria trouxe novas diretrizes curriculares para os cursos de arquitetura e urbanismo do Brasil, nas quais, entre outras reformulações, há a obrigatoriedade do ensino do patrimônio.

A deliberação do MEC supracitada determina os seguintes pontos, no que tange o ensino obrigatório de patrimônio nas escolas de arquitetura:

Art. 2º O conteúdo mínimo do Curso de Arquitetura e Urbanismo divide-se em três partes interdependentes:

I) Matérias de fundamentação, constituindo-se em conhecimentos fundamentais e integrativos de áreas correlatas;

II) Matérias Profissionais, constituindo-se em conhecimentos que caracterizam as atribuições e responsabilidades profissionais.

III) Trabalho Final de Graduação.

Art. 4º São Matérias Profissionais: - História e Teoria da Arquitetura e Urbanismo. - **Técnicas Retrospectivas**. - Projeto de Arquitetura de Urbanismo e de Paisagismo. - Tecnologia da Construção. - Sistemas Estruturais. - Conforto Ambiental, - Topografia. - Informática Aplicada à Arquitetura e Urbanismo. - Planejamento Urbano e Regional.

§ 2º O estudo das **Técnicas Retrospectivas** inclui a conservação, restauro, reestruturação e reconstrução de edifícios e conjuntos urbanos. (MEC, 1994, grifo nosso)

Como podemos observar, não só o nome é genérico na definição da disciplina como nenhuma diretriz de carga horária mínima e de conteúdo é estabelecida. A implementação desse conteúdo se torna vaga e, na prática, cada escola vai adotar seus próprios critérios de cumprimento do que foi firmado no documento.

A portaria de 1994 já trazia muitos dos conceitos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que só foi aprovada em 1996. Naquele mesmo ano foi publicado o Edital nº 4/96, convocando as IES para a apresentação de propostas para as novas diretrizes curriculares dos cursos superiores. Nesse momento CONFEA, ABEA e Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (FENEA) constituem um grupo de trabalho que deu início ao processo de avaliação da implementação da Portaria nº 1.770/94 nos cursos, para o atendimento ao chamamento do edital. Os resultados apontados pelo grupo culminaram na Proposta de Resolução das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Arquitetura e Urbanismo, entregue ao MEC em 1998, mas que só foi aprovada em 2005, pelo Parecer CNE/CES nº 112/2005 do Conselho Nacional de Educação, sendo publicada como Resolução CNE/CES nº 6, de 2 de fevereiro de 2006, somente 8 anos após a entrega da proposta elaborada pela comissão em 1998.

A disciplina denominada Técnicas Retrospectivas (algumas escolas de arquitetura a introduziram com outros nomes) passa a se integrar à grade mínima curricular, que define a disciplina como “o estudo da conservação, restauro, reestruturação e reconstrução de edifícios e conjuntos urbanos” (MEC, 1994), deixando em aberto a carga horária a que isso se refere nos cursos de arquitetura.

Essa definição de conteúdo teve uma diretriz a partir de um documento elaborado durante o XI CONABEA (Congresso Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo) e no XVII ENSEA (Encontro Nacional sobre o Ensino de Arquitetura e Urbanismo), no qual, na página 19, estão contidas as seguintes determinações:

5.3. Orientação para que as Técnicas Retrospectivas contemplem as áreas de teoria e história, tecnologia e projeto;

5.4. quanto à abordagem do universo concernente às Técnicas Retrospectivas, que essa “postura” esteja explícita e necessariamente contida nos projetos pedagógicos dos cursos, e, como tal, não seja competência de uma única disciplina, quanto mais só tecnologia. (ABEA, 2001, p.19)

Tal congresso, realizado no Rio de Janeiro, em 2001, teve como título “Técnicas Retrospectivas: manutenção e reabilitação da paisagem construída”, o que por si só já aponta a importante dimensão e prioridade de destacar o tema nas escolas de arquitetura. Mais do que isso, chamava a atenção sobre a conduta pedagógica das escolas sobre o tema, alertando para que os conteúdos fossem alinhados de forma coerente. Quanto às definições relativas ao ensino sobre patrimônio, muito pouco foi reelaborado, deixando ainda vago e indefinido de que maneira este deveria ser tratado nas escolas de arquitetura e urbanismo, como pode ser observado nos trechos abaixo.

§ 1º A proposta pedagógica para os cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo deverá assegurar a formação de profissionais generalistas, capazes de compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidade, com relação

à concepção, à organização e à construção do espaço interior e exterior, abrangendo o urbanismo, a edificação, o paisagismo, **bem como a conservação e a valorização do patrimônio construído**, a proteção do equilíbrio do ambiente natural e a utilização racional dos recursos disponíveis.

Art. 4º O curso de Arquitetura e Urbanismo deverá ensejar condições para o que futuro arquiteto e urbanista tenha como perfil:

c) conservação e valorização do patrimônio construído;

Art. 5º O curso de Arquitetura e Urbanismo deverá possibilitar formação profissional que revele pelo menos as seguintes competências e habilidades:

d) o conhecimento da história das artes e da estética, suscetível de influenciar a qualidade da concepção e da prática de arquitetura, urbanismo e paisagismo;

e) os conhecimentos de teoria e de história da arquitetura, do urbanismo e do paisagismo, considerando sua produção no contexto social, cultural, político e econômico, e tendo como objetivos a reflexão crítica e a pesquisa;

j) as práticas projetuais e as soluções tecnológicas para a preservação, conservação, restauração, reconstrução, reabilitação e reutilização de edificações, conjuntos e cidades;

Art. 6º Os conteúdos curriculares do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo deverão estar distribuídos em dois núcleos e um Trabalho de Curso, recomendando-se sua Interpenetrabilidade:

I - Núcleo de Conhecimentos de Fundamentação;

II - Núcleo de Conhecimentos Profissionais;

III - Trabalho de Curso.

§ 2º O Núcleo de Conhecimentos Profissionais será composto por campos de saber destinados à caracterização da identidade profissional do egresso e será constituído por: Teoria e História da Arquitetura, do Urbanismo e do Paisagismo; Projeto de Arquitetura, de Urbanismo e de Paisagismo; Planejamento Urbano e Regional;

Tecnologia da Construção; Sistemas Estruturais; Conforto Ambiental; **Técnicas Retrospectivas**; Informática Aplicada à Arquitetura e Urbanismo; Topografia (Resolução CNE/CES nº 6/2006, grifo nosso).

A relevância do tema e a importância por se tratar da garantia da preservação de conjuntos e monumentos históricos também se mostram presentes na Carta para a Formação dos Arquitetos da UNESCO/UIA (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura/União Internacional de Arquitetos), redigida no encontro realizado em Tokyo, em 2011, e que reflete sobre o tema de forma bastante específica.

[...] os educadores devem preparar os arquitetos para desenvolver novas soluções para o presente e para o futuro, porque o novo tempo vai trazer com ele importantes e complexos desafios devido à degradação social e funcional em muitos assentamentos humanos. Estes desafios incluem urbanização global e um consequente esgotamento em ambientes já existentes, uma grave escassez de habitação, serviços urbanos e infraestrutura social, e a crescente exclusão de arquitetos em projetos relacionados com o ambiente construído.

Que a arquitetura, a qualidade das construções e sua integração harmoniosa no seu ambiente circundante, o respeito pelas paisagens naturais e urbanas, bem como o patrimônio cultural coletivo e individual são questões de interesse público. (UNESCO/UIA, 2011)

Apesar da inserção da disciplina obrigatória de Técnicas Retrospectivas e das recomendações da UIA, do MEC e de pesquisadores e especialistas na área, as questões díspares deste ensino nas escolas de arquitetura e urbanismo no Brasil vêm comprometendo o futuro do nosso patrimônio cultural.

A fala de João Carlos Correia, então presidente da ABEA, no Seminário do CAU-SP sobre ensino e formação, em 2019, apontou como as instituições de ensino superior vêm inserindo o conteúdo da intitulada Técnicas Retrospectivas em sua grade. As discrepâncias encontradas motivaram a necessidade de reformulação das Diretrizes Curriculares Nacionais.

No 3º Simpósio Científico do ICOMOS/Brasil, algumas exposições e debates ajudaram a corroborar a importância e o cuidado que as instituições de ensino devem ter para a formação do arquiteto e urbanista apto a intervir no patrimônio cultural, não só no Brasil como em todo o mundo; o que vem ao encontro da relevância da ampliação do campo disciplinar do ensino de patrimônio na graduação.

CONCLUSÃO

Se na década de 1980 já se falava no problema do aumento expressivo dos cursos de arquitetura e urbanismo no Brasil, que, em muitos, o “professor/técnico do patrimônio” não existia, entre 1994/1996, a situação se agravou. Se até então o tema patrimônio nas universidades era um privilégio daquelas que possuíam especialistas em seu corpo docente, com a obrigatoriedade do ensino das Técnicas Retrospectivas, perguntamo-nos quem foram os docentes que conduziram esse conteúdo, uma vez que poucos eram especializados na área e nenhum havia estudado obrigatoriamente, na graduação, o tema?

Lembramos ainda que, após a decisão de 7 de novembro de 2019 do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que reconheceu a realização de projetos e obras de restauro como atribuição privativa de arquitetos e urbanistas, a importância dessa discussão com o conselho de especialistas torna-se ainda mais relevante, pois abrange sua pertinência para o campo ampliado de formação dos arquitetos e urbanistas.

É fato que dentro de um universo de quase 800 cursos de arquitetura e urbanismo em funcionamento no Brasil, com uma média de 114 mil alunos (INEP, 2019), controlar a qualidade deste ensino não é apenas uma necessidade, mas um grande desafio.

No Brasil, temos hoje um patrimônio tombado se degradando sem que haja interesse prioritário de uma nova geração de arquitetos em trazê-los à luz da sociedade, atual e futura, e isto precisa ser repensado.

Entender patrimônio cultural como um campo do saber que fornece o embasamento teórico necessário para que o futuro arquiteto e urbanista possa

desenvolver seu aprendizado em seus projetos é uma das estratégias necessárias à formação do arquiteto no Brasil.

Se quisermos exclusividade de ação frente ao patrimônio, sob o ponto de vista legal da atribuição profissional, o ensino do patrimônio precisa ser revisto dentro das escolas. É preciso tratar o tema com abrangência dentro da grade curricular, absorvendo seu conteúdo nas disciplinas não especializadas, estimulando pesquisas científicas e trabalhos de extensão, sem esquecermos a teoria e a história, os ensinamentos da arquitetura brasileira do passado e do presente, que precisam ser obrigatoriamente ensinadas.

Concluo, afirmando que, para que haja um legado cultural para as futuras gerações, faz-se necessária e urgente uma revisão do ensino do patrimônio cultural nas escolas de arquitetura e urbanismo do Brasil, bem como do papel ético das universidades, dos docentes, dos conselhos profissionais e de especialistas que direta ou indiretamente são os responsáveis pela implementação e a regulação da formação desses profissionais, hoje, legalmente habilitados à ação e à salvaguarda dos monumentos, cidades e paisagens constituintes do patrimônio cultural brasileiro.

REFERÊNCIAS

ABEA. **I Boletim**. São Paulo: FAU-USP, 1974.

ABEA. **Caderno 20: anais do XV Encontro Nacional sobre Ensino de Arquitetura e Urbanismo e XI CONABEA**, Técnicas retrospectivas: manutenção e reabilitação da paisagem construída. Rio de Janeiro: ABEA, 2001.

BENEVOLO, Leonardo. **História da arquitetura moderna**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

BICA, B. E. P. *et al.* **Informe do 1º Encontro nacional de arquitetos sobre preservação de bens culturais: a formação do arquiteto e a preservação do patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: Arquivo Geral do IPHAN, 1981.

CORREIA, J. C. Histórico das discussões sobre a revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais e seu estágio atual. In: Seminário internacional: qualidade de ensino e mobilidade profissional. São Paulo, 2019. Apresentação em PowerPoint. Disponível em: <https://www.causp.gov.br/siqemp/arquivos.html>. Acesso em: 10 jun. 2019.

- COSTA, L. 1970. Compromisso de Brasília. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20Brasilia%201970.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.
- CULTURA/Educação, SEC. A construção do novo e o problema do patrimônio. **Boletim SPHAN/Pró-Memória**. Brasília, DF, nº 11, mar/abr. 1981.
- INEP. ENADE 2019. Relatório síntese de área Arquitetura e Urbanismo. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/relatorio_sintese/2019/Enade_2019_Relatorios_Sintese_Area_Arquitetura_e_Urbanismo.pdf. Acesso em: 10 jan. 2021.
- JOKILEHTO, J. **A history of architectural conservation: the contribution of english, french, german and italian thought towards an internacional approach to the conservation of cultural property**. England, 1986.
- MEC. Portaria nº 1.770, de 21 de dezembro de 1994. Disponível em: http://www.lex.com.br/doc_351157_PORTARIA_N_1770_DE_21_DE_DEZEMBRO_D. Acesso: 10 maio 2017.
- MEC. Resolução nº 6, de 2 de fevereiro de 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces06_06.pdf. Acesso em: 10 maio 2017.
- MEC. Resolução nº 2, de 17 de junho de 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5651-rces002-10&Itemid=30192. Acesso 10 maio 2017.
- MEC. Resolução nº 1, de 8 de junho de 2007. Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *lato sensu*, em nível de especialização. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces001_07.pdf Acesso em: 15 julho 2019.
- MOSANER, F. F. L. **O desenho como método de estudo**: Antônio Luiz Dias de Andrade e a arquitetura do Vale do Paraíba. São Paulo: FAU/USP, 2005. Dissertação (Mestrado na área de concentração: desenho de arquitetura) do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, USP, São Paulo, 2020.
- OEA. Normas de Quito, 1967. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf>. Acesso em: 06 julho 2018.
- UNESCO/UIA. **Charter for architectural education**. Turim: Unesco, UIA, 2008.
- UNESCO/UIA. **Charter for architectural education**. Paris: Unesco, UIA, 2011.

UNESCO. O Patrimônio: legado do passado ao futuro, 2017. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/heritage-legacy-from-past-to-the-future/>. Acesso em: mar. 2018.

UNESCO, Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural, 16 de novembro de 1972. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2019.

1-3

O PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO E O CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – CAUUFUC (1965 – 2021): ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

ROMEU DUARTE JUNIOR

INTRODUÇÃO

Neste artigo, será apresentado um panorama do patrimônio cultural edificado cearense e a atuação do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará – CAUUFUC, no período de 1965 a 2021, ou seja, entre a sua fundação e os dias de hoje, nos âmbitos do ensino, da pesquisa e da extensão. Para tanto será exposta e analisada a experiência de mais de 50 anos do CAUUFUC com esse patrimônio cultural na graduação, ressaltando suas atividades de ensino, pesquisa e extensão universitárias, e os desdobramentos destas ações nas demais áreas de atividade acadêmicas, notadamente no que diz respeito à proteção do acervo construído nos níveis federal, estadual e municipal e à contribuição do curso para este fim.

OS PRIMEIROS ANOS DO CAUUFUC

Criado em 1965, por apenas quatro arquitetos cearenses de formação modernista¹, graduados nas faculdades do Rio de Janeiro e de Pernambuco, e sob a inspiração de um reitor ousado e inovador², o CAUUFUC dá seus primeiros passos, ligado, desde o seu início, ao patrimônio. Um pouco antes, o arquiteto José Liberal de Castro, formado em 1955 pela Faculdade Nacional de Arquitetura do Rio de Janeiro e então membro do corpo técnico do Departamento de Obras da UFC, era aquele que, dos integrantes docentes do recém-criado curso, mais relações havia estabelecido com o tema.

Frequentador assíduo das rodas intelectuais da antiga Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) – atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) –, no Rio de Janeiro, já havia sido convidado, desde a sua chegada à terra natal, pelo então diretor do órgão federal, Rodrigo Melo Franco de Andrade³, no ano de 1957, para representar oficiosamente a instituição no Ceará⁴. Até então, apenas dois bens culturais haviam sido tombados pelo órgão federal no estado⁵. Para isso, além do acervo fortalezense, seria necessário percorrer as ermas e poeirentas estradas cearenses para conhecer a arquitetura das suas velhas cidades, as mais antigas, presas às suas ribeiras seminais; estas nem sempre molhadas.

1 Ivan da Silva Brito (Fortaleza/CE, 1928), José Armando Farias (Fortaleza/CE, 1927 – Fortaleza/CE, 1974), José Liberal de Castro (Fortaleza/CE, 1926) e José Neudson Bandeira Braga (Fortaleza/CE, 1935).

2 Antônio Martins Filho (Crato/CE, 1904 – Fortaleza/CE, 2002) foi advogado, professor, escritor e tipógrafo bem como o primeiro reitor da Universidade Federal do Ceará (UFC).

3 Rodrigo Melo Franco de Andrade (Belo Horizonte/MG, 1898-Rio de Janeiro/RJ, 1969) foi o primeiro diretor do IPHAN (criado em 1937, como Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

4 Essa representação foi exercida pelo professor e arquiteto José Liberal de Castro até o ano de 1982, quando foi implantada, no Ceará, a 4ª Delegacia Regional-DR do IPHAN, a cargo do arquiteto Domingos Cruz Linheiro (Taperoá/BA, 1945).

5 A coleção arqueológica pertencente ao acervo da Escola Normal, atualmente sob a guarda do Museu do Ceará, e a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, em Aracati, tombados em 1941 e 1957, respectivamente.

Liberal, então, alia-se a dois engenheiros do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, Amauri Araújo e Amauri Castro, e dá início a um intenso trabalho de inventariação arquitetônica, que vai se constituir na base dos esforços de identificação e documentação, proteção e promoção do patrimônio cultural edificado cearense, desenvolvidos no curso que seria fundado por ele e seus colegas, oito anos mais tarde.

Com o estabelecimento do CAUUF⁶, a partir do seu arcabouço pedagógico, no qual se privilegiava, além do projeto arquitetônico, as disciplinas referentes aos processos sócio-históricos relativos à formação e evolução urbana e ao desenho (à mão) e técnico (a lápis e à tinta), agora, havia plenas condições de se levantar a arquitetura antiga cearense em razão da existência de um experiente coordenador dos trabalhos e de uma boa quantidade de estudantes interessados no assunto. Nas próprias palavras do professor, concedidas especialmente para este artigo.

como a Escola era pequena, o Neudson e eu apenas trocávamos figurinhas.

Eu usava pranchetas, porém, para os alunos desenharem levantamentos.

Tratava-se de prática voluntária, salutar, rebatida quer no trabalho em equipe, quer numa visão crítica do passado, histórico e arquitetônico, além de apurar o adestramento gráfico, pois, o desenho técnico, ao proporcionar oportunidade de percepção do espaço, tornava-se assunto de interesse para o projeto.

OS ESTUDOS RELATIVOS AO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO CEARENSE NO CAUUF

Mesmo sendo dirigido por um especialista no assunto, o estudo do patrimônio cultural edificado cearense não surge como uma disciplina obrigatória,

6 Originalmente criado com a denominação de Escola de Artes e Arquitetura da UFC.

nem sequer como optativa, na grade curricular do CAUUFCE, mas, sim, como um trabalho de pesquisa voluntário, elaborado em equipe, no âmbito da disciplina História da Arquitetura e da Evolução Urbana III, ministrada por José Liberal de Castro. Em suas concorridas visitas e viagens, iniciadas pelo Centro de Fortaleza e se estendendo às cidades do interior do Ceará⁷, chegando até São Luís e Alcântara, no Maranhão, as animadas caravanas de alunos construíam, com seu trabalho, uma sólida base, necessária ao conhecimento da arquitetura cearense, cuja realização foi aproveitada nos tombamentos subsequentes.

Vale ressaltar, como afirmou o professor, que a informação sobre esse assunto, associada à influência das escolas carioca e paulista que permeava os meios docente e discente do curso, contribuiu para a construção de uma linguagem arquitetônica contemporânea local, infelizmente abandonada em função das transformações da cidade e das orientações do mercado imobiliário.

Outras três importantes conquistas decorreram desse estudo, realizado entre 1965 e 1982: a constituição do acervo de desenhos de arquitetura antiga cearense e maranhense da biblioteca setorial do CAUUFCE, composto por mais de 500 exemplares, que mereceu recente publicação; a formação de quadros técnicos para atuar na área da preservação do patrimônio cultural edificado; e o tombamento de bens imóveis isolados e sítios históricos, efetuado nos âmbitos federal, estadual e municipal de Fortaleza, assim como, bem mais tarde, dissertações e teses, todos decorrentes dessa fundamental pesquisa.

Todavia, as ações de identificação e documentação se sobrepuseram em quantidade às de proteção e promoção, essas levadas a cabo pelas instituições públicas, parceiras do curso, relacionadas ao patrimônio. Quanto a isso, a DPHAN inicia suas atividades de forma oficiosa no Ceará, em 1957, representada por José Liberal de Castro, cuja atuação termina em 1982, com a criação da 4ª DR/IPHAN.

7 As cidades mais visitadas foram Aquiraz, Aracati, Icó, Maranguape e Sobral. A partir do final da década de 1990, o IPHAN tomba os sítios históricos de Icó (1998), Sobral (1999), Aracati (2000) e Viçosa do Ceará (2004), esse último motivado pela proteção anterior, dada pelo órgão federal de preservação à Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção (2003), cuja instrução foi elaborada por José Liberal de Castro.

No âmbito estadual, a Secretaria de Cultura, criada em 1967, já surge dotada de um órgão de patrimônio cultural. Em 2007, atrasada em relação à abertura do campo patrimonial aos municípios, benesse concedida pela Constituição Federal de 1988, a Prefeitura Municipal de Fortaleza inaugura a Secretaria de Cultura de Fortaleza, a qual terá, em seu bojo técnico-administrativo, uma Coordenação de Patrimônio Histórico-Cultural. Em todas essas instâncias, principalmente na federal, será notável a participação de egressos do CAUUFCE em suas direções.

A CRIAÇÃO DA DISCIPLINA PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO-PCE NO CAUUFCE

No início, como se viu, a produção do conhecimento relativo ao patrimônio cultural edificado cearense deu-se coordenada por iniciados e em regime de trabalho de pesquisa informal, efetuado no âmbito de uma disciplina pertencente ao eixo curricular de Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo⁸, no período de 1965 a 1982. Antes mesmo da aposentadoria de José Liberal de Castro, ocorrida no começo da década de 1990, essa atividade já havia sido encerrada, salvo pela existência de algumas iniciativas pessoais bastante pontuais, num momento em que a pesquisa acadêmica ainda não era uma tarefa unânime nem se dispunha de programas oficiais que propiciassem estudos específicos na área.

Na reforma curricular porque passou o CAUUFCE, em 1995, ou seja, 30 anos após a sua fundação, foi criada a disciplina Patrimônio Cultural Edificado-PCE. O novo corpo de conhecimentos era oferecido na condição optativa, mas já despertando interesse entre o alunado, em razão de muitos estudantes, à época, elegerem o assunto como objeto de seus Trabalhos Finais de Graduação-TFGs, face à devastação do acervo construído da arquitetura antiga cearense, o que, infelizmente, acontece até hoje. A partir de 2010, mediante outra reforma curricular, essa disciplina tornou-se obrigatória, em atendimento ao que dispõe

8 O CAUUFCE é composto por cinco eixos curriculares, a saber, Projeto Arquitetônico, Projeto Urbanístico, Representação e Expressão, Tecnologia da Arquitetura e do Urbanismo e Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo.

a Lei nº 12.378/10, que trata a atuação junto ao patrimônio cultural edificado como atividade exclusiva dos arquitetos e urbanistas no Brasil.

Vale dizer que, atualmente, boa parte dos Trabalhos de Conclusão de Curso–TCCs, no âmbito do CAUUFCE, está voltada para o patrimônio cultural edificado, sendo trabalhada com enfoque mais amplo (patrimônio ambiental) e prevalência da escala de projeto arquitetônico, de modo específico, centrado na relação entre o novo e o antigo, referente ao edifício e à cidade. Percebe-se que os conceitos e conteúdos da disciplina, antes manipulados somente pelos professores responsáveis por seu ensino junto aos alunos matriculados, começam a ser compartilhados por outros eixos curriculares em suas cadeiras. Com a criação, em 2014, do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Design do Centro de Tecnologia da UFC–PPGAU+D/CT/UFC, estabeleceu-se uma disciplina optativa homônima no mestrado, detentora de semelhante interesse e inspiradora de várias dissertações. O mesmo se dá com o Curso de Especialização em Projeto Arquitetônico Contemporâneo: Teoria e Prática, iniciado em 2019, e também da alçada do Centro de Tecnologia da UFC, em cuja grade curricular consta a disciplina obrigatória Reabilitação de Edifícios Existentes.

CARACTERÍSTICAS DA DISCIPLINA PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO-PCE

A disciplina PCE (TG 0138), constante da grade curricular do 8º semestre do CAUUFCE, é atualmente oferecida com 4 créditos, constando de 16 aulas de 4 horas cada, perfazendo 64 horas-aula. Integrante do Eixo Curricular de Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo, em razão do prazo exíguo para ser ministrada, é marcadamente voltada ao universo teórico do assunto, uma vez que não há tempo hábil para o desenvolvimento de atividades de projeto arquitetônico e urbanístico. Cumpre informar que a denominação Técnicas Retrospectivas, causadora de tantas polêmicas nos cursos de arquitetura e urbanismo Brasil afora, nunca foi empregada para a disciplina, talvez por se entender que seu domínio curricular se estenderia para além dos sistemas construtivos pretéritos.

A disciplina é ofertada semestralmente com 32 vagas de matrícula, as quais são, às vezes, preenchidas com estudantes de outros cursos, em sua maioria de Direito, Geografia e História, o que torna problemático o seu ensino, pois os interesses são completamente diferentes daqueles dos alunos do CAUUFCE. A direção da disciplina vem sendo confiada a um professor doutor arquiteto e urbanista, com experiência acadêmica e profissional na área em comento, muitas vezes atuando sem o concurso de monitores. A assimétrica relação quantitativa professor x alunos (1 x 32), além da escassa quantidade de tempo determinada para a disciplina, é outro fator que impede que parte de seu programa seja ocupada por exercícios projetuais arquitetônicos e urbanísticos. O Departamento de Arquitetura e Urbanismo e Design-DAUD não dispõe de um laboratório de análises e testes relativos à conservação e ao restauro, o que em muito ajudaria o desenrolar dos trabalhos da disciplina, além de servir aos propósitos da pesquisa e da extensão, que já conta com vários projetos finalizados e outros em curso, no âmbito do assunto. Quando necessário, principalmente no que diz respeito a visita às obras de conservação e restauro e à realização de palestras técnicas, a direção da disciplina se vale de contatos com os órgãos de patrimônio federal, estadual e municipal de Fortaleza e, às vezes, com escritórios de arquitetura e urbanismo, de maneira a rebater na realidade as questões teóricas apresentadas e discutidas em classe.

Constituem a ementa da disciplina PCE conceitos fundamentais sobre: a preservação do patrimônio cultural edificado; a experiência internacional (a evolução do pensamento e da práxis sobre a problemática da conservação e restauração arquitetônica e urbanística); as cartas patrimoniais; a experiência brasileira (as políticas de proteção relativas ao patrimônio cultural edificado); a legislação, os critérios técnicos e conceituais e as experiências nacionais; a preservação do patrimônio urbano; o patrimônio ambiental; e a experiência cearense.

Metodologicamente, a disciplina se baseia e se organiza mediante o desenvolvimento, à luz de referenciais teórico-práticos e de reflexão sobre o processo de conformação do ideário preservacionista nacional e internacional, em que se procurará expor e associar questões que digam respeito a projeto, obra, edifício, cidade, memória e preservação. Em complementação, serão

analisadas obras referenciais do patrimônio cultural edificado em suas versões arquitetônica e urbanística.

Quanto ao seu conteúdo, a disciplina é composta por dois módulos. No primeiro, “Noções de monumento e monumento histórico”, é apresentado o cabedal teórico referente ao assunto e são analisadas intervenções em edifícios de interesse histórico-cultural no Ceará, no Brasil e no mundo. No segundo, “Noções de preservação ambiental e urbana”, são repetidos as atividades e o universo de amostragem do primeiro, voltados, entretanto, à escala dos conjuntos urbanos e sítios históricos. Oferece-se uma alentada bibliografia a ser utilizada nos dois módulos, bem como são propostos, apresentados e discutidos textos em determinadas aulas. Os trabalhos produzidos pelos alunos constituem-se em duas monografias, uma para cada módulo, relacionadas à análise de obras de conservação, restauro e adaptação a novo uso, em bens imóveis isolados, e de questões referentes às áreas urbanas dotadas de valor histórico-cultural.

Neste tópico, há de se registrar a relação de proximidade cada vez maior que a disciplina PCE mantém com o Eixo Curricular de Projeto Arquitetônico, organizado num sentido crescente de complexidade programática, principalmente com as disciplinas que compõem o seu trecho final. De outra parte, verifica-se uma relação inexistente ou fraca da disciplina com as suas congêneres que constituem os eixos curriculares de Projeto Urbanístico, Representação e Expressão e Tecnologia da Arquitetura e do Urbanismo. Assinale-se, ainda, a grande quantidade de TCCs elaborados na área de patrimônio cultural edificado, com ênfase no projeto arquitetônico, especificamente no diálogo entre novo e antigo, no que diz respeito ao edifício e à cidade.

Nos últimos semestres, com a relevância que as questões relativas ao patrimônio vêm adquirindo, vem se discutindo a criação da disciplina “Projeto Integrado”, no 8º semestre, que abará os conteúdos pedagógicos dos cinco eixos curriculares, sendo ministrada em regime de projeto de extensão e tendo como objeto uma demanda arquitetônica e urbanística real, constituindo-se, portanto, num primeiro esforço de integração de saberes com objetivos projetuais, antes do TCC. Conforme esse planejamento pedagógico, a disciplina PCE passará a ser ministrada no 7º semestre do curso.

SITUAÇÃO ATUAL, DESDOBRAMENTOS E UMA PROPOSTA

Na esteira da criação e do funcionamento da disciplina PCE, foi instituído o Atelier de Patrimônio Cultural-APC, no DAUD, formado por professores dos eixos curriculares de Projeto Arquitetônico e Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo, pesquisadores e bolsistas, que, além de sua inserção no ensino, vêm produzindo trabalhos nas áreas de pesquisa e extensão (artigos, publicações, projetos, instruções de tombamento e registro etc.), com a participação de seus membros em eventos de instituições de patrimônio em nível local, regional, nacional e internacional. Em 2019, a UFC, ciente da importância de sua história de mais de 60 anos e do patrimônio cultural material e imaterial que construiu nessa trajetória, criou o seu Comitê de Patrimônio Cultural-COMPAC/UFC, que desde o princípio de sua atuação conta com membros do APC e, por extensão, de professores da disciplina PCE, em seu corpo diretivo.

Todavia, são muitas as dificuldades que a disciplina encontra em seu caminho, desafios a serem superados, como a ocupação quase total do tempo disponível dos professores com atividades de ensino e pesquisa, o que os têm afastado das fundamentais experiências de projeto e canteiro de obras, com prejuízo do embasamento prático da disciplina, apesar da existência de um ou outro trabalho ligado à extensão, em razão das muitas solicitações de apoio técnico que chegam ao CAUUFCE por parte da sociedade.

Outro obstáculo é a quase inexistência de obras de conservação e restauro no Ceará, o que dificulta as atividades de ensino por motivo do necessário rebatimento das questões teóricas na realidade. A falta de estágios profissionais relacionados à área é também um revés, assim como a carência de estrutura técnico-científica (laboratório), no DAUD/CT/UFC, para o desenvolvimento de tarefas relacionadas ao patrimônio (análises, datações, prospecções etc.).

E há, ainda, o perigo para a formação dos alunos que representam a produção de monografias e a negação da atividade projetual nos TCCs, contra o que nós, professores dos eixos curriculares de Projeto Arquitetônico e Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo do CAUUFCE, temos nos batido desde sempre.

Como conclusão, faz-se vital uma proposta multifacetada, que busque considerar a criação de uma linha de pesquisa, ensino e extensão, nos cursos de

arquitetura e urbanismo do Brasil, necessariamente teórico-prática, relacionada à conservação e ao restauro de bens arquitetônicos e urbanísticos em suas vertentes edificadas

Há também a urgência de proposição de cursos de especialização e de mestrado profissional na área, os quais sabidamente têm demanda garantida, e a constituição de laboratórios nos cursos de arquitetura e urbanismo aptos a desenvolver tarefas técnico-científicas para dar suporte às atividades de pesquisa, ensino e extensão, passíveis de receber investimentos público-privados, para que possam ampliar o raio de ação das instâncias acadêmicas.

É mister a composição de uma rede de parceiros potenciais, com as universidades à frente, por meio dos seus comitês de patrimônio cultural, existentes ou a criar, assim como também das instâncias municipais, estaduais e federal, de outros órgãos públicos das três esferas de poder, de instituições privadas etc. E, por fim, é fundamental o respeito à *maneira* brasileira de tratar o patrimônio cultural edificado, sempre procurando aliar a conservação e o restauro ao caráter elementar do (novo) uso, sem descuidar a relação do patrimônio cultural material e imaterial com o patrimônio natural, que perfaz o patrimônio ambiental, cuja preservação é do interesse de todos nós.

REFERÊNCIAS

CASTRO, J. L. de. Ceará, sua arquitetura e seus arquitetos. In: **Cadernos brasileiros de arquitetura – panorama da arquitetura cearense**, vol. 9. São Paulo: Projeto Editores Associados, 1982.

CAUUF. **Programa da disciplina Patrimônio Cultural Edificado–PCE**. Fortaleza: Coordenação do CAUUF, 2021.

DUARTE JR., R. A escola de arquitetura e urbanismo da UFC e a produção da arquitetura e do urbanismo no Ceará (1950-2015). **Anuário do Ceará 2016-2017**, 2016. p. 656- 675.

DUARTE JR., R. **Breve história da arquitetura cearense**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2018.

DUARTE JR., R. O patrimônio cultural cearense e os 80 anos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Anuário do Ceará 2017- 2018**, 2017. p. 620- 640.

Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento do Ceará. **Arquitetura, memória, registro** – levantamentos gráficos de arquitetura antiga no Ceará e no Maranhão. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2019.

MATTOS, F. de F. M. **Identificação, documentação, proteção e promoção do patrimônio cultural edificado cearense**: a contribuição do acervo do CAU-UFC. Fortaleza: UFC, 2019. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo e Design) do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Design – Centro de Tecnologia, UFC, Fortaleza, 2019.

1-4

COMENTÁRIOS: NOTAS SOBRE O ENSINO DE PATRIMÔNIO NA GRADUAÇÃO

BEATRIZ MUGAYAR KÜHL

São muitos, e complexos, os desafios do ensino de temas relacionados ao patrimônio na graduação, assunto da maior relevância na formação dos profissionais de arquitetura e urbanismo. Cada docente conhece as dificuldades enfrentadas nas respectivas instituições. Parte desses desafios está analisada nos textos, presentes neste volume, de Romeu Duarte Júnior, Monique Lessa Vieira Olimpio e Natália Miranda Vieira-de-Araújo e de Mariana Vaz. Cada um dos autores lança miradas distintas sobre os enfrentamentos institucionais, o muito que foi conquistado nos últimos anos e os obstáculos a serem superados.

A essas relevantes contribuições, acrescentam-se aqui algumas ponderações sobre as experiências na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, onde uma das questões a serem enfrentadas é superar a estrutura departamental – Projeto, História e Tecnologia. O esforço vai além de vencer a tendência cada vez maior à especialização exacerbada, que torna difícil

o intercâmbio até mesmo entre áreas próximas, e recai num problema mais amplo: a dificuldade de diálogo na sociedade contemporânea. Esse fenômeno é danoso para temas de patrimônio, que exigem não apenas a articulação de diversas disciplinas, mas também a escuta e a troca constantes com a sociedade.

Tópicos ligados à preservação são tratados pelos três departamentos a partir de aproximação teórico-crítica, abordagens analíticas e exercícios projetuais. A articulação dos conteúdos – a repercussão do processo de aprofundamento cognitivo no projeto –, porém, tem sido mais explorada nas disciplinas optativas, em especial, na interdepartamental.¹ A disciplina articula diversos campos, mobilizando pelo menos um professor de cada departamento, e possibilita que o trabalho prático una pesquisa e projeto.

O projeto, entretanto, não é desvinculado do embasamento teórico-crítico, tratado como disciplina obrigatória², que não pretende esgotar os assuntos, mas ser meio de sensibilização. Discutir teoria e seus rebatimentos na prática não é doutrinação, mas construção crítica que visa a oferecer elementos para explorar o potencial dos instrumentos de campo. A trata da tensão entre os diversos conhecimentos necessários para uma compreensão ampliada do patrimônio e os conhecimentos específicos oferecidos pela arquitetura. A visão sobre o espaço de um geógrafo, de um antropólogo e de um arquiteto, por exemplo, são distintas e oferecem contribuições que devem ser levadas em conta. Mas um arquiteto não deve ser um antropólogo amador; precisa, porém, ter compreensão suficiente das questões envolvidas para estabelecer o diálogo, sem renunciar às suas próprias competências. O intuito é assegurar que as diversas vozes sejam ouvidas, incluindo as bases fundamentais trazidas pela arquitetura, que têm sido desvalorizadas em tempos recentes.

A disciplina tem por eixo condutor conceitos de preservação e de restauro, entendidos como campo disciplinar autônomo, com seu próprio estatuto

1 1601105 - Subsídios investigativos e projetuais para a preservação do patrimônio edificado. Para exemplo de resultados, ver: Küh|; Salvo, 2019.

2 AUH0412-Técnicas retrospectivas: Estudo e preservação de bens culturais. Para a estruturação da disciplina e bibliografia, ver: <https://edisciplinas.usp.br/course/view.php?id=70251>

epistemológico, mas que sempre exigiram, e ainda exigem, articulações com as mais variadas disciplinas. Um ponto enfatizado de saída é que o restauro não é universalmente aplicável, por ser afeito a grupos sociais cuja percepção cultural do tempo predominante é de linearidade, de origem judaico-cristã, ancorada na aquisição de consciência de ruptura entre passado e presente (LE GOFF, 2013, p. 207-234). A percepção do tempo é relevante para o entendimento do papel que a materialidade desempenha nas obras. Enquanto em culturas com percepção dominante de circularidade, a ênfase está em aspectos cíclicos – e daí o interesse no refazimento ritual de certos artefatos –, nos grupos com percepção de linearidade, a ênfase está na sucessão temporal, que traz consigo permanências expressas no transladar da matéria. A partir dessas colocações, o curso trata de questões de preservação na atualidade, explorando a relação restauro-projeto, preservação-história-memória e questões de restauro-sustentabilidade. Depois, são pontuados temas da construção histórica sobre preservação e restauro em âmbito internacional e brasileiro, para, em seguida, debater os instrumentos que amadureceram a partir do segundo pós-guerra, até voltar ao quadro atual, e tratar questões como paisagens culturais. A pretensão não é esgotar os assuntos, mas apresentá-los a partir de um fio condutor claro e suficientemente aberto para sensibilizar e possibilitar que questões emergentes sejam discutidas.

Do ponto de vista do método, a ênfase está na construção do pensamento complexo, que evita recair no modo redutor e binário, que tanto pesa contra o diálogo civil e a construção do conhecimento na atualidade. As formulações de diversos autores – passados e presentes – são exploradas, mobilizando instrumentos da gnosiologia, realçando a importância de refletir criticamente sobre as fontes, e circunstanciar a discussão, o todo amparado em bibliografia ampla, com aproximação fundamentada em diversos autores do campo. Isso é importante para tratar de textos que alicerçam a disciplina na atualidade, que são citados com muita frequência, mas nem sempre de modo consistente.

Exemplo disso é Alois Riegl: é premente mostrar que a teoria dos valores, como aparece em *O culto moderno dos monumentos*, de 1903, não deve ser lida de forma desvinculada do projeto de lei, do qual *O culto* é a fundamentação

teórica. O projeto de lei – que por décadas permaneceu pouco conhecido e foi republicado em 1995 – centra a resolução dos conflitos discutidos em *O culto sobre o valor de antiguidade* (RIEGL, 1995, p. 211) e jamais na alternância entre os valores, equívoco recorrente em diversos textos.

Do mesmo modo, é necessário mobilizar recursos da teoria do conhecimento para tratar tanto escritos extensos como a *Teoria da restauração*, de Cesare Brandi, de 1963, ou sintéticos, como a Carta de Veneza, de 1964, que, para serem interpretados de modo idôneo, devem ser abordados em profundidade.

A *Teoria* de Brandi é um texto difícil, mas que pode ser analisado a partir de contribuições que circunstanciam as proposições do autor, intrinsicamente ligadas ao seu pensamento sobre estética. Assim, é possível compreender seu vocabulário, associado a conceitos complexos e articulados entre si (cf. BASILE, 2006; D'ANGELO, 2006). Desconhecer essa produção sobre Brandi leva a equívocos graves. Ademais, é importante explorar os textos a partir de leitura completa, e não de trechos desvinculados da obra como um todo: os artigos da Carta de Veneza devem ser lidos com referência à Carta em sua inteireza, assim como as proposições de Brandi devem ser lidas, parafraseando o próprio autor, como um inteiro e não como um total, composto do somatório de partes isoladas (BRANDI, 2004, p. 42).³ Devem, além disso, ser exploradas num contexto alargado de sua produção para ampliar o âmbito de aplicabilidade. Brandi assimila, do ponto de vista do método, as obras de arte às belezas naturais e a inteiros ambientes urbanos, que não são compostos unicamente de obras de arte (Ibid., p. 68; 105-109). Ou seja, a *Teoria* não se restringe a obras de arte em senso estrito, mas se volta à estruturação do espaço de modo amplo. Deve ainda ser

3 A *Teoria* é obra unitária: a fundamentação teórica do restauro, definição e axiomas apresentados no primeiro capítulo, são depois, minuciosamente e em sequência, analisados nos capítulos que seguem. Após esse exame, o conceito é retomado e expandido, tratando do espaço e da restauração preventiva.

mencionada a produção que explora as propostas de Brandi para a arquitetura (CANGELOSI; VITALE, 2008), tantas vezes contestada de modo infundado.⁴

Essa digressão foi feita para mostrar que é necessário oferecer instrumentos para uma análise fundamentada e rechaçar interpretações tão apressadas e sedutoras quanto equivocadas, combatendo uma das pragas que infestam as relações contemporâneas, as *fake news*, que também contaminam os debates sobre preservação, em que colocações são feitas sem base em documentos e no conhecimento estruturado. É necessário, como mostra Morin (2015, p. 37-38), afastar-se dos erros factuais e do dogmatismo, do pensamento linear, incapaz de recursividade, do pensamento binário e redutor, que é incapaz de lidar com complexidades, todas são ameaças que pesam contra o conhecimento.

Outro ponto essencial é o papel das formulações teóricas – concorde-se ou não com elas – como chaves de leitura que lançam luzes sobre os problemas envolvidos, com a consciência de que não é a teoria que resolve os problemas, são os profissionais envolvidos com a preservação que resolvem os problemas, de preferência alicerçados na construção teórica. Os preceitos teóricos oferecem chaves de interpretação, auxiliam na problematização e na tomada de decisão, algo que não se faz com pensamentos binários, nem desqualificando princípios nem os confundindo com uma simplificação de passo a passo de manual.

A análise do campo mostra que existem princípios, articulados às razões que levam a preservar, construídos, debatidos e relidos criticamente ao longo de séculos, que fazem com que a preservação e o restauro sejam entendidos como motivados por razões de natureza cultural, pelos aspectos formais, documentais, simbólicos e memoriais; são também de natureza científica, pois os bens são portadores de conhecimento em vários campos do saber; e, ainda, ética, para não apagar ou deformar arbitrariamente traços do passado, privando presente

4 Existe vasta produção que explora assuntos como a recepção do pensamento de Brandi, em distintos ambientes culturais, e sua atuação política. Política entendida como ações em prol do bem comum, e não política partidária ou de governo, mas de Estado. A incompreensão sobre sua postura leva a percepções errôneas sobre sua atuação, por exemplo, durante a Segunda Guerra. Cf. Basile (2008).

e futuro da possibilidade de conhecimento e do papel simbólico e de suporte da memória que os bens desempenham.

É a consciência sobre o que motiva a preservação e os princípios que derivam disso que ajuda a nortear a solução de conflitos, que sempre estão presentes. Os diversos autores encaminham a questão de modo distinto. Riegl, como dito, toma por princípio o respeito pelo valor de antiguidade; Marco Dezzi Bardeschi (2004), por exemplo, o documento histórico. Na Carta de Veneza e em Brandi, com nuances distintas, a base é a dialética entre aspectos formais e documentais: os dois, um e outro, não um ou outro. Na Carta de Veneza (1964), é o respeito pela conformação da obra e por seus aspectos documentais que asseguram o respeito pelos aspectos simbólicos, enunciados na primeira frase: “portadoras de mensagem espiritual do passado”. Por partirem de bases diferentes, as posturas têm consequências operacionais distintas, mas são alicerçadas em princípios – que não são regras nem instruções de manual – que auxiliam na tomada de decisão e no endereçamento dos problemas e não são operacionalizáveis sem mediação crítica.

Pautar as questões de preservação prevalentemente nas formas de apreensão do presente acaba por reduzir o tratamento dos bens culturais às vicissitudes do momento, pois são um retrato do aqui e agora, e, do ponto de vista do método, não precisam necessariamente ter compromisso com a longa duração. Desconsiderar a longa duração significa colocar em risco uma função essencial dos bens culturais, que é a de nos ancorar no espaço e numa percepção alargada de tempo, algo que tem implicações éticas relevantes, como em discussões sobre ambiente e equidade intergeracional. Isso pode resultar na deformação de documentos históricos, que são portadores de conhecimento e de aspectos simbólicos, suportes da memória coletiva e parte integrante da formação de identidades – processos necessariamente longos –, o que pode gerar problemas tanto para os indivíduos como para a coletividade. É reduzir a discussão sobre os bens culturais a um presentismo que, como evidencia François Hartog (2020, p. 278; 289), canibaliza as categorias do passado e do futuro; um presentismo que não acredita na história, mas se remete apenas à memória. É insistir numa aproximação patológica prevalente de curto termo, que gera riscos inclusive para a sobrevivência da espécie humana (KRZYNARIC, 2020).

Essas colocações não visam a menosprezar as formas de apreensão das obras pelo presente, a memória, a relevância do uso, o papel da economia e da política, mas utilizar os princípios do restauro como mediadores para a solução de conflitos. Consiste em entender de que maneira os distintos fatores se consubstanciam na materialidade e na configuração da obra como transladada no tempo e assegurar que as formas de apreensão, os necessários novos usos e as legítimas aspirações políticas e de rentabilidade sejam levadas em conta através do respeito pelos aspectos materiais, de conformação e documentais, pois isso tem implicações para questões de identidade e memória.

É preciso ainda mostrar o papel mais amplo que o patrimônio pode desempenhar. Esse tema é tão pouco entendido a ponto de, na reunião de ministros da cultura do G20, em Roma, em julho de 2021, a presidente do ICOMOS Internacional, Teresa Patrício, enfatizar a necessidade de a cultura e o patrimônio também serem levados em conta na luta contra as mudanças climáticas.⁵ Respeitar os bens culturais significa preservar o direito, do presente e do futuro, de acesso ao conhecimento transmitido por eles, além daquilo em que podem contribuir, de maneira ampla, para uma qualidade de vida mais digna. Essas questões são complexas e exigem trabalhos, não excludentes, entre as mais diversas áreas do saber.⁶

É necessário evitar pensamentos redutores e binários, pois é essencial reconhecer os conflitos, sem negá-los, e buscar uma solução pertinente. As questões patrimoniais nunca foram nem nunca serão uma média apaziguada da soma das questões envolvidas: as respostas serão sempre tensionadas. Para resolver conflitos, estabelecer diálogos e chegar a consensos, em qualquer campo, em qualquer interação social, é preciso ter princípios, que são construção sociocultural sempre sujeita a revisões críticas. Princípios existem e estão presentes em diversas realidades normativas de distintos países, em suas respectivas constituições. Princípios existem e estão na Declaração

5 Disponível em: <https://www.icomos.org/fr/77-articles-en-francais/93680-l-icomos-salue-la-declaration-finale-des-ministres-de-la-culture-du-g20>. Consulta em: 31 Jul 2021.

6 Para bibliografia sobre esses temas, ver Kühn (2021).

Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas. Sem ter por base o princípio da dignidade da pessoa humana, como enunciado em nossa Constituição e na Declaração Universal dos Direitos Humanos, o encaminhamento de visões conflitantes recairá no arbítrio. Os princípios relacionados ao restauro também são construídos social e culturalmente, e, como tal, são formadores de caráter intersubjetivo, e submetidos constantemente a reavaliações críticas. Desqualificar a discussão e a pertinência de princípios é excluir o tratamento dos bens culturais do Estado de direito e deixar de estabelecer a base daquilo que norteará a solução de conflitos.

REFERÊNCIAS

- BASILE, G. Breve perfil de Cesare Brandi. **Desígnio**, nº 6, p. 49-56, 2006.
- BASILE, G. (org.). **Cesare Brandi oggi. Prime ricognizioni**. Saonara: Il Prato, 2008.
- BRANDI, C. **Teoria da restauração**. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.
- CARTA de Veneza (1964). Carta internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 22, p. 106-107, 1987.
- CANGELOSI, A.; VITALE, M. R. (orgs.). **Brandi e l'architettura**. Siracusa: Lombardi, 2008.
- D'ANGELO, P. **Cesare Brandi. Critica d'arte e filosofia**. Macerata: Quodlibet, 2006.
- DEZZI BARDESCHI, M. **Restauro: due punti e da capo**. Milano: Franco Angeli, 2004.
- HARTOG, F. **Chronos: l'occident aux prises avec le temps**. Paris: Gallimard, 2020.
- KRZYNARIC, R. **The good ancestor**. New York: The Experiment, 2020.
- KÜHL, B. M. Patrimônio industrial na atualidade. In: MENEGUELLO, C.; OKSMAN, S.; ROMERO, E. (orgs.). **Patrimônio industrial na atualidade: algumas questões**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021. p. 13-38.
- KÜHL, B. M.; SALVO, S. Levantamento: experiência didática integrada na FAUUSP. **Pós FAUUSP**, v. 26, nº 48, p. 1-12, 2019.
- LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

MORIN, E. **L'aventure de la méthode**. Paris: Seuil, 2015.

RIEGL, A. Progetto di un'organizzazione legislativa della conservazione in Austria. In: SCARROCCHIA, S. (org.). **Alois Riegl**: teoria e prassi della conservazione dei monumenti. Bologna: CLUEB, 1995. p. 171-236.

2

CONTEÚDOS MÍNIMOS DO ENSINO DE PATRIMÔNIO CULTURAL NA GRADUAÇÃO

2-1

O ENSINO DE ARQUITETURA DIANTE DO PATRIMÔNIO CULTURAL

NAIA ALBAN

A Lei nº 12.378/2010, que criou o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU-BR), garantiu algumas atribuições privativas para a atuação de arquitetos e urbanistas, referendadas pela Resolução nº 51/2013, do mesmo Conselho. Nesse bojo das atribuições privativas, figura a atuação desses profissionais diante do patrimônio histórico e cultural.

Devemos observar, inclusive, que essa determinação já havia sido incorporada, desde 1994, quando o MEC, por meio da Portaria nº 1.770/1994, fixou as diretrizes curriculares e o conteúdo mínimo para o Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, dividido em: Matérias de Fundamentação, Matérias Profissionais e o Trabalho Final de Graduação. No âmbito das Matérias Profissionais, estão as Técnicas Retrospectivas, cujo “estudo [...] inclui a conservação, restauro, reestruturação e reconstrução de edifícios e conjuntos urbanos” (MEC, 1994, art. 4º).

Dentro desse marco legal, como reagiram as Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras – na adequação de seus conteúdos – para atender, na graduação, a área do patrimônio cultural?

Este texto¹ tratará de três momentos de aproximação à temática:

1. Aproximação específica – O caso FAUFBA.
2. Aproximação nacional – Relatoria da mesa *Patrimônio histórico, cultural e artístico*, realizada no CAU-BR, em 05/09/2018, durante o *Seminário CEAU - Ensino e formação*, no Hotel Jaraguá, em São Paulo.
3. Aproximação internacional – Relatoria do *1º Encontro da Rede PHI Ibérica*, ocorrido na plataforma ZOOM, em 27.11.2020, enfocando o tema: A docência do patrimônio e da reabilitação nas escolas ibéricas de arquitetura.

PREÂMBULO: A TÍTULO DE INTRODUÇÃO

Importante pontuar que essa provocação surge de um lugar tangencial à área do patrimônio. Como professora de projeto arquitetônico, reconheço o seu enfrentamento junto à área de patrimônio cultural construído, delimitando-a como área de atuação. Como arquiteta, envolvida com projetos em preexistência, muitas vezes, percebo a necessidade de flexibilizar posturas apreendidas para tornar possível o diálogo entre os vários interesses que atravessam o campo projetivo. Em uma sociedade que não valoriza a memória, pensar em patrimônio nos leva a um ambiente árido, vazio de alma. Assim, faz-se necessária a criação de lastros de negociação e o entendimento de seu contexto para ampliar a nossa ação, incorporando novos setores da própria sociedade.

Essa tangência à área aguça a percepção para a importância da educação patrimonial. Em nosso país, um país jovem, precisamos encharcar nossos estudantes desse sentimento de história, memória e preservação.

1 Este texto é parte da pesquisa desenvolvida durante o pós-doutorado (2020), com o apoio da CAPES (por meio do CAPES Print), como pesquisadora visitante na *Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Madrid - ETSAM* (pela vinculação Rede PHI), sob a tutela do professor Fernando Vela.

1. APROXIMAÇÃO ESPECÍFICA – O CASO FAUFBA

A Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (FAUFBA) é um referenciado centro de formação da América Latina na área de conservação e restauração do patrimônio edificado, em nível de pós-graduação. A atuação da FAUFBA nessa área remonta a 1981, quando foi realizada a quarta edição do *Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos* (CECRE).

A partir daí, os CECRE – que foram promovidos de forma itinerante em suas três primeiras edições² – passaram a ser sediados na FAUFBA e assumiram caráter internacional, contando com o apoio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). E também da Unesco, que considera o CECRE, em um determinado momento, como um dos mais significantes programas mundiais para a capacitação de técnicos na área de preservação de bens culturais. Não por acaso, estamos na primeira capital do Brasil.

Esse reconhecimento tem atraído, nestes 40 anos em que o CECRE vem sendo oferecido na FAUFBA, profissionais de todas as regiões do Brasil e de outros 22 países latino-americanos, africanos e europeus³. Em 2009, após 15 edições do CECRE, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) aprovou sua transformação em Mestrado Profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos (MP-CECRE), encontrando-se, atualmente, em sua sétima edição.

A singularidade do CECRE reside no fato de ele não se concentrar em apenas um dos aspectos da formação na conservação e restauração do patrimônio edificado. O curso se estrutura em um tripé, formado pela prática projetual, por meio de um ateliê de projeto de restauro, pelas discussões conceituais e

2 O I CECRE foi realizado na Universidade de São Paulo (USP), em 1974; o II CECRE, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em 1976; e o terceiro, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 1978.

3 O CECRE já formou profissionais dos seguintes países: Angola, Argentina, Bolívia, Cabo Verde, Colômbia, Costa do Marfim, Costa Rica, Cuba, Equador, Haiti, Itália, Moçambique, Nicarágua, Paraguai, Peru, Portugal, República Dominicana, São Tomé e Príncipe, Uruguai e Venezuela.

teóricas, associadas à pesquisa histórica, e pelo aprendizado e investigação de base tecnológica. Assim, o trabalho de conclusão do CECRE – desde 2009 com o novo *status* de Mestrado Profissional – inclui a investigação histórica sobre o objeto de trabalho, o levantamento cadastral, o mapeamento de danos e o diagnóstico aprofundado do objeto de intervenção. Além da definição das bases conceituais, sobre as quais se fundamentará a intervenção proposta pelo candidato, e a elaboração de um projeto de conservação/restauração para o monumento ou sítio histórico escolhido.

Em 1983, logo após a fixação definitiva do CECRE em Salvador, foi criado o Mestrado em Arquitetura e Urbanismo (MAU/FAUFBA), com duas áreas de concentração que se mantêm as mesmas, ainda hoje, passados 31 anos: *Urbanismo* – inicialmente denominada *Desenho Urbano* – e *Conservação e Restauro*; esta última derivada diretamente da experiência do CECRE. Em 1999, foi criado o segundo *Curso de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo do Brasil*, transformando o MAU em Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPG-AU/FAUFBA).

Se a FAUFBA tem tido um papel destacado na qualificação de arquitetos e engenheiros civis, com programas de pós-graduação, na área de preservação do patrimônio edificado, é possível identificar uma injustificável lacuna na formação oferecida pela mesma instituição para a graduação.

Essa lacuna, porém, não é, de modo algum, uma exclusividade da FAUFBA, uma vez que decorre do pouco destaque dado à questão da conservação e à restauração do patrimônio edificado pelas diretrizes curriculares nacionais do Ministério da Educação para o curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo. Consequentemente, nos deparamos com a falta de desdobramentos do entendimento da matéria profissional – Técnicas Retrospectivas – pelas IES.

Como as escolas de arquitetura se posicionaram frente à determinação feita pelo MEC em 1994?

A Lei nº 12.378/2010 criou o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU-BR), desvinculando os arquitetos e urbanistas do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA). E, assim, o novo conselho vai buscar diferenciar as atribuições dos arquitetos e urbanistas daquelas

dos demais profissionais vinculados ao CONFEA, como os engenheiros civis, mecânicos, elétricos e tantos outros. Até a entrada em vigor dessa lei, o exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro-agrônomo era regulamentado pela Lei nº 5.194/1966, a qual, em seu artigo 7º, estabelecia as atividades e atribuições profissionais dessas três profissões, sem distinção entre elas. Nessa lei, a preservação do patrimônio sequer era citada como atribuição ou atividade profissional do arquiteto ou de qualquer uma destas outras categorias (BRASIL, 1966).

A lei de 2010, por sua vez, estabelece com clareza os campos de atuação dos arquitetos e urbanistas e, em seu artigo 2º, inclui o **“patrimônio histórico, cultural e artístico, arquitetônico, urbanístico, paisagístico, monumentos, restauro, práticas de projeto e soluções tecnológicas para reutilização, reabilitação, reconstrução, preservação, conservação, restauro e valorização de edificações, conjuntos e cidades”** (BRASIL, 2010). O patrimônio cultural aparece, na letra da Lei, antes mesmo de campos historicamente consolidados como áreas de atuação do arquiteto e urbanista, como planejamento urbano e regional, sistemas construtivos e estruturais e conforto ambiental.

A Resolução nº 51 do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU-BR, de 12 de julho de 2013, foi elaborada com o intuito de esclarecer as atividades, atribuições e campos de atuação privativos dos arquitetos e urbanistas, à luz da Lei nº 12.378/2010. Entre uma série de outras áreas de atuação privativas dos arquitetos e urbanistas, essa resolução incluiu, em seu artigo 2º, inciso IV, o projeto de intervenção no patrimônio cultural e a direção, condução, gerenciamento, supervisão e fiscalização de obra ou serviço técnico referente à preservação do patrimônio cultural (CAU-BR, 2013).

Curiosamente, a temática da preservação do patrimônio cultural se tornou obrigatória no ensino de arquitetura e urbanismo na graduação, 16 anos antes da sua inclusão nas atribuições do arquiteto e urbanista, pela Portaria nº 1.770, de 21.12.1994, do Ministério da Educação, anteriormente mencionada, que fixou as “diretrizes curriculares e o conteúdo mínimo do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo”. A Portaria MEC nº 1.770/94, em seu artigo 2º, dividiu o conteúdo mínimo do Curso de Arquitetura e Urbanismo em Matérias

de Fundamentação, Matérias Profissionais e o Trabalho Final de Graduação. As Matérias Profissionais constituem-se nos “conhecimentos que caracterizam as atribuições e responsabilidades profissionais” e, entre elas, está incluída a disciplina Técnicas Retrospectivas, cujo “estudo [...] inclui a conservação, restauro, reestruturação e reconstrução de edifícios e conjuntos urbanos” (MEC, 1994, art. 4º)⁴.

É indiscutível o mérito da Portaria MEC nº 1.770/94, ao incluir a matéria Técnicas Retrospectivas no conteúdo mínimo do curso de graduação em arquitetura e urbanismo. No entanto, as diretrizes curriculares não definem a carga horária nem o número de horas-aula, ou o enfoque, das disciplinas que deverão abordar essa matéria. A temática da conservação e restauração do patrimônio edificado possui diversas facetas, todas elas igualmente necessárias e complementares ao projeto de intervenção: aspectos teóricos e conceituais, técnicos e construtivos, legais, metodológicos e estritamente projetuais. A própria denominação atribuída à matéria pela Portaria nº 1.770/94 – Técnicas Retrospectivas – privilegia os aspectos tecnológicos.

Diante da falta de uma definição mais clara de como deve ser abordada a questão da preservação do patrimônio nos cursos de graduação em arquitetura e urbanismo brasileiros, cada Instituição de Ensino Superior (IES) do país tem

4 A Resolução nº 6 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação, de 2 de fevereiro de 2006, revogou a Portaria MEC nº 1.770/94, mas manteve a matéria Técnicas Retrospectivas no “Núcleo de Conhecimentos Profissionais”. Entre as competências e habilidades que a formação profissional do Curso de Arquitetura e Urbanismo deve possibilitar, estão “as práticas projetuais e as soluções tecnológicas para a preservação, conservação, restauração, reconstrução, reabilitação e reutilização de edificações, conjuntos e cidades” (MEC, 2006, art. 5º, alínea “j”). Essa última, posteriormente, foi alterada pela Resolução nº 2 da mesma instituição, de 17 de junho de 2010, que tampouco reestruturou as diretrizes curriculares em relação à questão da preservação do patrimônio edificado, mas incluiu, entre os princípios do curso de graduação em arquitetura e urbanismo, “a valorização e a preservação da arquitetura, do urbanismo e da paisagem como patrimônio e responsabilidade coletiva” (MEC, 2010, art. 3º, § 2º, inciso IV).

adotado uma abordagem distinta⁵. Algumas IES têm incluído, entre as disciplinas obrigatórias, tanto disciplinas voltadas aos aspectos teórico-conceituais e tecnológicos da conservação e restauração arquitetônica e urbana quanto disciplinas voltadas à prática do projeto em monumentos e sítios de valor cultural.⁶

Em outras IES, como na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o currículo do curso de arquitetura abrange, além das disciplinas obrigatórias vinculadas à área⁷, disciplinas eletivas, que possibilitam ao aluno interessado nesse campo de atuação profissional se aprofundar nos aspectos tecnológicos, nos aspectos históricos e teóricos, ou mesmo nas questões metodológicas e projetuais propriamente ditas. Com a ampliação do currículo, intui-se que algumas IES não pretendem dar conta da complexa área do campo disciplinar, mas, fundamentalmente, almejam expandir as possibilidades de atuação de seus estudantes, futuros profissionais.

No caso da FAUFBA, conforme já mencionado, o ensino e a pesquisa na área da preservação do patrimônio na pós-graduação se destacam em âmbito nacional e mesmo internacional. Entretanto, no curso de graduação, esse

5 O debate sobre a realidade da FAUFBA foi enriquecido com a colaboração do professor Nivaldo Andrade. Em 2014, ele realizou a pesquisa *Desafios da capacitação profissional na preservação do patrimônio edificado: algumas experiências recentes da Faculdade de Arquitetura da UFBA no ensino de graduação* (não publicada). Após essa iniciativa, trabalhamos juntos para uma publicação na Rede PHI Internacional, na série *Proyectar la memoria*, volume 3, que também não foi concluída.

6 Dois importantes e aprofundados estudos sobre o espaço reservado à questão da preservação do patrimônio edificado, nos cursos de graduação em arquitetura e urbanismo brasileiros, foram concluídos recentemente: a tese doutoral de Ana Paula Farah, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FARAH, 2012), e a tese de Heitor de Andrade Silva, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (SILVA, 2012).

7 No 8º período são oferecidas as disciplinas FAH481 – Teoria da arquitetura III (com carga de 90 horas) e FAH486 – Conservação e restauração do patrimônio cultural (com 30 horas). No 9º período, é ofertada, como disciplina complementar de escolha restrita, a FAP612 – Projeto de execução para restauro (com 90 horas). O ementário das disciplinas do Curso de Arquitetura e Urbanismo da FAU-UFRJ foi consultado na página oficial da instituição na Internet: <http://www.fau.ufrj.br/disciplinas/>

campo de atuação profissional só passou a ser abordado – e, ainda assim, de forma superficial – a partir da reforma curricular concebida e estruturada ao longo de 1995, que visou a adequar o curso às diretrizes estabelecidas pela Portaria MEC nº 1.770/94.

Com o novo currículo, que passou a vigorar no ano acadêmico de 1996, as disciplinas de projeto de arquitetura e urbanismo, que até então tinham duração semestral e eram totalmente desarticuladas das demais disciplinas, foram substituídas por cinco ateliês com duração anual, criados a partir da concepção de um lugar de integração e interação dos diversos saberes que intervêm na concepção projetual.

Os quatro primeiros ateliês possuem carga horária de 408 horas e são voltados ao projeto de arquitetura, em nível crescente de complexidade e de interação com a dimensão urbana, sendo, portanto, o Atelier IV aquele em que se insere, de forma mais direta, no âmbito da criação do desenho urbano e do projeto de arquitetura, no sentido de elemento estruturante do espaço urbano. O quinto ateliê é dedicado ao planejamento urbano e regional, com carga horária de 306 horas.

No que se refere ao tema da preservação do patrimônio, o currículo do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUFBA, que passou a vigorar em 1996, possui uma única disciplina obrigatória afeita a essa temática, ARQ036 – Técnicas Retrospectivas. Essa disciplina é oferecida no 6º período, com carga de 68 horas, e possui um enfoque eminentemente tecnológico, como demonstra sua ementa, que praticamente repete, *ipsis litteris*, a caracterização da matéria realizada pela Portaria MEC nº 1.770/94: Técnicas de conservação, restauração, reestruturação e reconstrução de edifícios e conjuntos urbanos.⁸

8 O curso noturno, quando criado, terá a disciplina ARQA52 – Tecnologia da construção e do restauro, como obrigatória no 10º semestre com carga horária de 68 horas. A ementa segue a mesma caracterização da matéria determinada pela Portaria MEC nº 1.770/94. O ementário das disciplinas do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFBA – diurno e noturno – pode ser consultado na página oficial da instituição na Internet: <https://alunoweb.ufba.br/SiacWWW/ListaCursosGradePublico.do?cdGrauCurso=01>.

Visando a articular conceitos e teorias ligados à preservação do patrimônio edificado com a prática projetual em contextos de valor cultural, alguns professores da disciplina ARQ041 – Atelier IV optaram por enfatizar, em seus cursos, a questão do projeto de arquitetura e urbanismo em edifícios e sítios tombados. A experiência pioneira foi realizada a partir do ano acadêmico de 2001, na turma de Atelier IV, coordenada pelas professoras Esterzilda Berenstein de Azevedo e Vânia Magalhães Hemb Andrade e, posteriormente, proposta por mim e pela professora Griselda Klüppel.

Assim, no descompasso da estruturação de um novo plano de curso inovador, implantado, para a época (1996), a FAUFBA dependia da iniciativa dos professores de projeto para a incorporação da área do patrimônio cultural construído no currículo de graduação. Como esses professores de projeto se depararam com a realidade do construído? Como fomentar a valorização do nosso patrimônio? E de que patrimônio estamos falando? A arquitetura, para a população brasileira, é um objeto cultural?

2. APROXIMAÇÃO NACIONAL – CAU-BR

Patrimônio histórico cultural e artístico foi o tema do Seminário CEAU - Ensino e formação, realizado no Hotel Jaraguá, em São Paulo, em 05/09/2018.

A Mesa 01 teve como palestrantes os professores Andrea Pane (Universidade de Nápoles) e Ana Paula Farah (PUC-Campinas) e, como debatedor, Fabiano de Melo Duarte Rocha (Vice-Presidente do IAB/DN). O tema central, *Arquitetura e urbanismo: da formação à atribuição profissional*, foi amplamente debatido pela plateia. Como resultado do evento, foram definidas quatro ações, relacionadas com propostas de melhorias para a formação dos arquitetos urbanistas, pelas IES brasileiras, na área de atuação privativa do patrimônio histórico cultural e artístico, determinada por uma resolução do CAU-BR (2013).

Como ponto de referência, foi apresentada a realidade da formação italiana do “arquiteto restaurador”, terminologia utilizada pelo próprio convidado, Andrea Pane. Ele discorreu sobre a evolução histórica dessa formação, na Itália, até a atualidade. Arquiteto “restaurador”; adjetivo que fala de uma especialidade.

A professora Ana Paula Farah aproximou o debate sobre as Técnicas retrospectivas – matéria profissionalizante determinada pelo MEC nas diretrizes curriculares de 1994 – da nossa realidade e apontou as fragilidades da nossa formação nessa área específica. Ela destacou, em sua explanação, o descontrole dos currículos e a problemática que envolve o ensino de conteúdos práticos, que dependem de laboratórios especializados, considerando-se a proliferação de escolas de arquitetura e urbanismo no país, cujo número, atualmente, se aproxima de mil.

Foram propostas as seguintes ações:

1. Promover a integração entre a teoria e a prática, no campo do patrimônio cultural, tendo como base o arcabouço legal para a formação nesta área. Entre as metas principais, nesse contexto, está o incentivo à realização de experiências práticas, por meio de laboratórios, nas fases de formação e atuação profissional. Apesar de reconhecer que em muitos países europeus é exigida a pós-graduação para atuação na área de patrimônio, é identificada a necessidade de uma introdução adequada na graduação brasileira, o que, de uma maneira geral, não acontece.
2. Reforçar a importância do restauro como uma atividade interdisciplinar. O arquiteto deve possuir formação múltipla: artística, técnica, cultural, histórica (da arquitetura e da arte), tendo o patrimônio como ponto fundamental. Além disso, ele precisa estabelecer uma interlocução com os demais profissionais que atuam no patrimônio construído.
3. Discutir a aplicação do ensino de Técnicas Retrospectivas, partindo do arcabouço já existente. A disciplina, nesse caso, deve abranger as técnicas de projeto, e torna-se necessário seguir a ementa. São obstáculos a esta proposta: 1) Falta de qualificação do docente. 2) Falta de articulação entre os conhecimentos das várias disciplinas. 3) Simplificação do conteúdo. 4) Falta de fundamentação teórica. 5) Falta de entendimento sobre como a cidade é transmitida para as gerações futuras. 6) Falta de reconhecimento

da importância da cidade pequena, diante da priorização do olhar voltado apenas para o monumental como patrimônio.

4. Criar mecanismos para melhorar o controle de quem atua na área. Na França, existe esse tipo de formação continuada, obrigatória para quem quer trabalhar na área. A falta de uma homogeneidade na aplicação pode ser justificada pela característica versátil da matéria, que pode ser considerada uma matéria “curinga”, por ser aplicada de diferentes formas.

Pouca coisa mudou até hoje. Algumas escolas podem ter implementado, nesse período, um novo plano de curso que contemple algumas das lacunas apontadas. Porém, temos de caminhar muito ainda para fazer com que esse seja um movimento do ensino de arquitetura e urbanismo brasileiro. Sabemos o papel do CAU e os limites da sociedade brasileira. Por mais que se pretenda formalizar e demarcar as áreas de atuações dos profissionais, enxergamos as superposições e suas transversalidades. Nunca atuaremos sozinhos como “arquitetos restauradores”, tomando emprestado o modo de fazer dos italianos. Nossas ações profissionais são cada vez mais colaborativas.

3. APROXIMAÇÃO INTERNACIONAL

O 1º Encontro da Rede PHI Ibérica, transmitido pela plataforma ZOOM, em 27.11.2020, teve como tema principal *A docência do patrimônio e da reabilitação nas Escolas Ibéricas de Arquitetura*.

Como o tema patrimônio é ministrado? Como é estruturado o ensino relacionado ao patrimônio cultural nas faculdades de arquitetura da Península Ibérica? Diante da tradição generalista do ensino, como os professores e os profissionais se posicionam frente à especialização no campo patrimonial?

O encontro citado teve a intenção de aproximar Espanha e Portugal, por meio do exercício de visualizar o estado da arte do ensino do patrimônio e da reabilitação das escolas ibéricas. Oito escolas de cada país apresentaram como essa área específica estava sendo abordada pelo curso de arquitetura e

urbanismo em sua unidade acadêmica. Em rápidas apresentações, foi traçado um panorama geral da realidade da área nesses países.

Surpreendentemente, ficou claro que, ao contrário do que se pensava, na Península Ibérica também não existe um modelo que oriente a estruturação da área específica do patrimônio cultural. Escolas completamente voltadas para o ensino na área de patrimônio, como a Escola de EVORA (DARQ-UE), e outras que tangenciam a temática na graduação, direcionam a densidade de suas disciplinas na área do patrimônio e reabilitação para a pós-graduação – master habilitante (Acordo de Bolonha) – e, também, no nível de especialização e de doutorado.

Ao final, durante a conclusão do evento, do lado português, surgiu um tensionamento entre o ensino generalista e o especialista. Algumas instituições defenderam a metodologia holística, em uma leitura a partir do todo (Escola do Porto), na qual o sítio é sempre patrimônio e a arquitetura de raiz, sempre patrimonial. Evidenciou-se, então, uma influência da localidade e da procedência do alunado no foco dado pela escola às questões patrimoniais.

Do lado espanhol, como conclusão, tivemos o reforço do caráter transversal da área, o que promove a ampliação do espaço patrimonial. Em acréscimo, foi pontuada a forte imbricação do patrimônio com a temática social e também o envolvimento da área com empresas públicas. Além das possibilidades de parcerias com empresas privadas afins.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que a inserção da temática do patrimônio, nas disciplinas de projeto arquitetônico e urbano do curso de graduação em arquitetura e urbanismo, seja a forma possível de garantir que os profissionais das próximas gerações sejam capazes de exercer, adequadamente, a atribuição que lhes é privativa na elaboração de projetos de intervenção no patrimônio edificado. Disciplinas exclusivamente tecnológicas, ou eminentemente teórico-críticas, não serão jamais capazes de sozinhas, formar profissionais capacitados a atuar, propositivamente, em contextos de valor cultural reconhecido. Cabe à disciplina de projeto arquitetônico e urbano o papel de integrar os

conhecimentos adquiridos nas diversas disciplinas e atuar como o lugar de aplicação prática desses conhecimentos.

Ao compreender nosso processo histórico, reconhecer nossos limites e apostar em nossas expertises, consolidados ao longo dos mais de 50 anos de existência da Faculdade de Arquitetura da UFBA, existe a pretensão de construirmos conexões com outras unidades de ensino de arquitetura para, a partir de processos colaborativos, ampliarmos nossas redes de ação. Uma pretensão que alguns professores resistem a torná-la realidade. Acreditamos que a conservação, a restauração e a requalificação do patrimônio construído devem constituir uma das áreas estruturantes do nosso currículo. É com essa compreensão que nos incorporamos à Rede PHI-Brasil.

A Península Ibérica, com sua larga temporalidade e tradição frente ao patrimônio, sinaliza caminhos que teremos que decodificar. E diante da nossa realidade patrimonial e da percepção da nossa sociedade, cabe a nós designar o que se quer preservar e para quem. Algumas experiências fora da universidade vêm sinalizando outras possibilidades de compreensão sobre esse campo, para além dos muros universitários.

Aqui, refiro-me às experiências dos jovens coletivos de arquitetura como a Casa das Flores; a Goma Oficina, em Porto Alegre; a *Casa en Construcción*, do Al Borde, em Quito-Ecuador; ou mesmo a Casa Mouraria 53, em Salvador. Experiências que resultam em propostas inovadoras, em outras formas de habitar os vazios patrimoniais, herdados na realidade latino-americana. Imagino, portanto, que podemos aprender muito com essas novas vivências.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966. Regula o exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro-agrônomo e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5194.htm>. Acesso em: 16 abril 2021.

- BRASIL. Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010. Regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo; cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal – CAUs e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Lei/L12378.htm>. Acesso em 13 abr. 2022.
- CAMPOS, C. A. R.; MARTÍNEZ, S. T.. Curso de especialização em conservação e restauração de monumentos e conjuntos históricos: os cursos de Salvador. Revista Rua, Salvador, nº 0, ano I, p. 125-139, 1988.
- CAU-BR – CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL. 2013. Resolução nº 51, de 12 de julho de 2013. Disponível em: <<http://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2012/07/RES51-2013ATRIB-PRIVATIVAS20-RPO-1.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2022.
- FARAH, A. P. **Restauo arquitetônico: a formação do arquiteto urbanista no Brasil para preservação do patrimônio edificado – o caso das escolas do Estado de São Paulo.** 2012. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria nº 1.770, de 21 de dezembro de 1994. Disponível em: <http://www2.fau.usp.br/fau/administracao/acad/servgrad/faupoli/anexo_1.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2021.
- MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Resolução nº 6, de 2 de fevereiro de 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces06_06.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2021.
- MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Resolução nº 2, de 17 de junho de 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5651-rces002-10&Itemid=30192>. Acesso em: 25 abr. 2022.
- SILVA, H. A. de. **Projeto em áreas consolidadas de patrimônio cultural: propostas para a construção de uma metodologia de ensino.** 2012. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

2-2

POTENCIALIDADES DO ENSINO DE TEORIAS E TÉCNICAS RELACIONADAS À PRESERVAÇÃO DE ESTRUTURAS EXISTENTES NA FORMAÇÃO DE ARQUITETOS E URBANISTAS

ANA CARMEN JARA CASCO

1.

Este texto pretende abordar as potencialidades existentes no ensino do campo de técnicas retrospectivas para a formação de arquitetos e urbanistas, a partir de uma breve análise histórica sobre como se estruturaram as diretrizes nacionais de ensino para os cursos de graduação em arquitetura e urbanismo e seus currículos, com ênfase na experiência desenvolvida na Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Falar sobre essa potência é pensar no quanto valores culturais, conservação de edifícios e cidades, tradição e modernidade integram agendas contemporâneas nos debates relativos à arquitetura e ao urbanismo, e participam dos desafios postos pelo complexo momento em que vivemos, no enfrentamento da pandemia produzida pela disseminação do novo coronavírus, o da Covid-19. Ou seja, que tipos de habilidades e faculdades são ativadas por meio do ensino, da pesquisa e da extensão no campo

das técnicas retrospectivas, no sentido de formar profissionais preparados para lidar com a escassez no mundo e a abundância da diversidade cultural, o esgotamento de recursos naturais e o desenvolvimento de uma agenda sustentável para o planeta, o recrudescimento das economias e o florescimento de trabalhos alternativos e informais, a longevidade das populações e as novas formas de morrer e a violência e a liquidez produzidas pelo capitalismo.

Em um breve panorama histórico sobre como esse campo disciplinar entra nos currículos dos cursos de Arquitetura e Urbanismo (AU) e a partir do entendimento de como surgem estes cursos, observamos que o ensino da arquitetura esteve historicamente vinculado ao de belas-artes e de escolas politécnicas, em uma constante associação entre criação e materialização de edifícios, equipamentos e cidades.

No Brasil, a Missão Francesa, no início do século XIX, trouxe o arquiteto Grandjean de Montigny, responsável pela criação da Escola de Belas Artes no Rio de Janeiro – além de autor de várias obras que são atualmente objeto de conservação e restauração entre nós. A mão de obra que deu forma a estilos como o neoclássico e todas as derivas do Ecletismo no Brasil, durante o século XIX e o início do século XX, era formada nos Liceus de Artes e Ofícios – outra instituição de formação profissional que merece destaque quando falamos da arquitetura edificada em nossas cidades naquele período.

Nos anos 1940, vemos a criação da Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil (1945), a Faculdade de Arquitetura do Mackenzie (1947) e a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (1948)¹. Nesse momento, é travado um importante debate sobre o papel do arquiteto e do engenheiro em face do ofício da concepção e da construção de projetos, e a separação dos papéis se consolida nos currículos dos cursos de graduação e nos regulamentos das profissões.

1 Sobre a criação dos cursos de arquitetura na década de 1940, ver Monteiro et al. (2013). Segundo informação prestada pelo professor Flavio Carsalade, diferentemente da encontrada na bibliografia citada, a Escola de Arquitetura da UFMG foi criada em 1930, sendo a primeira escola brasileira fundada exclusivamente como Escola de Arquitetura não filiada à politécnica ou à de Belas Artes. Fonte: <https://sites.arq.ufmg.br/ea/sobre-a-ea/>. Acesso em: 13/07/2022.

Entre 1945 e 1994, os cursos de AU eram regidos pelo currículo mínimo – um conjunto de disciplinas voltadas ao preparo profissional para desempenhar o que, à época, circunscrevia-se como o exercício da profissão. Nos anos 1970, a Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo² (ABEA) mobilizou escolas de arquitetura, alunos e professores, com o propósito de contribuir para a elaboração, por parte do Ministério da Educação, das Diretrizes Curriculares Nacionais e dos conteúdos mínimos para os cursos de graduação em arquitetura e urbanismo, publicados em 1994.

Havia um interesse em aperfeiçoar e padronizar as estruturas dos cursos, tendo em vista a proliferação destes no Brasil. Por outro lado, as diretrizes curriculares refletiam a expectativa do perfil profissional que se queria formar em resposta às demandas sociais existentes – habitação social, conforto ambiental, planejamento urbano, conservação de estruturas históricas etc. Ou seja, para os cursos de graduação estava posto o desafio de oferecer respostas ao desenvolvimento social, econômico e cultural do país. É com esse princípio que universidades públicas federais como a UFF vão construir seus projetos pedagógicos apoiados no tripé: ensino, pesquisa e extensão – desenvolvendo a formação, a produção de conhecimento e a interação com a sociedade.

2.

A organização dos cursos de AU se baseia na articulação entre prática e teoria, o ensino da arte de projetar, fundamentado no conhecimento da teoria e da história, na existência de infraestrutura e equipamentos compatíveis com os conteúdos ensinados (ateliers de projeto, maquetarias, laboratórios de conforto, canteiros experimentais etc.) e bibliotecas. É uma formação que lida com as “ciências aplicadas”, a articulação entre o pensar e o fazer, para a qual confluem as ciências duras e humanas, capazes de permitir que os artefatos arquitetônicos

2 A ABEA foi criada inicialmente, em 1973, como associação brasileira das escolas de arquitetura e totalmente reformulada em 1985 como uma entidade voltada para o ensino que passou a congrega, de forma democrática, todos os envolvidos com o ensino de arquitetura e urbanismo e não apenas seus dirigentes.

e urbanos sejam belos, funcionem e atendam às necessidades humanas em seus habitats. O estímulo a essa capacidade de fazer sínteses e pensar de forma integrada e não dicotômica é um dos desafios do ensino e da construção dos projetos pedagógicos dos cursos. Pensar de forma compartimentada e muitas vezes dual é um projeto (político) de formação (que vem desde o ensino básico ao superior) e que, sob muitos aspectos, reduz a potência do aprendizado, da produção de conhecimento, da identificação das complexas demandas das sociedades nas quais vivemos e, por fim, a capacidade de oferecer soluções criativas aos problemas existentes. A complexidade do mundo contemporâneo exige a integração de saberes, não apenas os acadêmicos como também os existentes na sociedade.

Assim, podemos considerar que é papel da universidade desenvolver pesquisa e produzir conhecimento voltados para as realidades locais. Desenvolver conteúdo teórico e conceitual sobre arquitetura e urbanismo brasileiros, latino-americanos, de matrizes indígenas e africanas que nos constituem. Pesquisar, conhecer e desenvolver materiais, técnicas construtivas e tecnologias que considerem as potencialidades das regiões, as culturas sustentáveis locais, suas histórias e tradições. São essas pequenas revoluções didático-pedagógicas que precisam ser realizadas na construção de um país livre, soberano, com autonomia política, econômica, social.

3.

A Universidade Federal Fluminense define como seu papel desenvolver conhecimento científico, tecnológico, artístico e cultural, bem como formar cidadãos éticos que, com competência técnica e responsabilidade social, contribuam para o desenvolvimento autossustentado do Brasil.³

Essa preocupação inspira o projeto pedagógico do curso de AU, que tem por princípio formar profissionais generalistas, imbuídos do espírito de transformar

3 Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFF/2018-2022 e Item 6. Projeto Pedagógico Institucional do referido PDI.

o mundo, criando condições mais dignas, justas e saudáveis de vida. Tal preocupação faz com que “as exigências do mercado” sejam relativizadas e observadas de forma crítica nos modelos de consumo e manutenção de padrões econômicos que aprofundam as diferenças sociais, as desigualdades, as exclusões.

Esse perfil profissional exige o polimento de um olhar crítico sobre a realidade, e dinâmicas de ensino que potencializem a capacidade de “ler e interpretar” dados e desenvolver habilidades no uso do conhecimento e ferramentas que produzam respostas adequadas.

Mas qual seria o tipo de profissional que o século XXI precisaria? Que tipo de arquiteturas e cidades a longevidade, os modos de vida, as doenças, as exclusões, a pobreza, o colapso de cidades e do meio ambiente e a preservação de culturas etc. são capazes de construir? É importante pensar o quanto a nossa cultura material, incluídas a arquitetura e a cidade (entendidas como verdadeiros arquivos de pedras), torna-se registro de narrativas que conta a história da passagem do homem pelo mundo. Importa, então, pensar o quanto nossa autoria vai inscrever parágrafos nesse longo texto em construção, escrito pelas civilizações sobre a pele do planeta. É esse compromisso ético que deveria nutrir e inspirar arquitetos e urbanistas egressos da universidade.

É importante considerar a necessidade de seguir aperfeiçoando as Diretrizes Curriculares Nacionais, implantadas em 1994, como um processo aberto e em permanente construção. A vida mudou, e a crise recente trazida pela pandemia da Covid-19 mostra o quanto é urgente parar, pensar e buscar novos caminhos, de forma coletiva e articulada em rede, respeitando a perspectiva de cada um; não para chegarmos a soluções padronizadas, mas para desenvolvermos a necessária solidariedade e cumplicidade que longas travessias exigem.

Na formação de profissionais generalistas aptos, a partir da escuta social, a conceber, organizar, construir e preservar espaços e ambientes, o campo da conservação aparece como uma das possibilidades para desenvolvimentos profissionais. Ou seja, o papel da graduação é o de apresentar, despertar o interesse, sensibilizar futuros profissionais para esse campo de atuação. Deve possibilitar também a compreensão do significado de ser generalista, conhecer os diferentes campos da atuação do arquiteto e urbanista, perceber

a necessidade do trabalho interdisciplinar e integrado a outras áreas de conhecimento e, sobretudo, incorporar o papel social de contribuir para a melhoria das condições de vida dos grupos sociais.

O ingresso pela modalidade das “ações afirmativas” no curso de AU da UFF tem sido transformador, e impõe repensar a respeito do perfil de egresso que formamos. Hoje, mais de 50% dos ingressantes são oriundos dessa ação que valoriza a inclusão social no ensino público universitário, acolhendo a diversidade étnica, alunos de camadas menos ricas, incluindo candidatos cuja vida escolar se realizou em escolas públicas, alunos que oferecem novos saberes e referências culturais para serem compartilhadas em sala de aula. As arquiteturas, urbanismos, paisagens afetivas experimentados por esses alunos como referência de vida, cultura urbana, memórias e identidades nos propõem novas temáticas e formas de abordar o que significa habitar, o que é o habitat no século XXI, quais são os parâmetros de qualidade, saúde e dignidade de vida. Em última análise, o que significa ter acesso e direito às cidades.

4.

O ensino relacionado à preservação de bens materiais e imateriais tem sua história expressa na criação de disciplinas como a de Arquitetura no Brasil, nos anos 1947, na Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil⁴, por sugestão do professor, arquiteto e funcionário do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Augusto da Silva Telles. A singularidade do lugar ocupado pelo professor Silva Telles mostra, no caso brasileiro, como a introdução desse campo nos cursos de AU se relacionou com a atividade e a expertise do IPHAN, criado em 1937. Por outro lado, ao se institucionalizar academicamente o desenvolvimento de ensino e pesquisas nesse âmbito, assistimos ao ingresso, no mercado de trabalho, de profissionais mais bem preparados para esse campo de atuação.

4 Atual Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FAU-UFRJ).

O Curso de Arquitetura e Urbanismo na UFF se implantou como tal em 1972. Desde 1976, tivemos três versões de currículos, e a recente reforma curricular, estabelecida em 2014, consagra, no campo das “técnicas retrospectivas”, o oferecimento de três disciplinas obrigatórias: uma de caráter teórico – Princípios da conservação dos bens culturais; outra de caráter teórico prático – Projeto de arquitetura VI/Restauração; e uma Viagem de estudos, que procura abordar cidades históricas. Além de algumas disciplinas optativas, voltadas tanto para a temática de núcleos urbanos históricos quanto para oficinas práticas de conservação e restauração de elementos construtivos, realizadas nas próprias edificações ocupadas pela escola – o Chalé e o Casarão, protegidas pelo Governo estadual.

A UFF foi pioneira na implantação dessa área de conhecimento, que trouxe para a academia um debate que antes só acontecia nas instituições de especialistas e especializadas na proteção do patrimônio. Nessas instituições, a formação dos profissionais era bastante empírica e transmitida de forma oral e prática.

Assim, a universidade traz a contribuição de tornar o que antes era ensinado de forma aplicada em conhecimento metodológico e crítico, acompanhado do incremento de uma bibliografia básica alimentada pela realização de importantes traduções e difusão no Brasil das teorias produzidas nos outros continentes.

No ensino das “técnicas retrospectivas” percebemos que o exercício de Restauração poderia ser traduzido como um “projetar sobre o existente”.⁵ Isso significava aprender a decifrar o existente, realizando um trabalho de sucessivas aproximações que começa com o olhar, ativa os demais sentidos e faculdades, inclusive a de julgar, atribuir valor, classificar – de forma similar ao que fazem os órgãos responsáveis pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. Assim, o ensino de técnicas retrospectivas potencializa no futuro profissional a capacidade de usar o corpo para apreender o mundo e desenvolver o conhecimento e, a partir deste conhecimento, cultivar o respeito ao existente, e, com este respeito, oferecer soluções novas ou conservativas sustentáveis, a partir das realidades locais (sociais e espaço temporais) nas quais se inserem suas intervenções.

5 Expressão trazida para os debates em sala de aula pelo professor José Simões de Belmont Pessoa.

Para realizar o exercício de restaurar, os alunos escolhem objetos passíveis de intervenção. Não raro, lidamos com casas da família, edificações simples existentes nos trajetos do dia a dia e nas quais foi possível observar qualidades, reconhecer o valor simbólico de integrarem as paisagens e geografias afetivas dos alunos, que em sala de aula representam a sociedade brasileira.

Esse universo nos convida a estimular a realização de uma aproximação corporal com os “objetos escolhidos” no presente, assim como a lançar mão da integração dos conhecimentos adquiridos no curso como a teoria e a história da Arquitetura e do Urbanismo, a teoria e a história da conservação e restauração, analisar exemplos que ilustram esta atividade, desenvolver um olhar rigoroso e crítico; conhecer os marcos regulatórios do campo – legislações internacionais, nacionais, estaduais e municipais; entender criticamente os critérios, as regras, os limites estabelecidos, e relacioná-los com as circunstâncias políticas, econômicas e sociais; aprender que cada cultura desenvolve sua visão sobre o passado, o presente e o futuro; conhecer o uso de tecnologias construtivas e materiais, situando todas estas informações no tempo e no espaço como camadas de uma estratigrafia que funda o solo no qual nos situamos. É importante refletir sobre a relação com o passado – distante ou recente – como um modo de alimentar a visão futura de um mundo sustentável, equilibrado, com qualidade de vida, dignidade e saudável para todos.

Respeitar estes princípios nos leva a perceber a existência de uma relação entre a preservação do meio ambiente e a preservação de sistemas culturais, na medida em que, em ambos os casos, se trata de recursos não renováveis, os quais, uma vez perdidos, não podem ser recuperados.

A Constituição brasileira de 1988 produziu uma inflexão nas políticas de preservação do Patrimônio Cultural, não apenas na ampliação do entendimento da dimensão cultural cada vez mais ancorada nos modos de vida, nas referências culturais dos grupos sociais, mas como pela transformação do papel do estado e da sociedade frente a este patrimônio. Finalmente se incorporou, na narrativa constitucional, que a atribuição de valor cultural é uma prerrogativa dos grupos sociais. Cabendo, então, ao Estado reconhecer e criar condições para a preservação destes valores de forma integrada com a sociedade. Inauguramos uma

nova era de processos participativos e da autoria e protagonismo dos grupos sociais na lida com os patrimônios.

Como esta mudança de paradigma impacta o papel dos profissionais envolvidos, e como isso pode ser abordado nos cursos de formação de arquitetos e urbanistas? Entendo que o desenvolvimento de atividades de extensão⁶ deveria ser explicitamente o campo no qual alunos e professores aprendem a desenvolver interlocuções com a sociedade. É nesse tipo de atividade prática, embasada em algum conhecimento acumulado e muito conhecimento a adquirir, que o futuro profissional pode aprender a ouvir e trocar saberes; compreender que, muitas vezes, no lugar de “encontrar ‘a’ resposta para o problema” é necessário desenvolver a capacidade de “fazer boas perguntas”, indagações que contribuam para que o grupo envolvido caminhe na direção de encontrar suas próprias respostas e não as respostas que a “academia”, como lugar de saber, tem a oferecer. A autonomia, liberdade e potência dos grupos sociais está intimamente ligada a um agenciamento de igual para igual com as instâncias políticas reguladoras e prestadoras de serviço. Nesse sentido, a extensão universitária deveria ser o lugar de sensibilização dos futuros profissionais para desenvolverem estas competências.

Ao abordar a conservação de estruturas existentes alunos e professores se envolvem com a produção do conhecimento presente em atividades como realizar inventários; identificar valores; realizar o levantamento e registrar graficamente; identificar usuários e grupos sociais envolvidos; elaborar análises e diagnósticos a partir da história local, a tecnologia construtiva, as relações de formas e funções, o estado de conservação e preservação do objeto. Realizar um projeto de conservação é produzir conhecimento a respeito de nossa arquitetura e urbanismo. E é apenas na universidade que o futuro arquiteto e urbanista talvez possa perceber essa dimensão do trabalho profissional.

O ensino desses aspectos nos compromete com a produção e registro dessa história, com a elaboração de uma teoria da arquitetura e do urbanismo brasileiros; a documentação da narrativa que guarda o relato sobre as condições

6 Tripé Ensino, Pesquisa e Extensão nos cursos de graduação.

de vida, trabalho, habitar e existir no mundo, no século XXI no Brasil e na América Latina, e que poderão subsidiar as gerações futuras a seguir buscando respostas para seus problemas. Assim, talvez, para além de buscar conteúdos mínimos curriculares, precisemos ser capazes de buscar a integração e a interação dos saberes e conhecimentos, a inclusão das diversidades e a busca de soluções que não sejam exclusivamente desenvolvidas em ateliês e mesas de desenho ou em telas de computador, mas resultem de nosso corpo a corpo com as realidades locais (os usuários e seus artefatos – edificações, equipamentos, cidades, paisagens...). Este corpo a corpo que tão bem exploramos nas metodologias de ensino no campo das técnicas retrospectivas.

REFERÊNCIAS

- GOUVÊA, L. A. de C.; BARRETO, F. F. P.; GOROVITZ, M. (org.). **Contribuição ao Ensino de Arquitetura e Urbanismo**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1999. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484184/Contribui%C3%A7%C3%A3o+ao+ensino+da+arquitetura+e+urbanismo/54cfc854-ca66-4fde-ac44-ae22386800a5?version=1.2>
- MONTEIRO, A. M. R. G.; MARAGNO, G. V.; SANTOS JUNIOR, W. R. dos; GUTIERREZ, E. J. B. (org.). **A construção de um novo olhar sobre o ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil: os 40 anos da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo**. – Brasília: ABEA, 2013. Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/A-Constru%C3%A7%C3%A3o-de-Um-Novo-Olhar-Sobre-o-Ensino-de-Arquitetura-e-Urbanismo-no-Brasil.pdf>
- PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PDI UFF 2018-2022 – “O amanhã da UFF, como será?” Niterói, Rio de Janeiro: MARÇO / 2018. Disponível em: http://pdi.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/196/2018/06/PDI_2018-2022_aprovado-CUV_30-05-2018.pdf
- RESOLUÇÃO Nº 2, DE 17 DE JUNHO DE 2010 Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, alterando dispositivos da Resolução CNE/CES nº 6/2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5651-rces002-10&Itemid=30192

2-3

A DISCIPLINA PATRIMÔNIO CULTURAL – TÉCNICAS RETROSPECTIVAS, NA FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

CECÍLIA RODRIGUES DOS SANTOS

A intervenção do patrimônio edificado, especialmente projetos de restauração de edificações, é uma atribuição profissional do arquiteto. Mas apenas a partir de 1996, no Brasil, conteúdos ligados à preservação foram introduzidos no currículo mínimo dos cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo¹. A portaria de 1994 considerou apenas que, genericamente, deveriam ser incluídas discussões sobre “conservação, restauro, reestruturação e reconstrução de edifícios e conjuntos urbanos”. O entendimento da portaria e a organização de uma disciplina correspondente ficou a critério de cada escola, apresentando conteúdos bastante diversos e às vezes contraditórios entre si. Frequente ainda é a confusão entre a disciplina da grade dos cursos de Arquitetura e

1 Portaria nº 1.770, de 1994, confirmada, nos seus termos, em 2006 e 2010: “Art. 4º O curso de Arquitetura e Urbanismo deverá ensinar condições para que o futuro egresso tenha como perfil: III - conservação e valorização do patrimônio construído.

Urbanismo, Técnicas Retrospectivas, e a de Educação Patrimonial, iniciativa dos órgãos de preservação, desde a década de 1980².

Para o CAU, Conselho de Arquitetura e Urbanismo, os cursos de arquitetura devem

abordar as práticas projetuais e as soluções tecnológicas para a preservação, conservação, restauração, reconstrução, reabilitação e reutilização de edificações, conjuntos e cidades, bem como o conhecimento da história das artes e da estética, suscetível de influenciar a qualidade da concepção e da prática de arquitetura, urbanismo e paisagismo (...). O patrimônio histórico-cultural e artístico deve ser abordado em termos projetuais, teóricos e históricos, adequando o programa ao contexto local e regional³.

2 Destinada às crianças e ao público em geral, a educação patrimonial foi inspirada no método “heritage education” inglês, sendo adotada por iniciativa do IPHAN, e posteriormente por outros órgãos de preservação.

3 Documentos fornecidos pelo CAU no processo de creditação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie - FAUUPM.

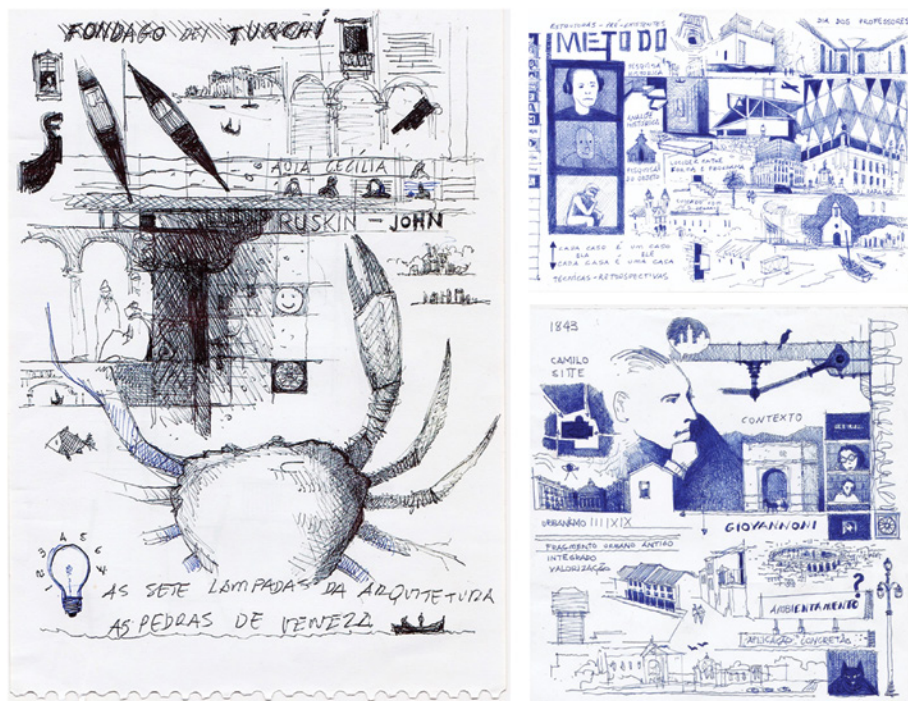


Figura 1: Notas de aula da disciplina Patrimônio Cultural – Técnicas Retrospectivas da FAUUPM. Autoria do professor da disciplina, arquiteto Guilherme Motta.

Ao se tornar obrigatória para todos os cursos de Arquitetura e Urbanismo⁴, na FAUUPM, foi criada a disciplina História e Teoria das Técnicas Retrospectivas,

4 “A partir de 1996, conteúdos ligados à preservação foram introduzidos no currículo mínimo dos cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo, com base na matéria referente ao patrimônio construído, por meio da Portaria nº 1.770, de 21 de dezembro de 1994 (revogada com poucas alterações pela Resolução CNE/CES nº 6, de 02 de fevereiro de 2006). Por meio dessa portaria, os currículos dos cursos passariam a ser estruturados com Matérias de Fundamentação, Matérias de Profissionalização e o Trabalho Final, e a matéria referente ao patrimônio estaria incluída nas matérias de profissionalização, na disciplina de Técnicas Retrospectivas. A formação no âmbito do patrimônio continua, porém, falha, pois essa portaria menciona a ‘matéria’, mas não a obrigatoriedade de uma ou mais disciplinas, o que dificulta o cumprimento da exigência desse conhecimento para atuar no campo disciplinar” (FARAH, 2008).

organizada pelos professores de projeto Marcos Carrilho (IPHAN) e Paulo Sergio Del Negro (CONDEPHAAT), especialistas na área da preservação pelas respectivas formações e atuações profissionais em órgãos do campo. A proposta foi criar uma disciplina com perfil projetual, mas fora da sequência de Projeto, que pudesse se desenvolver em dois semestres, reconhecendo a densidade e a complexidade do conteúdo, tendo como pré-requisitos toda a sequência de História e Teoria da Arquitetura e do Urbanismo, desenvolvida por seis semestres. Desde a sua criação, a disciplina, apesar de ser considerada teórico-prática, contou com apenas duas horas e meia semanais em um curso semestral, assim permanecendo até a reforma pedagógica de 2018.

O objetivo foi, desde o início, fornecer subsídios teóricos e metodológicos para a salvaguarda e para a intervenção em bens culturais imóveis, uma disciplina considerada parte essencial da formação de profissionais habilitados a trabalhar, intervindo em tecidos urbanos preexistentes consolidados e desenvolvendo projetos em interação com preexistências arquitetônicas. Nesta última reforma pedagógica da FAUUPM, a disciplina foi renomeada para “Patrimônio Cultural – Técnicas Retrospectivas”, passando a contar com cinco horas semanais, em sequência, fazendo parte do 8º semestre. E por ter sido considerada projetual, a disciplina vem reforçando sua característica de origem, procurando relações com disciplinas de projeto de edificações e de projeto urbano, tanto na teoria como na prática⁵.

5 Ementa: caracterização do Patrimônio Cultural nas dimensões urbana e arquitetônica, incluindo processos de identificação, proteção e gestão; orientação sobre pesquisas e métodos de identificação e de reconhecimento do patrimônio cultural material. Introdução ao campo de conhecimento específico da preservação e do restauro de bens imóveis; estudo das técnicas retrospectivas e dos fundamentos da história e da teoria da restauração; apresentação da metodologia para análise e desenvolvimento de projetos de arquitetura e de urbanismo em relação com pré-existências. **Objetivos:** enfrentar as tensões entre projeto e história, entre restauração de edifícios e preservação de núcleos urbanos, intervenção contemporânea em núcleos urbanos e em edifícios de interesse histórico-cultural; construir um campo referencial de trabalho e incrementar a cultura disciplinar; possibilitar a discussão de conceitos e sua aplicação no desenvolvimento de projetos arquitetônicos e urbanísticos; conscientizar sobre a importância do domínio dos fundamentos teórico-críticos para o desenvolvimento de um trabalho significativo, consciente e comprometido;

Assim, a disciplina Patrimônio Cultural – Técnicas Retrospectivas, no âmbito da FAUUPM, foi planejada de maneira a proporcionar ao aluno um primeiro contato com o campo de conhecimento da preservação e do restauro, despertando-o para os problemas colocados pelo desenvolvimento de projetos relacionados a estruturas preexistentes, de especial valor histórico e artístico, ou mesmo de valor cultural, de maneira geral. O conteúdo da disciplina é, em grande parte, tributário dos fundamentos que definem o campo da preservação e do restauro⁶, mas sem assumir a pretensão de formar, na graduação, arquitetos e urbanistas aptos a desenvolver projetos de restauração, considerando que esta seria uma formação especializada oferecida por cursos específicos destinados a arquitetos e urbanistas graduados⁷.

Segundo a Carta para a Educação dos Arquitetos da UNESCO:

formação sobre o patrimônio arquitetônico é essencial para: compreensão do desenvolvimento sustentável, contexto social e sentido espacial na concepção de um edifício; transformar a mentalidade arquitetônica dos profissionais de forma que o método de criação seja uma parte de um processo cultural contínuo e harmonioso⁸.

6 “Preservação e restauro”, associados, definem aqui um campo de trabalho e reflexão. “Patrimônio” não definiria exatamente um campo, mas um aspecto de um campo mais abrangente e mais bem definido por um corpo teórico e por metodologias específicas de trabalho.

7 Mestrado Profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos da Universidade Federal da Bahia (MP-CECRE UFBA), é um curso bianual, voltado, exclusivamente, para arquitetos e engenheiros civis. O MP-CECRE aproveitou grande parte da experiência precedente do Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios Históricos (CECRE), que foi promovido bianualmente pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (FAUFBA), por cerca de 30 anos – depois de ter sido acolhido definitivamente pela instituição na sua quarta versão (as três turmas anteriores foram itinerantes, sendo que a primeira remonta ao ano de 1974, e foi oferecida na FAUSP). Trata-se do mais antigo e melhor curso de especialização na área.

8 Cf. anexo X, do Relatório da UIA em formação para o patrimônio arquitetônico da UIA Comissão, educação, reflexão do grupo nº 7, sobre a formação em patrimônio, Turim 2008. Disponível em: <http://www.abea.org.br/>.

Partindo destes pressupostos, nosso trabalho tem se orientado no sentido da integração pluri, trans e interdisciplinar com outros campos complementares, bem como com outras disciplinas da grade da FAUUPM, porém, sempre focando nas questões projetuais da arquitetura e do urbanismo. E também encaminhando a orientação internacional de operar a preservação, incorporando elementos de outros campos com os quais se relaciona desde a origem, como a história, a história e crítica da arte, a teoria e história do restauro, o projeto de arquitetura e de urbanismo, a arqueologia, além, mais recentemente, a antropologia.

Para enfrentar as tensões entre projeto e história, entre restauração dos edifícios, intervenção contemporânea em edifícios de interesse histórico-cultural e arquitetura contemporânea, assumimos a perspectiva de Alan Colquhoun (1989), em *Modernidade e tradição clássica*, quando almeja uma arquitetura constantemente consciente da própria história e, ao mesmo tempo, sempre crítica em relação às seduções da história, contrapondo continuidade e ruptura. Assim, assumimos como pressuposto trabalhar em um campo de conhecimento específico, o da preservação e do restauro, definido por uma história, por uma metodologia de trabalho, por um corpo de doutrinas e por um aparato de instrumentos de gestão e de administração específicos, reafirmando que projetos arquitetônicos de restauração são antes projetos de arquitetura, e trabalhando com a ideia de ambiência, considerada em toda a sua abrangência⁹.

Portanto, a disciplina se propõe a formular perguntas que explicitem a complexidade do campo cultural em que estamos nos movendo. Lembrando, ao ensaiar algumas respostas, que, nessa área, “cada caso é um caso” e que existem muitas respostas possíveis para cada caso - mais ou menos adequadas e mais ou menos pertinentes, mas possíveis - e que nenhuma resposta é definitiva. Tendo sempre presente que, se o juízo pode mudar, ele não é arbitrário, devendo sempre se apoiar na reflexão teórica do campo para não perder a objetividade.

9 Ambiência: Espaço arquitetonicamente organizado, harmônico e integrado, definido pelos imóveis vizinhos a um bem tombado; relativo à visibilidade do bem tombado. (Glossário de termos - Resoluções Conpresp. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/conpresp/legislacao/resolucoes/index.php?p=3815>. Acesso em: maio 2021).

Portanto, paralelamente, elaboramos um glossário, um catálogo de palavras referenciadas no campo de estudo, com o objetivo de definir e/ou explicá-las, um complemento da informação principal, elaborado com o objetivo de facilitar a compreensão dos termos utilizados. Desta forma, o glossário é tomado aqui como recurso didático para a familiarização dos alunos com ideias e conceitos, reiteramos nosso objetivo na disciplina de trabalhar com precisão e do rigor, ou seja, na contramão de neologismos e anglicismos que têm confundido não só os alunos, como os debates no campo, principalmente quando estes neologismos são tomados como novos conceitos¹⁰. Concordando com Beatriz Kühl, quando afirma:

(...) desde que o campo, de fato, se constitui, há dois séculos, a preservação é pautada por razões de cunho cultural – ou seja, vinculadas a questões formais, documentais, simbólicas e memoriais –, científico (sobretudo para se preservar documentos históricos – da arte, arquitetura, técnica etc.) e ético (que direito temos de apagar os traços de gerações passadas e privar as gerações futuras da possibilidade de conhecimento de que esses bens são portadores?). Desse modo, as questões de ordem prática (uso, exploração econômica, práticas político-partidárias etc.) deixam de ser as únicas e prevalentes (mas sempre presentes), para serem concomitantes, indicativas, mas não determinantes para as decisões (KÜHL: 2006).

10 A constituição de um campo de conhecimento pressupõe, necessariamente, a utilização de uma linguagem específica, seja por empréstimos de termos de outras áreas, por meio da criação de neologismos, da ressemantização, restrição ou ampliação do sentido de alguns vocábulos, da mudança de referenciais de outros. Essa linguagem também é responsável pela consolidação do campo de conhecimento, pela possibilidade de diálogos entre áreas distintas, pela própria legitimidade do campo. Nas palavras de Émile Benveniste, linguista francês: “A constituição de uma terminologia própria marca, em toda ciência, o advento ou o desenvolvimento de uma conceituação nova, assinalando, assim, um momento decisivo de sua história. Poder-se-ia dizer que a história particular de uma ciência se resume na de seus termos específicos. Uma ciência só começa a existir ou consegue se impor na medida em que faz existir e em que impõe seus conceitos, através de sua denominação (...). O aparelhamento mental consiste, em primeiro lugar, de um inventário de termos que arrolam, configuram ou analisam a realidade. Denominar, isto é, criar um conceito, é, ao mesmo tempo, a primeira e a última operação de uma ciência” (BENVENISTE, 2008).

O curso proposto para a FAUUPM baseia-se nas orientações metodológicas que definem o campo da preservação e do restauro – a pesquisa histórica e a pesquisa do objeto – como também no trabalho do arquiteto Lucio Costa junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, desde a sua criação como SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). O arquiteto orientou os procedimentos técnicos que prevaleceram na Instituição durante muitos anos a partir da sua criação, não só para preservação e restauração de edifícios, como para as atividades de projeto, de maneira geral. Lucio Costa preconizou insistentemente uma ação apoiada na produção de conhecimento e na criação e formação de um corpo de estudiosos e especialistas, dentro e fora da Instituição. A coleta maciça de informações – que devem ser lidas situadas no seu tempo, e relidas hoje – deveria construir o fundamento sobre o qual se assentariam todas as iniciativas de atribuição de valor, de julgamento, de interpretação e de crítica. Assim, com critérios claros, seria possível transitar no âmbito de um vasto leque possível de intervenções e interações com construções preexistentes – protegidas ou não, com maior ou menor valor cultural – que vão desde a restauração científica de um edifício tombado, reafirmando teoria e prática pertinentes ao campo, até a opção pelo confronto e afirmação da contemporaneidade, quando o que passa a importar é o zelo pela qualidade arquitetônica das novas construções, inclusive tirando partido do contraste, nas palavras do próprio Lucio Costa.

Exemplar desse procedimento do arquiteto é o parecer que determinou a escolha do projeto de Oscar Niemeyer para o Grande Hotel de Ouro Preto¹¹,

11 “(...) O hotel de Ouro Preto não podia ser construído em estilo colonial. A imitação desse tipo de arquitetura, cujo espírito tão bem se apreende naquela cidade, não encontra nos nossos dias justificativa. Realmente, todos os bons períodos da arquitetura, todos enfim que se classificaram definitivamente, obedeceram e exprimiram o espírito e as possibilidades de suas épocas, o que nos permite, pelo estudo de cada um deles, avaliar o grau de progresso e as condições sociais das épocas que representaram. A construção de um hotel em estilo colonial, em Ouro Preto, seria uma imitação passadista sem interesse, contrariando os princípios modernos de conservação de monumentos, com o inconveniente de trazer aos menos iniciados no assunto confusão lamentável. Por essas razões o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com o zelo que caracteriza todas as suas iniciativas, depois de analisar o problema da forma mais precisa e de examinar as diversas possibilidades que se apresentavam para sua solução, resolveu adotar o nosso projeto (...)” (NIEMEYER FILHO, 1942, p. 82).

em 1938, preterindo outra proposta “de acompanhamento”, com estilemas caraterísticos da arquitetura neocolonial, de autoria do arquiteto Carlos Leão. O parecer de Lúcio Costa, como arquiteto do IPHAN, justifica e aprova o projeto de Oscar Niemeyer, antecipando, em décadas, ideias e critérios que vêm sendo discutidos internacionalmente, visando a orientar projetos de novas construções em tecidos históricos homogêneos e protegidos:

o projeto do O.N.S.¹², é uma obra de arte e não deverá estranhar a vizinhança de outras obras de arte, embora diferentes, porque a boa arquitetura de um determinado período vai sempre bem com a de qualquer período anterior, o que não combina com coisa alguma é a falta de arquitetura. Da mesma forma que o automóvel de último modelo trafega pelas ladeiras da cidade-monumento, sem causar dano visual nenhum a ninguém, concorrendo mesmo para tornar a sensação de “passado” ainda mais viva, assim também a construção de um hotel moderno, de boa arquitetura, em nada prejudicará Ouro Preto, nem mesmo sobre o aspecto turístico sentimental, porque, ao lado de uma estrutura como essa tão leve e nítida, tão moça, se é que posso dizer assim, os telhados velhos se despencando um sobre o outro, os rendilhados belíssimos das portadas de S. Francisco e do Carmo, a Casa dos Contos, pesadona, com cunhais de pedra do Itacolomy, tudo isso que faz parte desse pequeno passado para nós tão espesso ... parecerá muito mais distante, ganhará mais um século, pelo menos, em vetustez (MOTTA, 1987)¹³.

Assim, as primeiras questões colocadas aos alunos, quando iniciam a elaboração de um “projeto de intervenção”, são aquelas formuladas por Lúcio Costa: “como, quando e quem construiu ou executou o edifício” – momento de reconhecimento e estudo do objeto preexistente. Em seguida, recuperamos as perguntas elaboradas por Álvaro Siza, quando se deparou com o desafio da reconstrução do bairro lisboeta Chiado, após o incêndio de 1989: “o que é hoje,

12 Oscar Niemeyer Soares.

13 A propósito da polêmica gerada pelo projeto de Niemeyer para o hotel, ver Comas (2021).

o que pode ser, o que não pode mais ser, o que será” – momento de projeto. Para concluirmos, no fim, que conhecer já é começar a projetar.



Figura 2: Notas de aula da disciplina Patrimônio Cultural – Técnicas Retrospectivas da FAUUPM. Autoria do professor da disciplina, arquiteto Guilherme Motta.

A disciplina Patrimônio Cultural – Técnicas Retrospectivas¹⁴ foi organizada segundo três linhas principais:

14 Professores da disciplina Patrimônio Cultural – Técnicas Retrospectivas, FAUUPM: Cecilia Rodrigues dos Santos; Guilherme Motta; José Geraldo Simões; Marcos Carrilho; Silvia Wolff; Silvio Oksman.

• **Aspectos históricos e teóricos da restauração:**

Sequência de aulas sobre a história e a teoria da preservação e da restauração de edifícios, discutindo critérios de restauro e de atribuição de valor: E. E. Viollet-le-Duc (1814-1879) e o restauro estilístico; J. Ruskin (1819-1900) e o “*anti restoration movement*”; Camillo Boito (1836-1914) e a teoria conciliatória; Gustavo Giovannoni e as questões da preservação de sítios urbanos, e a Carta de Atenas; Questões contemporâneas da preservação e do restauro com Alois Riegl; Cesare Brandi e o “restauro crítico”; e a Carta de Veneza. Finalizando com a aula A experiência brasileira – as primeiras iniciativas e a consolidação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

• **Pesquisa histórica e pesquisa do objeto:**

Todo projeto de restauração tem como etapa preliminar uma pesquisa exaustiva com o objetivo de conhecer profundamente a obra, o objeto da intervenção, bem como a sua ambiência. O objetivo é recolher elementos que permitam conhecer a preexistência, histórica e construtivamente, para assim decidir, projetualmente, como respeitá-la e ao mesmo tempo valorizá-la, em seus aspectos formais, documentais e materiais. Trabalha-se metodologicamente as duas fontes de conhecimento sobre as quais se constrói a história da arquitetura, que devem definir a condução do trabalho, a corrente de interpretação da obra e o projeto de intervenção, a saber, a Pesquisa Histórica e a Pesquisa do Objeto. A Pesquisa Histórica para o conhecimento da arquitetura trata das informações localizadas fora do objeto, em diferentes suportes, e conta principalmente com o levantamento de fontes documentais, textuais e iconográficas, sobre um dado objeto de estudo, além da análise e interpretação das informações obtidas. A Pesquisa do Objeto, complementar em relação à primeira, trata da interpretação do objeto de pesquisa a partir dele próprio, considerando que o objeto informa sobre ele mesmo por meio de evidências, fragmentos ou do seu conjunto completo. Fazem parte dessa pesquisa a elaboração de estudos para conhecer mais profundamente o objeto, como o levantamento métrico arquitetônico, a prospecção arqueológica, exames acurados do próprio edifício e de seu estado de conservação – o monumento como documento.

• **Iniciação ao projeto relacionado com estruturas preexistentes:**

Trata do projeto de arquitetura como interpretação crítica do existente, a inserção de elementos contemporâneos em contextos históricos a partir da metodologia de restauro – a Pesquisa Histórica e a Pesquisa do Objeto. Trata ainda de transformações para conferir novo uso a um edifício, conforme as necessidades de outro tempo. E para tanto, é preciso nem tudo destruir, nem tudo conservar, e sim dar lugar à criação contemporânea com escolhas conscientes e transformações criteriosas. Esta relação dialética da intervenção contemporânea pode ir da quase invisibilidade assumida, até o rompimento agressivo da imagem e da dimensão formal e simbólica da preexistência, postura que nunca deve ser confundida com o princípio da distinguibilidade.

A aproximação, e até colagem ou fusão, entre edifícios de arquiteturas dissemelhantes deve, portanto, ter como base um estudo aprofundado do edifício preexistente, identificando valores arquitetônicos e históricos, até alcançar a compreensão deste edifício e tornar possível a interpretação do conjunto, para, então, projetar a nova arquitetura. Não se trata, assim, da demolição sumária ou da conservação plena da preexistência, mas, sim, de assimilar o entendimento de que edificações de diferentes períodos podem coexistir no mesmo espaço.

Para Rafael Moneo (2007), arquiteto espanhol que tem uma obra significativa com o enfoque que nos interessa aqui, o processo de interação com a preexistência deve se dar observando principalmente duas ideias: adequação (especialmente em relação à atribuição de novas funções) e continuidade (usar a razão, aceitando o legado recebido do passado). Para outro arquiteto espanhol, Ignasi de Solà-Morales (2001), “o projeto de uma nova obra de arquitetura não somente se aproxima fisicamente da que já existe, estabelecendo com ela uma relação visual e espacial, como cria uma interpretação genuína do material histórico com o qual tem de lidar”, sendo o material histórico preexistente o principal fator de ligação entre as partes do novo edifício, criando entre eles um vínculo que tem como objetivo tornar a construção preexistente “útil, atual, necessária na contemporaneidade para além de sua função documental”, nas palavras do arquiteto Marcelo Ferraz.

Esta etapa da disciplina é desenvolvida a partir de estudos de caso e exercícios projetuais que têm como objetivo fomentar a análise crítica de projetos e obras de intervenção no construído. Exemplar é o trabalho coordenado pelo prof. Marcos Carrilho, “O Campus Mackenzie Higienópolis como laboratório de formação na Preservação do Patrimônio Cultural”. Ao escolher o Campus Higienópolis da UPM como área de estudo, tivemos como objetivo fazer dos seus espaços e edifícios um laboratório na formação de alunos da graduação, assim como elaborar uma resenha história do desenvolvimento do conjunto edificado do Campus na primeira metade do século XX, oferecendo subsídios para construir a história das origens do Mackenzie e para esclarecer vários aspectos das transformações pelas quais foram passando as edificações no transcurso do tempo. Para além dos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos oferecidos nas aulas expositivas, desenvolvemos atividades didáticas de pesquisa e formação prática dos alunos com um trabalho versando sobre edificações e áreas históricas com as quais eles convivem no Campus.

O resultado dessas atividades, além da valorização do acervo do campus, tem servido para criar parâmetros técnicos aos quais a Instituição pode recorrer para enfrentar as demandas de intervenção no espaço, especialmente nos seus edifícios tombados.

Etapas do trabalho: pesquisa histórica (textual e iconográfica) sobre o campus e seus edifícios, em fontes primárias e secundárias; pesquisa do objeto (levantamentos métricos-arquitetônicos; diagnósticos de conservação dos edifícios); consolidação das informações e da base gráfica de desenhos arquitetônicos; elaboração de documentação fotográfica; leitura crítica da edificação estudada por cada equipe; diretrizes de intervenção que recuperem aspectos da estrutura original considerados relevantes e/ ou que atualizem o prédio para uso contemporâneo; projeto conceitual e/ou estudo preliminar de uma intervenção de valorização do edifício em estudo, e respectiva apresentação com justificativa; atribuir uso aos edifícios/áreas escolhidas, sugerindo mudanças ou valorizando soluções existentes.

REFERÊNCIAS

- AA. VV.; JA - **Jornal dos Arquitetos**: à la recherche du temps perdu, nº 213, Ordem dos Arquitetos, 2003.
- ANDRADE, A. L. D. de. **Um Estado completo que pode jamais ter existido**. São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1993. (Tese de Doutorado).
- ANDRADE, N. **A ressemantização das ruínas na modernidade e sua dignificação pela arquitetura contemporânea**. Disponível em: https://cecre.ufba.br/sites/cecre.ufba.br/files/a_re-semanticacao_das_ruinas_na_modernidade_0.pdf. Acesso em: abril 2021.
- ANDRADE, N. **Metamorfose arquitetônica**: intervenções projetuais contemporâneas sobre o patrimônio edificado. Salvador, Arquitetura e Urbanismo, FAUFBA, 2006. (Dissertação de Mestrado).
- BENVENISTE, É. Problemas de linguística geral. In: Introdução, **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. CADERNOS DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DO IPHAN**. COPEDOC/IPHAN, Rio de Janeiro, 2008.
- CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade / Ed. Unesp, 2001.
- COLQUHOUN, A. **Modernidade e tradição clássica**. São Paulo: Cosac & Naify, 1989.
- COMAS, C. E. O passado mora ao lado: Lúcio Costa e o projeto do Grande Hotel de Ouro Preto, 1938/40. **ARQUITEXTO** – Vitruvius, jul. 2010. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.122/3486>. Acesso em: abril 2021.
- COSTA, L. **Registro de uma vivência**. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.
- FARAH, A. P. **Restauração arquitetônica**: a formação do arquiteto no Brasil para preservação do patrimônio edificado. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/HHpB4YWTx7LXXZ48476GH4D/?lang=pt>. Acesso em: abril 2021.
- Hotel de Ouro Preto. **Revista Municipal de Engenharia**, v. 9, n. 2, Rio de Janeiro, mar. 1942, p. 82-87. Disponível em: <http://www.niemeyer.org.br/obra/pro009>.
- JOKILEHTO, J. **A History of Architectural Conservation**. Butterworth-Heinemann, 1996.
- KÜHL, B. M. Algumas questões relativas ao patrimônio industrial e à sua preservação. **Revista Eletrônica do IPHAN**, n. 4, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=165>. Acesso em: abril 2021.

- KÜHL, B. M. As transformações na maneira de se intervir na arquitetura do passado entre os séculos 15 e 18: o período de formação da restauração, **Sinopses**, n. 36, 2001.
- KÜHL, B. M. História e ética na conservação e na restauração de monumentos históricos. **Revista CPC**, v. 1, n. 1, São Paulo, nov. 2005 – abr. 2006. Disponível em: http://www.usp.br/cpc/v1/imagem/conteudo_revista_arti_arquivo_pdf/kuhl_pdf.pdf. Acesso em: abril 2021.
- Lacaton & Vassal. Disponível em: <https://chroniques-architecture.com/lacaton-vassal-pritzker-2021-une-plastique-bien-francaise>. Acesso em: junho 2021.
- MONEO, R. **Costruire nel costruito**. Allemandi, 2007.
- MIRANDA, N. Ressonâncias teóricas entre pesquisadores brasileiros e as correntes contemporâneas do restauro na Itália: e a prática? **Anais do Encontro Internacional sobre Preservação do Patrimônio Edificado** (Arqmemória), n. 5, Salvador, 2017. Disponível em: [//www.scielo.br/j/his/a/HHpB4YWTx7LXXZ48476GH4D/?format=pdf&lang=pt](http://www.scielo.br/j/his/a/HHpB4YWTx7LXXZ48476GH4D/?format=pdf&lang=pt) . Acesso abril 2021. Acesso em: abril 2021.
- MIRANDA, N. Posturas intervencionistas contemporâneas e a prática brasileira institucionalizada. **Anais do Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (Enanparq)**, n. 3., São Paulo, 2014.
- MOTTA, L., O SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. Rio de Janeiro, **Revista do IPHAN**, n. 22, 1987. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat22_m.pdf. Acesso em: maio de 2021.
- NIEMEYER FILHO, O. Hotel de Ouro Preto. **Revista Municipal de Engenharia**, v. 9, n. 2, Rio de Janeiro , mar. 1942, p. 82-87. Disponível em: <http://www.niemeyer.org.br/obra/pro009>.
- PESSOA, J. S.B. **Lúcio Costa**: documentos de trabalho. IPHAN: Rio de Janeiro,1999.
- SOLÀ-MORALES, I. de. Del contraste a la analogía: transformaciones en la concepción de la intervención arquitectónica. **Revista PH**, n. 37, Especi, 2001.
- SOLÀ-MORALES, I. de. **Intervenciones**. Gustavo Gilli, 2006.
- SOUTO MOURA, E. **Santa Maria do Bouro, construir uma pousada com as pedras dum mosteiro**, White & Blue, 2001.
- SOUZA, M.; PESSOA, J. Patrimônio cultural, novas tratativas no ensino de arquitetura e urbanismo na graduação. **ARQUITEXTO**, Vitruvius, 244.03 patrimônio e ensino, ano 21, set. 2020. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/21.243/7877> . Acesso em: abril 2021.

SANTOS, C. R. dos. Patrimônio cultural: documentação e reflexão necessárias.
In: CUREAU, S. *et al.* (coord.). **Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural**. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

SANTOS, C. R. dos. Novas fronteiras e novos pactos para o patrimônio. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 2, São Paulo. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000200007. Acesso em: abril 2021.

VIOLLET-LE-DUC, E. E. **Restauração**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

2-4

UMA NOVA AGENDA PARA O ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL

CARLOS EDUARDO NUNES-FERREIRA

INTRODUÇÃO

As mudanças no pensamento predominante de arquitetura e urbanismo são comumente sintetizadas em projetos visionários, publicações ou edifícios marcantes. Foi assim com os desenhos para a *Ville Contemporaine* (1922), de Le Corbusier, e as pinturas de Zaha Hadid para *The Peak* (1982); as primeiras edições de *Complexidade e contradição em arquitetura* (1966), de Robert Venturi, e *Morte e vida das grandes cidades* (1961), de Jane Jacobs; assim como o Palácio Capanema (1935-1945), de Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Burle-Marx e Le Corbusier, entre outros, e o Museu Guggenheim Bilbao (1997), de Frank Gehry.

Mas há mudanças que se insinuam de forma difusa, coletiva e sutil até alcançarem algum reconhecimento mais amplo. Este parece ser o caso da nova agenda para o ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil, que pode ser resumida na palavra preexistência, com seus diferentes desdobramentos, e no conceito de decolonialidade,

aplicado à arquitetura e ao urbanismo. Ambos estão refletidos no renovado interesse de estudantes pela arquitetura vernacular e pela bioconstrução, assim como na produção acadêmica, cada vez mais numerosa, de projetos de graduação com o tema da habitação de interesse social. Esse movimento tem rebatimentos na prática profissional e se viu refletido, no ano de 2021, em três marcos extremamente significativos: o Prêmio Pritzker, a Bienal de Veneza e o Congresso Mundial da União Internacional de Arquitetos.

As transformações observadas no campo de arquitetura e urbanismo devem estar refletidas no ensino, sob o risco de descolamento da realidade, anacronismo e obsolescência. As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do curso de graduação em arquitetura e urbanismo, vigentes atualmente no país, foram concebidas em 2006, tendo sofrido duas alterações pontuais em 2010 e 2019. Já é hora de atualizar o texto e o espírito das DCN, com base na evolução tanto da teoria quanto do campo profissional.

EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM CONCEITO PLURAL

Desde a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394, de 20/12/1996), a educação superior, no Brasil, não pode ser analisada como se fosse um setor monolítico. Em seu Artigo nº 45, a LDB estabelece que “a educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização”. A autonomia universitária assegura a cada instituição de ensino superior (IES) “fixar os currículos de seus cursos”. Isto explica, em boa parte, por que, apenas no estado do Rio de Janeiro, existem cursos de arquitetura e urbanismo, em cinco IES públicas, com projetos pedagógicos de curso (PPC) bastante distintos (BRASIL, 1996).

As IES privadas podem ser administradas por pessoas físicas ou jurídicas, de direito privado, com ou sem fins lucrativos. As faculdades, os centros universitários e as universidades privadas, com fins lucrativos, são administrados por sociedades anônimas, de capital fechado ou aberto (com ações na Bolsa de Valores), e podem fazer parte de grupos locais, familiares, regionais, nacionais

ou multinacionais, com recursos de investidores estrangeiros. As mantenedoras privadas, sem finalidade de lucro, dividem-se em comunitárias, confessionais e filantrópicas (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2021).

A LDB também criou as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) que definem habilidades, competências e conteúdos imprescindíveis à formação do futuro profissional. O grande salto qualitativo das DCN em relação ao antigo currículo mínimo foi permitir que cada curso pudesse estabelecer uma estrutura curricular própria, com matérias e disciplinas de diferentes denominações e recortes. E aí residem dois desafios conflitantes. Do ponto de vista da regulação: garantir ao estudante a formação mínima indispensável para o exercício da profissão e, ao mesmo tempo, estimular a inovação em um país com a dimensão e a diversidade do Brasil. Do ponto de vista do PPC: equacionar o caráter generalista da graduação com a necessidade de conhecimentos especializados em diversas áreas, como o cálculo estrutural, a arquitetura da paisagem e a restauração do patrimônio, para citar apenas algumas. Por outro lado, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão preconizada na LDB pode auxiliar na aproximação da teoria com a prática. A curricularização da extensão, prevista na meta 12.7 do Plano Nacional da Educação, também cria grandes oportunidades para isso (BRASIL, 2014).

O PPC exerce verdadeiramente sua autonomia ao estabelecer o elemento principal dessa construção que, a meu ver, é o perfil do egresso – expressão que significa, basicamente, que arquiteto(a) e urbanista aquele curso pretende formar. A nova agenda parece exigir transformações significativas nesse perfil, na estrutura curricular e no projeto pedagógico dos cursos de arquitetura e urbanismo do Brasil.

PANDEMIA E ENSINO: EXPECTATIVA E REALIDADE

Os efeitos da pandemia da Covid-19, para a arquitetura e o urbanismo, têm aspectos qualitativos, sociais e urbanos. Afinal, espaços saudáveis e flexíveis exigem melhores projetos. Casas incorporaram as funções de escritórios, creches, salas de aula, academia, bar, restaurante etc. Do ponto de vista social, evidenciou-se a insustentável lógica territorial em que o vencedor leva tudo,

no que diz respeito a infraestrutura, mobilidade e toda sorte de serviços. Já o modelo da urbanização dispersa foi ressuscitado pelas classes privilegiadas, com famílias se mudando para condomínios distantes ou cidades do interior, pois grande parte do trabalho exclusivamente intelectual pode ser feita remotamente.

Trabalho remoto nos remete ao ensino remoto. O termo foi amplamente difundido como uma diferenciação metodológica em relação à Educação a Distância (EaD), mas ambos dependem de uma mediação eletrônica das atividades de ensino e aprendizagem. Falou-se muito na aceleração de uma mudança já em curso, que a pandemia teria apenas precipitado, no sentido de ampliação da EaD. Contudo, o ensino integralmente remoto acabou se provando fundamentalmente inadequado para arquitetura e urbanismo. Evidenciou, por exemplo, como a presencialidade no espaço urbano é essencial, a despeito dos inestimáveis recursos pedagógicos de programas como o Google Earth e afins. Na verdade, o ensino remoto atuou em dois sentidos opostos. Houve certo maravilhamento pelas tecnologias digitais, como o BIM, ao mesmo tempo em que os estudantes intensificaram seu interesse pelas técnicas tradicionais de construção (da arquitetura indígena e da arquitetura vernacular), pela bioconstrução e pela biofilia na arquitetura, entre outros conceitos cada vez mais presentes nos trabalhos acadêmicos. Foi acionado, também, um sinal de alerta que nos fez repensar como o ensino já vinha se distanciando da materialidade, da tectônica e da experiência na obra, tão fundamentais para o processo de formação dos futuros profissionais.

PATRIMÔNIO E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

Os debates sobre o patrimônio têm se dado em um novo contexto que vai além do valor histórico, material ou imaterial, daquilo que mereça ser preservado. A Carta de Veneza (1964) falava em uma certa mensagem espiritual do passado. Hoje, também o futuro parece nos enviar recados acerca de nossa própria sobrevivência.

Em tempos de emergência climática, preservar pode significar uma redução significativa de emissões de gás carbônico (CO²) e, ao mesmo tempo, uma nova

ética profissional. Afinal, toda e qualquer demolição implica produção, transporte e descarte de resíduos sólidos (entulho), assim como uma nova construção equivale à produção e ao transporte de novo material. Tudo isso é extremamente danoso para o meio ambiente e pode ser evitado com a preservação e a reutilização da construção original. Por outro lado, toda edificação é resultado de algum empenho intelectual, físico, financeiro, pessoal ou social. Nesse sentido, seja do ponto de vista pragmático ou ético, econômico ou ecológico, toda demolição e toda nova construção devem ser evitados. Além disso, a ONU lançou, em 2015, 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, que estabelecem metas socioambientais a serem atingidas até o fim desta década. O ODS 11 (cidades e comunidades sustentáveis) tem como objetivo principal “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis” (ONU, 2015). A nova agenda para o ensino está ligada diretamente ao ODS 11, mas pode encontrar relação com todos os demais. Há casos de IES que incorporaram os ODS ao seu Projeto Pedagógico Institucional, como a Universidade Veiga de Almeida.

Atualmente, parece haver um encantamento e uma consciência crescentes da importância do patrimônio por parte de alunos e professores. Os trabalhos finais de graduação (TFG) com essa temática, que eram relativamente raros até bem pouco tempo, têm crescido em quantidade e qualidade nos últimos anos. Entretanto, a análise dos projetos pedagógicos dos cursos em oferta no país revela que existe uma parcela relativamente pequena da carga horária dedicada à matéria, dentro das matrizes curriculares, e uma fragmentação entre a teoria, o projeto e as técnicas de restauração, para as quais a estrutura de laboratórios específicos é, geralmente, insuficiente. Alguns cursos têm apenas aulas teóricas. E há matrizes que situam o patrimônio na sequência de Projetos de Arquitetura. Nesse contexto, as melhores experiências parecem ser aquelas de caráter transversal multidisciplinar, em que as preexistências são consideradas chave de todo e qualquer partido arquitetônico a ser desenvolvido pelos estudantes.

Inicialmente, a denominação Técnicas Retrospectivas representou uma conquista, mas terminou por induzir a uma compreensão restritiva da matéria. Por isso, na proposta das DCN, debatida no último Congresso Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura (CONABEA), lê-se que:

Os conteúdos de Teoria, Projeto e Técnicas de Restauro e Conservação do Patrimônio Cultural compreendem o entendimento dos processos de constituição e preservação da memória, o conjunto organizado dos conhecimentos científicos, empíricos e intuitivos relativos ao patrimônio cultural, o domínio de metodologias, técnicas e tecnologias para a preservação, conservação, restauração, reconstrução, reabilitação, revalorização, requalificação e reutilização de edifícios, conjuntos edificados, ruínas, conjuntos paisagísticos, paisagens, sítios urbanos, cidades e regiões (ABEA, 2019).

Mudanças no ensino podem, sim, ocorrer para além dos processos de evolução curricular ou mudanças nas DCN. Muitas vezes, são os alunos que provocam tais transformações. Um concurso promovido recentemente pela ABEA revelou que a visão dos estudantes sobre o patrimônio cultural tem se ampliado da tradição europeia para incluir também a participação indígena e a contribuição africana. O concurso se chamava exatamente Novos Olhares e foi criado para mostrar à sociedade, por meio das redes sociais, que o ensino tem evoluído, acompanhando as pautas da sociedade.

DECOLONIALIDADE, VERNÁCULO, BIOARQUITETURA E HABITAÇÃO SOCIAL

Embora o debate acadêmico sobre os efeitos epistêmicos da colonização tenha origem no século passado, o termo decolonialidade ganhou impulso nos primeiros anos do século XXI. Em uma perspectiva específica do campo de arquitetura e urbanismo, no Brasil, grosso modo, a decolonialidade implica dar visibilidade ao legado dos povos originários e afrodescendentes (diáspora africana), assim como estabelecer interlocuções com a América Latina e a África.

Colonização e industrialização são processos historicamente interligados. Afinal, as colônias a que nos referimos foram subalternizadas pelas nações europeias industrializadas. Por isso, combater o legado de uma significa, em alguma medida, questionar alguns resultados da outra. A busca por métodos construtivos que utilizem material local, como o hiperadobe, em detrimento do uso de material industrializado, como os blocos de concreto, é um exemplo

simples da pauta da nova agenda que tem sido trazida ao debate pelos estudantes e pouco aparece nos planos de ensino.

Exceção também são os conteúdos que deslocam a produção de projetos da cidade formal para as zonas de especial interesse social (ZEIS) – como é o caso da disciplina Áreas Periféricas, do Centro Universitário IBMR. Considerando-se que o percentual de assentamentos informais nas grandes cidades brasileiras varia de 20% a 40% (MARICATO, 2018), seria de se esperar um percentual equivalente de disciplinas de Projeto dedicadas ao tema. Mais uma vez, a nova agenda tem sido impulsionada, principalmente, pelos estudantes. O TFG é, na maioria das estruturas curriculares vigentes, o único momento em que o(a) aluno(a) pode escolher o tema do projeto que irá desenvolver. E, cada vez mais, formandos decidem trabalhar com o tema da Habitação de Interesse Social (HIS) no TFG.

PRÊMIO PRITZKER, BIENAL DE VENEZA E UIA: A NOVA AGENDA OFICIAL

O aspecto antissistêmico da nova agenda não significa que ela não tenha o endosso do *establishment* internacional. Na edição de 2021 do Prêmio Pritzker, os laureados foram Anne Lacaton e Jean-Philippe Vassal. O parecer do júri ressaltou que eles demonstraram que “o compromisso com uma arquitetura restauradora, que é, ao mesmo tempo, tecnológica, inovadora e ecologicamente responsável pode ser perseguido sem nostalgia”. A dupla francesa também foi enaltecida por seguir um princípio que pode sintetizar o espírito da nova agenda: “observar e encontrar valor naquilo que já existe”. Anne Lacaton considera qualquer demolição “um desperdício de energia, um desperdício de material e um desperdício de história. Além disso, tem um impacto social muito negativo. Para nós, é um ato de violência” (PRITZKER, 2021).

Uma declaração do arquiteto Wael Al Awar, vencedor do Leão de Ouro da 17ª Bienal de Arquitetura de Veneza, aponta nessa mesma direção: “a arquitetura vernacular do futuro pode vir a ser produzida com nossos resíduos industriais” (HARROUK, 2021).

O pavilhão dos Emirados Árabes Unidos, projetado por Awar e Teramoto, ganhou destaque porque exibiu a utilização do sal marinho como alternativa ao

cimento como material de construção. Os países do Conselho de Cooperação do Golfo produzem esse resíduo em quantidade devido ao processo de dessalinização da água, utilizado em grande escala na região. O objetivo final da pesquisa é desenvolver habitações sustentáveis, pois o processo de solidificação do material somente é possível pela absorção de CO².

Este trabalho levanta uma questão muito simples. (...) O cimento é responsável por 8% das emissões de carbono. Mas quais são os impactos da arquitetura atual na produção do espaço? Para onde foram a cultura e a identidade? Como podemos trazer de volta a relação do arquiteto com o edifício e com o material? Na arquitetura vernacular, o arquiteto encontra uma peça de madeira e faz uso daquele pedaço de madeira no seu formato natural e com as suas propriedades. Hoje o cimento me permite projetar um edifício, enviar os desenhos para qualquer parte do mundo e ele é construído. Eu não preciso ir até o terreno. A relação com o material acabou. A relação com o local acabou. (Wael Al Awar *apud* HARROUK, 2021)

Se o Prêmio Pritzker endossou a nova sensibilidade para as preexistências, a *Biennale* catapultou a arquitetura vernacular do passado para o futuro. Ambos contribuem, assim, para uma revisão urgente dos processos de concepção e execução da arquitetura do nosso tempo.

O 27º Congresso Mundial da União Internacional de Arquitetos (UIA2021RIO), apresentou uma visão de arquitetura e urbanismo inclusiva, comunitária, decolonial e humana. Tiveram destaque as experiências de países periféricos, como Bangladesh, Burkina-Faso, Indonésia, México e Paraguai, e países emergentes, como Índia, China e Brasil, naturalmente. No UIA2021RIO, a arquitetura espetacular cedeu espaço para a arquitetura vernacular e a palavra mais pronunciada pelos palestrantes foi: comunidade.

O Congresso da UIA, que aconteceria na cidade do Rio de Janeiro, em julho de 2020, precisou ser transferido para 2021 e foi realizado por meio de plataformas digitais. De qualquer forma, as conclusões de debates e conferências foram reunidas em um documento síntese, que recebeu o nome da cidade-sede.

A Carta do Rio apresenta trechos inteiros que nos remetem a diversas pautas da nova agenda para a arquitetura e o urbanismo do século XXI:

Não há uma só forma urbana, assim como não existe uma só cultura. É preciso reconhecer as diversas formas de produção das cidades, incluindo as favelas e periferias. (...)

É urgente modificar as bases conceituais e práticas do planejamento, do urbanismo e da arquitetura, de modo a abarcar ações e processos que respondam às demandas dos grupos mais vulneráveis, integrando questões de renda, gênero e sexualidade, raça, das culturas tradicionais e dos imigrantes. (...)

É preciso promover a implementação de políticas públicas integradas e democráticas que garantam o direito à cidade a toda a sociedade, valorizem o patrimônio histórico e cultural, reconheçam as preexistências e preservem o ambiente para gerações futuras. (...)

O conhecimento técnico dos arquitetos e urbanistas deve dialogar e compartilhar com o saber popular (...).

A Arquitetura deve ser provida a partir de materiais locais, evitando desperdícios de recursos, valorizando a qualificação da mão de obra local, os saberes, os costumes e a cultura das comunidades e diversidades de climas (UIA2021RIO, 2021).

CONCLUSÃO

A ideia de que somente é belo o que é novo e jovem envenena nossas relações com o passado e com o nosso próprio futuro. Impede-nos de compreender nossas raízes e as maiores obras de nossa cultura e das outras culturas. Faz-nos também recear o que está à nossa frente e leva muita gente a fugir da realidade.

Os diferentes temas da arquitetura e do urbanismo do século XXI estão imbricados com movimentos sociais e culturais anti-hegemônicos que ocorrem simultaneamente em diferentes áreas, como na moda, na publicidade e na psicanálise. E a universidade é o lócus privilegiado para esse encontro de saberes interdisciplinares. Por isso é tão importante definir os temas da nova agenda para o ensino de arquitetura e urbanismo: (i) o olhar ampliado do patrimônio, que deriva da análise ambientalista de toda preexistência; (ii) a disseminação do conceito de decolonialidade; (iii) o resgate da arquitetura vernacular como abordagem teórica e prática; (iv) o estudo de técnicas construtivas tradicionais dos povos originários e o resgate de práticas pré-industriais; e (v) o renascimento do papel social da arquitetura, renovado sob a égide da ATHIS (Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social).

A nova agenda pode ser um instrumento de reparação histórica, conciliação epistêmica e atualização dos projetos pedagógicos de curso. Entre algumas propostas, poderíamos citar: valorizar as renovações de uso em estruturas existentes em vez de propor, majoritariamente, intervenções de projeto em terrenos vazios; promover a sustentabilidade sobre a novidade, de modo que a preservação se torne a verdadeira inovação; articular defesa do patrimônio cultural, responsabilidade social e compromisso ambiental; ressignificar paisagem como “um grande articulador de temas” (SCHENK, 2008): edificação, cidade, natureza, cultura, público, privado etc.; privilegiar de local a global, consuetudinário a dogmático, identitário a genérico; instrumentalizar o(a) estudante para que ele(a) seja capaz de trabalhar tanto com a alta quanto com a baixa tecnologia, projetar tanto para a cidade formal quanto para a cidade informal, sempre de maneira igualmente inovadora, competente e responsável.

Os temas abordados são matizes de um movimento antissistêmico crescente, com dimensão social, política, econômica e cultural. Por tudo isso, torna-se inescapável, desejável e urgente debater o impacto desta nova agenda

para a produção arquitetônica e para a construção de cidades, mas, principalmente, analisar a sua implantação no Ensino de Arquitetura e Urbanismo no Brasil e a sua repercussão na formação dos(as) futuros(as) arquitetos(as) e urbanistas brasileiros(as).

REFERÊNCIAS

- ABEA–Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo. Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Arquitetura e Urbanismo. In: **Anais: XXXVII ENSEA/XX CONABEA**. Desafios no ensino de arquitetura e urbanismo no século XXI. Rio de Janeiro: ABEA, 2019, p. 24-25.
- BRASIL. Presidência da República. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **Lei nº 9.394/1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> Acesso em: 6 set. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional da Educação, **Lei nº 13.005/2014**. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br>> Acesso em: 12 set. 2021.
- HADID, Z. **Zaha Hadid: the complete buildings and projects**. Londres: Thames and Hudson, 1998.
- HARROUK, C. UAE/Wetland Wins the Golden Lion for Best National Participation at the 2021 Venice Biennale. **ArchDaily**, 30 ago. 2021. Disponível em: <<https://www.archdaily.com/967667>>. Acesso em: 6 set. 2021.
- ICOMOS. **Carta de Veneza**. Carta internacional sobre a conservação e o restauro dos monumentos e dos sítios, maio de 1964. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br>>. Acesso em: 12 set. 2021.
- JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- LE CORBUSIER. **Urbanismo**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- MARICATO, E. Favelas: um universo gigantesco e desconhecido. **LABHAB/FAU-USP**, 11 jan. 2018. Disponível em: <<https://labhab.fau.usp.br>>. Acesso em: 8 set. 2021.
- MRE–Ministério das Relações Exteriores. **Denominações das Instituições de Ensino Superior**. Disponível em: <<http://dce.mre.gov.br>>. Acesso em: 10 set. 2021.
- ONU. **Transformando o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Setembro, 2015. Disponível em: <<http://www.agenda2030.org.br/ods/11/>>. Acesso em: 10 set. 2021.

- PRITZKER, **Anne Lacaton e Jean-Philippe Vassal 2021 Laureates**. The Pritzker Architectural Prize. Disponível em: <<https://www.pritzkerprize.com>>. Acesso em: 7 set. 2021.
- REICHOLD, K.; GRAF, B. **Buildings that changed the world**. Munique: Prestel, 1999.
- RÓNAI, P. **Dicionário universal Nova Fronteira de citações**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- SCHENK, L. **Arquitetura da paisagem: entre o Pinturesco, Olmsted e o Moderno**. São Carlos: USP, 2008. Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2008. (Tese de Doutorado).
- SEGRE, R. **Ministério da Educação e Saúde: ícone urbano da modernidade brasileira**. São Paulo: Romano Guerra Editora, 2013.
- UIA2021RIO. **Carta do Rio**. Disponível em: <<https://www.uia2021rio.archi/wp-content/uploads/UIA2021RIO-CARTA-DO-RIO.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2021.
- VENTURI, R. **Complexidade e contradição em arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

2-5

COMENTÁRIOS: A FORMAÇÃO DISCIPLINAR EM ARQUITETURA E URBANISMO NO CAMPO DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: UM DEBATE EM CONSTRUÇÃO

JULIANA CARDOSO NERY
NATÁLIA MIRANDA VIEIRA-DE-ARAÚJO

A seção **Conteúdos mínimos do ensino de patrimônio cultural na graduação** deste volume teve como objetivo fomentar a discussão da formação específica do arquiteto e urbanista e sua contribuição para a atuação no campo preservacionista. Obviamente, esta discussão não prescinde da necessidade de reflexão sobre a formação de vários outros profissionais que atuam neste campo que é, por natureza, necessariamente, interdisciplinar. Pensar a atuação e, portanto, a formação profissional no campo do patrimônio cultural na graduação é não somente pensar no campo da arquitetura e do urbanismo, tradicional e historicamente ligado à preservação do patrimônio, mas refletir sobre a formação profissional em nível superior dos vários campos disciplinares que podem contribuir para a difícil tarefa de fazer perpetuar a herança cultural do passado como o da história, da arqueologia, da geografia, do direito, das engenharias, das artes, da antropologia, da química, da administração, entre tantos outros que

igualmente merecem atenção e regulamentação. No entanto, para ganhar profundidade e maturação no debate é fundamental recortá-lo com o intuito de possibilitar avanços e proposições específicas e consistentes como os que aqui se propõe discutir.

O vínculo fundante que a profissão de arquiteto urbanista, especialmente através da conservação e do restauro, tem com o campo preservacionista, assim como o fato de como profissionais terem atribuição exclusiva para intervenção direta no patrimônio construído, parece-nos justificativa plausível para iniciar a discussão sobre os cursos de arquitetura e urbanismo. Também vale ressaltar que, se a formação para atuação no campo da preservação do patrimônio cultural não se esgota no profissional arquiteto urbanista como supracitado, a atuação do arquiteto urbanista nesse campo também não se restringe ao projeto de intervenção. Feitas tais ressalvas, é importante que fique claro que o esforço empreendido na concepção e sistematização dos textos desta seção girou em torno da pergunta central: como o saber disciplinar específico de arquitetura e urbanismo colabora para um olhar sensível sobre a preexistência a partir dos conteúdos próprios do campo da preservação do patrimônio cultural, considerando a realidade do século XXI, e como esses conteúdos devem compor a formação desse profissional?

A professora Naia Alban (FAUFBA) situa a discussão observando, simultaneamente, as bases de regulamentação da profissão de arquiteto urbanista, no Brasil, pelo seu conselho profissional e as diretrizes curriculares nacionais regulamentadas pelo MEC para o curso de arquitetura e urbanismo, com a definição de seus conteúdos mínimos. A reflexão da autora é conduzida pelo olhar através de três escalas complementares de observação desse debate: a experiência específica e local na FAUFBA, a discussão no Brasil promovida pelo CAU-BR e as discussões no âmbito da Rede PHI sobre essa formação nas escolas ibéricas onde a autora destaca, principalmente, a experiência em Portugal e na Espanha. Já a professora Cecília Rodrigues dos Santos (FAU-Mackenzie) constrói sua reflexão para um caso específico de aplicação dessa formação no campo da preservação e da restauração, a partir da apresentação da proposta metodológica desenvolvida, e amadurecida ao longo dos últimos vinte anos,

na FAU-Mackenzie, por um grupo de professores do qual ela é parte integrante.

As reflexões dos dois últimos textos desta seção situam a discussão de forma a demonstrar a sua indissociabilidade dos grandes desafios que se colocam para as cidades do século XXI e como tudo isso impacta a formação dos arquitetos e urbanistas. No caso da professora Ana Carmen Jara Casco (EAU-UFF), o argumento será desenvolvido olhando as transformações pelas quais a formação do profissional, arquiteto e urbanista, no Brasil, passa ao longo do tempo, desde a criação dos primeiros cursos até a contemporaneidade, realizando uma “análise histórica de como se estruturaram as diretrizes nacionais de ensino para os nossos cursos de graduação”. Ao olhar para o presente, a autora toma como referência suas vivências e o caso específico de experiências desenvolvidas no âmbito do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFF, em Niterói. Já o professor Carlos Eduardo Nunes-Ferreira (FAU-UFRJ) discute uma “nova agenda para a produção arquitetônica e para a construção de cidades” e, a partir de considerações sobre temáticas e desafios urgentes do mundo contemporâneo, lança-nos a pergunta sobre como pensarmos no ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil segundo as bases dessa nova agenda. Assim, trata-se de uma abordagem que situa o ensino para a preservação patrimonial inserido no debate sobre nossas cidades no século XXI, considerando temas como descolonialidade, bioarquitetura, habitação social e questões ambientais.

Alguns pontos trazidos pelos autores nos pareceram importantes destacar e tensionar. Começamos com a questão do papel primordial do projeto na atuação do arquiteto no campo do patrimônio, como nos chama a atenção a professora Naia Alban. As colocações da professora reforçam a importância da prática projetual e dos laboratórios na formação da graduação. Segundo ela, há um papel fundamental a ser desempenhado pela educação patrimonial e a mudança no entendimento, não só do corpo discente, mas da sociedade, em relação ao patrimônio. A autora entende que a atuação do CAU é veemente na defesa da atribuição privativa do arquiteto urbanista para atuação junto ao patrimônio, no entanto, aponta que essa ação parece ser mais pautada na defesa do papel e do mercado profissional na exclusividade da atuação e menos na preocupação específica com o patrimônio. Alban chama a atenção, ainda, para

a informalidade brasileira e vê a saída na imersão no patrimônio, para que ele passe a fazer parte do cotidiano de todos. Por fim, a autora também ressalta a criatividade e a qualidade das experimentações colaborativas nas intervenções sobre a preexistência a partir da atuação dos “Coletivos” de arquitetura, que têm se multiplicado nos últimos anos.

Sem dúvida, concordamos com a necessidade da imersão no patrimônio para que ele faça sentido e tenha pleno valor para a sociedade. Também nos parece decisivo o papel primordial do projeto na atuação do arquiteto sobre o patrimônio, no entanto chamamos a atenção para o fundamental respaldado e indissociabilidade dos conhecimentos teóricos e técnicos para a qualificação e pertinência da ação projetual, sob o grande risco da perda no lugar da preservação do objeto a ser salvaguardado, caso o projeto de intervenção seja fundamentado apenas na escolha arbitrária do projetista. Entendemos, portanto, que o aprofundamento teórico e técnico exercem um papel fundamental, contribuindo significativamente para um “olhar projetual” pautado pelas preocupações do campo preservacionista. Um olhar essencial para quando estamos lidando com preexistências de reconhecido valor patrimonial, cujo projeto deverá se pautar pelo respeito aos valores atribuídos a essas preexistências. Vale também ressaltar que o arquiteto urbanista pode ocupar vários lugares para além do projetista no campo da preservação, como por exemplo, consultores, fiscais ou gestores do patrimônio, que demandam uma visão mais ampliada daquela pretendida pelo ato projetual, bem como conhecimentos, tanto técnicos quanto teóricos, consistentes.

Também defensora do projeto como lugar apropriado para a formação no campo da preservação do patrimônio, Cecília Rodrigues do Santos nos aponta uma distinção interessante, na precisão que procura dar aos termos, quanto à intervenção em preexistências – atribuição pertencente à graduação – e à restauração – próprio de um curso de pós-graduação–, ação projetual que caberia exclusivamente a uma especialização por demandar interações pluri, trans e interdisciplinares. A autora deixa claro que esta é a compreensão das distintas naturezas de projeto em preexistência para a FAU-Mackenzie, mas é importante ressaltar que este não é um entendimento pacífico, e há pontos de

divergência sobre essa conceituação na reflexão nacional acerca da formação do arquiteto e urbanista. Segundo ela, na disciplina de projeto do 8º semestre do curso em arquitetura e urbanismo da Mackenzie, responsável por abarcar os conhecimentos do campo específico da preservação e do restauro denominada “Patrimônio Cultural - Técnicas Retrospectivas”, o mais importante é apresentar aos alunos um método de abordagem desse tipo de projeto a partir de conceitos e métodos próprios do campo em questão.

Essa distinção entre projeto de intervenção e projeto de restauração nos parece promissora para debates e amadurecimentos, tanto para regular os níveis de formação entre graduação e pós-graduação, bem como para a própria atuação profissional. Entretanto, é preciso que fique claro que, mesmo que se venha a circunscrever o objetivo da graduação ao trabalho com projeto de intervenção (e não do restauro propriamente dito), mesmo estando claro que existem diversas possibilidades de intervenção, todas fazem parte desse campo de reflexão e, portanto, devem necessariamente estar ancoradas nos princípios operativos estabelecidos pelo campo preservacionista. Lembrando que estamos falando de uma atuação sobre preexistências que possuem um valor diferenciado, entendidas como bem cultural, e que necessitam do “olhar projetual” do qual falamos acima pautado pelas preocupações próprias do campo. A reflexão sobre os níveis de graduação e pós-graduação na área também devem levar em conta que, a depender das exigências colocadas por essas preexistências de valor patrimonial, apenas a formação do arquiteto e urbanista em nível de graduação não será o suficiente, seja pela necessidade incontornável de um trabalho interdisciplinar, seja pelo próprio aprofundamento e especialização maior que determinados projetos de restauro exigem. Entendemos que essa é uma questão em aberto e sobre a qual os profissionais de arquitetura e urbanismo precisam debater: o que está no âmbito da formação na graduação e o que necessita de aprofundamento em nível de pós-graduação?

Na fala de Ana Carmen Jara Casco, ela nos convoca a refletir sobre as potencialidades do campo das técnicas retrospectivas, situado no “pesquisar, conhecer e desenvolver materiais, técnicas construtivas e tecnologias que considerem as potencialidades das regiões, as culturas sustentáveis locais, suas

histórias e tradições”, para uma formação mais integrada e menos dicotômica na capacitação e habilitação de um profissional mais preparado para lidar com a complexidade e os problemas do mundo contemporâneo no século XXI. Para ela, a chave está no cuidado como o Projeto Político Pedagógico de cada curso, que deve estar atento menos às demandas mercadológicas e mais às soluções críticas e criativas para modelos alternativos que colaborem na diminuição “das diferenças sociais, as desigualdades, as exclusões”. Essa integração passa não só pelos saberes acadêmicos, mas também deve se estender à sociedade e, assim, a extensão se torna um formato fundamental e muito profícuo a ser explorado e desenvolvido na formação profissional.

Destacamos aqui o papel da extensão que, de certa forma, perpassa os textos de quase todos os autores desta seção. Parece-nos que, através de apontamentos distintos, todas as falas reforçam a importância dessa conexão entre o saber acadêmico e a realidade cotidiana. Assim, podemos vislumbrar um indicativo para que o campo da preservação tire partido da oportunidade que se coloca com a obrigatoriedade da curricularização da extensão, agora em pauta na formação superior no Brasil, como uma rica possibilidade, tanto em modos mais significativos de ensino-aprendizado como na ressignificação e retroalimentação das práticas e das reflexões dentro da universidade.

Carlos Eduardo Nunes-Ferreira encaminha seu texto na busca por uma leitura mais ampliada e do singular papel que o preexistente toma na agenda da arquitetura e do urbanismo para o século XXI. Esse entendimento é motivado pela constatação do gigantesco parque construído que já temos e pelos sérios problemas ambientais em curso no planeta. Segundo ele, daqui para adiante, a questão da arquitetura não será mais a proposição do novo *ex nihilo* e sim a reproposição a partir do já existente, mais por questões de sustentabilidade que propriamente pelo valor patrimonial. Mesmo colocando o problema ambiental como motivação primeira, Nunes-Ferreira reconhece o fundamental lugar do patrimônio e o pertencimento da produção arquitetônica ao campo da cultura.

Ainda em suas colocações específicas sobre a formação e a estruturação dos cursos, esse autor nos chama a atenção para o crescente interesse e conscientização por parte de docentes e discentes quanto à importância do

patrimônio cultural, visibilizada pelo número cada vez maior de trabalhos finais de graduação (TFG) no campo da preservação, no entanto alerta que os cursos possuem um espaço ainda muito exíguo para tratar do assunto com “uma parcela relativamente pequena da carga horária dedicada à matéria dentro das matrizes curriculares e uma fragmentação entre a teoria, o projeto e as técnicas de restauração, para as quais a estrutura de laboratórios específicos é, geralmente, insuficiente”. E como há algum tempo as discussões de docentes da área vêm apontando, continua-se a manter o inadequado termo de Técnicas Retrospectivas em nosso marco regulatório, que, mesmo tendo tido papel importante em garantir a presença da formação específica preservacionista nos cursos, mantém-se gerando em muitos casos uma visão parcial e fragmentada do campo aos menos familiarizados. Aponta ainda a problemática variação que cada curso dá ao preenchimento desse núcleo de conhecimentos profissionalizantes, previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais de 2010, e defende veementemente a transversalidade e a curricularização da extensão para melhor responder à formação no campo específico da preservação do patrimônio. Para ele, é necessário para constituição de novos olhares a valorização do patrimônio e uma condição indissociável entre sustentabilidade, meio ambiente, patrimônio e questões sociais. Então, o autor aponta para a contradição inerente aos projetos pedagógicos que necessitam, ao mesmo tempo, garantir um conteúdo mínimo e dar espaço para a inovação, tratar de uma formação generalista com atenção a vários conteúdos de especialista.

As discussões apresentadas foram bastante frutíferas e ricas nos diversos pontos que levantaram sobre a relevância da formação no campo do patrimônio cultural e sua preservação nos cursos de arquitetura e urbanismo, bem como apontaram a urgência e a necessidade de maior regulamentação dessa formação. Dois pontos interligados atravessaram a maioria dos textos: as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em arquitetura e urbanismo que garantem a existência do campo de saber na formação e, assim, atentem às atribuições privativas e reconhecem minimamente a importância do campo; e as disparidade e diversidade dessa formação nas IES (Instituições de Ensino Superior) pautada na autonomia institucional de decidir sobre seus projetos

político pedagógicos e projetos de cursos e as estruturas curriculares a eles vinculada. Essas duas faces da mesma moeda nos coloca diante do desafio central da mesa, o principal nó da temática aqui tratada que se constitui na tensão gerada entre três questões: a obrigatoriedade da formação no campo da preservação do patrimônio cultural; a exclusividade da atribuição para intervenção em preexistências com interesse de preservação; e a enorme flexibilidade e irregularidade dos componentes curriculares do gigantesco número de cursos de arquitetura e urbanismo em todo Brasil. Os questionamentos fundantes nos parecem ser: o quê, como e quanto se deve garantir para capacitar e habilitar um profissional arquiteto urbanista que, sem nenhuma obrigatoriedade de alguma formação complementar, terá atribuição para atuar no campo da preservação?

Dois caminhos parecem evidentes: aquele que segue o formato tradicional, recorta os saberes em campos disciplinares especializados e portanto se pauta em cadeiras ou disciplinas, conteúdos mínimos e carga horária mínima, e um outro, emergente, que defende a forma transversal em que as questões do campo atravessam todas as disciplinas do curso num diálogo constante entre as várias áreas de saber e o campo da preservação. O primeiro modo, sem dúvida, garante a presença do conhecimento específico e uma possibilidade mais direcionada e aprofundada sobre o campo, no entanto soa como uma questão isolada e pontual no amplo campo de atuação do arquiteto urbanista. Já o segundo modo, mesmo ficando à mercê do maior ou menor domínio e interesse do corpo docente e do grau de enlace entre as questões da preservação e o conteúdo tratado no componente curricular, recoloca a questão da preservação como algo sempre partícipe e estruturante de qualquer realidade e modo da atuação profissional. A inadequação e a insuficiência das “Técnicas Retrospectivas” como campo disciplinar para abarcar o campo da preservação do patrimônio cultural foi um ponto pacífico nos textos desta seção, e se sobressaiu a aproximação entre as várias colocações no sentido de buscar meios para superar a fragmentação corrente (ou teoria ou projeto ou técnicas) em prol da necessidade de transversalidade (teoria e projeto e técnicas). Como sugestão, Nunes-Ferreira chega a citar uma nova denominação em construção para o campo dentro do núcleo de conhecimentos específicos das Diretrizes

Curriculares Nacionais: “Teoria, Projeto e Técnicas de Restauro e Conservação do Patrimônio Cultural Construído”.

Considerando a urgência da agenda da arquitetura e do urbanismo no século XXI, o excesso construído de nossas cidades e a premente necessidade de “construir no construído” o caminho, parafraseando o caro professor Pasqualino Magnavita, não seja o “ou” e sim o “e”. Talvez a mais adequada estratégia para qualificar a formação em arquitetura e urbanismo no campo da preservação seja, concomitantemente, termos disciplinas específicas que garantam maior consistência na compreensão e apropriação dos conhecimentos do campo da preservação do patrimônio cultural, conjuntamente à transversalidade do tema, durante todo o curso, pautado no pressuposto que a agenda do século XXI impõe a prerrogativa de lidar com a preexistência.

A importância da preservação e do patrimônio se coloca, partindo do argumento do professor Carlos Eduardo Nunes-Ferreira, porque é: significativa, “do ponto de vista social porque ela agrega e faz a comunidade se entender no processo identitário”; vantajosa, “do ponto de vista econômico porque as técnicas retrospectivas podem levar a técnicas vernaculares que são mais acessíveis para a população”; excelente ambientalmente, porque “parte de edificações que já existem no lugar de construir novas e isso é importante do ponto de vista da sustentabilidade”; e, por fim, mas não menos importante, é a dimensão do patrimônio que “insere a arquitetura no campo da cultura do ponto de vista da história”, através de um entendimento que a arquitetura não se restringe ao domínio de uma competência técnica, mas é, em seu sentido mais amplo, uma manifestação cultural. Somamos às palavras do professor na evidência da crucial importância da preservação do patrimônio, como parte do papel social do arquiteto, o comprometimento e a responsabilidade de fazer passar por este tempo aos tempos futuros a nossa rica, vasta e múltipla herança cultural.

A visão complexificada do campo preservacionista e do mundo contemporâneo necessariamente nos coloca o entendimento do patrimônio como fato social indissociável do papel social da arquitetura e permeado por novos olhares nos quais se sobressaem a valorização da sustentabilidade, das questões ambientais e sociais. No Brasil, temos, ao longo dos anos, contribuições

importantes que irão ressaltar essa complexificação do tema e a necessidade de uma abordagem interdisciplinar, a exemplo de contribuições de figuras como Ulpiano Bezerra de Meneses, Antônio Augusto Arantes e José Reginaldo Santos Gonçalves. E como fica a formação do arquiteto nesse contexto? Acreditamos que a discussão sobre o “como” intervir, atribuição própria do arquiteto e urbanista, é recolocada em um novo patamar, mas não deve, como em muitos momentos tem se observado, ser desvalorizada ou minimizada como algo menos importante ou mesmo desimportante.

Algo muitíssimo relevante que também se sobressaiu nesta seção trata dos desafios impostos ao ensino pela pandemia mundial de COVID-19 e como, para utilizar as palavras de Nunes-Ferreira, “o EAD provou a sua completa inadequação” ao ensino de arquitetura e urbanismo, que necessita do espaço vivenciado, percebido, sentido.

Ao final, partindo-se da força dos trabalhos colaborativos e da qualidade das contribuições, a sugestão resultante dos aportes desta seção é a de criação de um grupo de trabalho para maturar o tema visando a contribuir na revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo.

SOBRE OS AUTORES

ANA CARMEN JARA CASCO

Arquiteta e Urbanista (FAU-UFRJ, 1983), mestre em Comunicação (UFRJ, 1996), e Doutora em Antropologia Social (UFRJ, 2007). Professora Associada da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (UFF) e atual Coordenadora do Curso. Docente permanente do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Iphan (PEP-Iphan).

ANDRÉA DA ROSA SAMPAIO

Arquiteta e Urbanista (EAU-UFF, 1987), Mestre em Desenho Urbano (University of Nottingham, 1993) e Doutora em Urbanismo (PROURB-FAU-UFRJ, 2006). Pós-doutorado na Universidade de Coimbra (2016). Professora titular da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (UFF), atuando como docente na graduação e na pós-graduação. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq Nível 2 e Cientista do Nosso Estado FAPERJ. Vice-líder do grupo de pesquisa “Cidade como Documento da História Urbana - CidHUrb” (PPGAU-UFF) e integrante do grupo “Laboratório de Patrimônio Cultural e Cidades Contemporâneas – LAPA” (PROURB-FAU-UFRJ).

BEATRIZ MUGAYAR KÜHL

Arquiteta e Urbanista (FAUUSP, 1987), Mestre em Science in Architecture Conservation (Katholieke Universiteit Leuven, 1992), e Doutora em Arquitetura e Urbanismo (USP, 1996). Pós-Doutorado em preservação na Sapienza Università di Roma (2001-2005). Professora titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), atuando como docente na graduação e na pós-graduação. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, Nível 2. Líder do grupo de pesquisa “Preservação de Bens Culturais: conservação e restauro” (USP).

CARLOS EDUARDO NUNES-FERREIRA

Arquiteto e Urbanista (FAU-UFRJ, 1987), Mestre em Architecture and Design Criticism (Parsons School of Design/Nova York - The New School for Social Research, 1991), e Doutor em Urbanismo (PROURB-FAU-UFRJ, 2008). Professor

adjunto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Integrante do Laboratório de Ecologia Urbana (LEUr-PROURB-UFRJ). Diretor da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (ABEA).

CECÍLIA RODRIGUES DOS SANTOS

Arquiteta e Urbanista (Universidade Presbiteriana Mackenzie, 1978), Mestre em Diplôme d'Études Approfondies de L'Art et Architecture (Université de Paris X, Nanterre, 1983), e Doutora em Arquitetura e Urbanismo (USP, 2007). Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2011). Professora Adjunta e pesquisadora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Integrante do grupo de pesquisa do CNPq "A construção da cidade: arquitetura, documentação e crítica" (Mackenzie).

FLAVIO DE LEMOS CARSALADE

Arquiteto e Urbanista (UFMG, 1979), Mestre em Arquitetura (UFMG, 1997), Doutor em Arquitetura e Urbanismo (UFBA, 2007). Professor titular da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, e dos Programas de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU-UFMG) e Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável (PPG-ACPS-UFMG). Integrante dos grupos de pesquisa "Computação Ambiental em Arquitetura e Urbanismo" (UFMG), "Ensino de Projeto - Arquitetura e Urbanismo" (UFMG), e "LAPA - Laboratório de Patrimônios Culturais" (UFJF). Presidente do ICOMOS Brasil (2021-2024) e do Comitê Científico da Rede PHI-Internacional.

JOSÉ PESSOA

Arquiteto e Urbanista (FAU-UFRJ, 1982), especialista em conservação e restauração de monumentos e sítios históricos (UFBA, 1984), Doutor em Pianificazione Territoriale (Istituto Universitario Di Architettura Di Venezia - IUAV, 1992). Pós-doutorado na Universidade de Coimbra (2007). Professor titular da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (UFF), atuando

como docente na graduação e na pós-graduação. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq Nível 1C e Cientista do Nosso Estado FAPERJ. Líder do grupo de pesquisa “Cidade como Documento da História Urbana - CidH Urb” (PPGAU-UFF) e integrante dos grupos “Casas senhoriais e seus interiores: estudos luso-brasileiros em arte, memória e patrimônio” (FCRB) e “Barroco Ibero-Americano: Arquitetura e Cidade (BIA)” (UFBA).

JULIANA CARDOSO NERY

Arquiteta e Urbanista (EA-UFMG, 1994), especialista em conservação e restauração de monumentos e núcleos históricos (UFBA, 1996), Mestre em Arquitetura e Urbanismo (UFBA, 2001), e Doutora em Arquitetura e Urbanismo (UFBA, 2013). Professora Associada da Faculdade Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (UFBA), e docente no Mestrado Profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos (MP-CECRE/UFBA) e no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU-UFBA). Integrante dos grupos de pesquisa “Projeto, cidade e memória” (UFBA), “Laboratório da Arquitetura e do Urbanismo do século XX – LAB20” (UFBA) e “História da Cidade e do Urbanismo” (UFBA).

MARIANA VAZ

Arquiteta e Urbanista (FAU-UFRJ, 2001), Mestre em Arquitetura (PROARQ-UFRJ, 2004), e Doutora em Arquitetura (UFRN, 2021). Professora substituta na Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e docente nos cursos de engenharia civil, e arquitetura e urbanismo, da Unilasalle-RJ. Integrante do grupo de pesquisa “RestauArq - Preservação e Restauração do Patrimônio Edificado” (PROARQ-UFRJ).

MONIQUE LESSA VIEIRA OLÍMPIO

Arquiteta e Urbanista (Universidade Potiguar, 2008), Mestre em Arquitetura e Urbanismo (UFRN, 2015), e Doutora em Arquitetura e Urbanismo (UFRN, 2020). Professora adjunta da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Campus Pau dos Ferros. Integrante do grupo de pesquisa “Patrimônio Cultural: Teoria, Projeto e Ensino” (UFPE).

NAIA ALBAN

Arquiteta e Urbanista (FAUUFBA, 1986) e doutora pela Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Madrid (Universidad Politécnica de Madrid, 1995). Professora Titular da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (UFBA), e docente permanente do Mestrado Profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos (MP-CECRE/UFBA). Vice-líder do grupo de pesquisa “Projeto, cidade e memória” (UFBA). Presidente da Rede PHI Brasil e membro do comitê executivo da Rede PHI Internacional.

NATÁLIA MIRANDA VIEIRA-DE-ARAÚJO

Arquiteta e Urbanista (UFPE, 1995), Mestre em Arquitetura e Urbanismo (UFBA, 2000), e Doutora em Desenvolvimento Urbano (UFPE, 2006). Pós-Doutorado na Università di Roma La Sapienza (2019-2020). Professora Associada do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano (PPG.MDU-UFPE). Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFRN (PPGAU-UFRN). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, Nível 2. Líder do grupo de pesquisa do CNPq “Patrimônio Cultural: Teoria, Projeto e Ensino”, que integra o Laboratório de Urbanismo e Patrimônio Cultural da UFPE (LUP-UFPE).

ROMEU DUARTE JUNIOR

Arquiteto e Urbanista (UFC, 1985), Mestre em Arquitetura e Urbanismo (USP, 2005) e Doutor em Arquitetura e Urbanismo (USP, 2012). Professor associado do Departamento de Arquitetura e Urbanismo do Centro de Tecnologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), e docente no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Design (PPGAU+D-UFC) e no curso de Especialização em “Projeto Arquitetônico Contemporâneo: Teoria e Prática” da mesma instituição.

ROSINA TREVISAN M. RIBEIRO

Arquiteta (Universidade Gama Filho, 1977), Mestre em Arquitetura (PROARQ-UFRJ, 1994) e doutora em Engenharia de Produção (COPPE-UFRJ, 2000). Professora

titular aposentada da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), docente no Programa de Pós-graduação em Arquitetura (PROARQ-UFRJ) e no Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio (PROARQ-UFRJ). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq Nível 2. Líder do grupo de pesquisa “RestaurArq - Preservação e restauração do patrimônio edificado” (UFRJ).

WALTER ROSSA

Arquiteto (Universidade Técnica de Lisboa, 1985), Mestre em História da Arte (Universidade Nova de Lisboa, 1991), Doutor e Agregado em Arquitetura (Universidade de Coimbra, 2001 e 2013). Professor Catedrático do Departamento de Arquitetura e Investigador do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra. Co-coordenador do curso de doutoramento Patrimónios de Influência Portuguesa, Titular da Cátedra UNESCO em Diálogo Intercultural em Patrimónios de Influência Portuguesa e co-titular da Cátedra Cunha Rivara na Universidade de Goa. Expert Member do CIVVIH, International Committee on Historic Towns and Villages, do ICOMOS. Membro do Comitê Científico da Rede PHI Internacional.

